Revista Científica da FAI

25 anos

FAI - Centro de Ensino Superior

Volume 25 n°1 | 2025 | ISSN 1677-8405

Logística enxuta: fundamentos do pensamento Lean e evidências empíricas de sua aplicação.

Vinícius Antônio Montgomery de Miranda
Leonardo dos Santos Silva

Benefícios do método pilates para a população idosa: uma revisão integrativa.

Cláudia Regina Toledo Pereira
José Cláudio Pereira

A sáude mental de profissionais de enfermagem em ambientes hospitalares: uma revisão sistemática da literatura.

Wálisson Pereira Soares
Cheila Gonçalves de Oliveira

Job Day: um modelo de evento para promoção da empregabilidade e desenvolvimento local.

Maraiza Rodrigues da Silveira

Gênero, idade e aprendizagem: interação social em Vygotsky.

Júlia Eugênia Gonçalves
Terezinha Richartz

Pobreza como projeto nacional: as escolhas que reduzem as oportunidades de desenvolvimento.

Vinícius Antônio Montgomery de Miranda

REVISTA CIENTÍFICA DA FAI

Publicação Anual da

FAI - Centro de Ensino Superior

Revista Científica da FAI – v. 25, n. 1, 2025.

ISSN 1518-8051

Santa Rita do Sapucaí – MG

Copyright © 2025 Revista Científica da FAI

A Revista Científica da FAI é um periódico técnico-científico de publicação anual da FAI – Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação.

Artigos enviados espontaneamente poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial.

As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Sua criação data de 2000, com o volume 1.

ISSN 1518-8051 (versão impressa)

ISSN 1677-8405(versão online)

ISSN 1679-6632 (versão mídia digital)

Edição atual

Vol. 25, n. 1, 2025.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária: Elen Maria Ferreira Terra Souza – CRB 6 1890

Revista Científica da FAI - Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação.
v. 25, n. 1. --. Santa Rita do Sapucaí: FAI, 2025.

92 p.

Periodicidade: anual
ISSN 1518-8051

1. Gestão. 2. Educação.3. Saúde.4.Tecnologia

EXPEDIENTE

Revista Científica da FAI
Publicação anual da FAI - Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação
ISSN 1518-8051

Conselho Editorial Diretor
Prof. Me. Alexandre Franco de Magalhães

Editores
Prof. Me. Benedito Márcio Barbosa Magalhães
Esp. Elen Maria Ferreira Terra Souza

Corpo Editorial
Prof. Dr. Aldo Ambrósio Morelli - FAI
Prof. Dra. Ana Carolina de Faria S. Jeziorowski - FAI
Profa. Dra. Fernanda Pereira Monteiro - FAI
Prof. Dr. José Cláudio Pereira - FAI
Profa. Dra. Maria Inês Bustamante - FAI
Prof. Dr. Maurício Gonçalves Vieira Ferreira - INPE
Prof. Dr. Ronã Rinston - IFSULDEMINAS

Gestor de Marketing, Comunicação e Administrativo Financeiro
Prof. Aldo Ambrósio Morelli

Revisão de Normalização
Esp. Elen Maria Ferreira Terra Souza
CRB 6-1890

Revisão
Prof. Dr. José Cláudio Pereira - Língua Portuguesa
Prof. Me. Vinícius Antônio Montgomery de Miranda - Língua Inglesa

Diagramação
Júlio Silver

Produção Gráfica
FAI - Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação
Tiragem: 150 exemplares

Capa
Júlio Silver

Endereço para correspondência
Av. Antônio de Cássia, 472 - Jardim Santo Antônio
Santa Rita do Sapucaí - MG
37537-348

E-mail: revistadafai@fai-mg.br
2025

Fundação Educandário Santarritense

Conselho Administrativo

Diretor Presidente: Padre Omar Aparecido de Siqueira
Diretor Vice-Presidente: Fernanda Pereira Rezende Leite
I Diretor Financeiro: Prof. Aldo Ambrósio Morelli
II Diretor Financeiro: Profa. Simone Chagas Cintra
I Diretor Secretário: Prof. Alexandre Franco de Magalhães
II Diretora Secretária: Profa. Rita Helena Ribeiro Pivoto
I Conselheiro: Roberto Toledo Rennó
II Conselheira: Profa. Silvana Isabel de Lima

FAI - Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação

Diretor: Prof. Me. Alexandre Franco de Magalhães
Vice-Diretora: Profa. Me. Cláudia Mesquita da Silva Gomes

SUMÁRIO

Editorial ……07

Logística enxuta: fundamentos do pensamento *Lean* e evidências empíricas de sua aplicação.....08
Vinícius Antônio Montgomery de Miranda
Leonardo dos Santos Silva

A sáude mental de profissionais de enfermagem em ambientes hospitalares: uma revisão sistemática da literatura.…….……..…..22
Wálisson Pereira Soares
Cheila Gonçalves de Oliveira

Gênero, idade e aprendizagem: interação social em Vygotsky …….....31
Julia Eugênia Gonçalves
Terezinha Richartz

Benefícios do método pilates para a população idosa: uma revisão integrativa …….....44
Cláudia Regina Toledo Pereira
José Cláudio Pereira

Job Day: um modelo de evento para promoção da empregabilidade e desenvolvimento local ……...……...…….....59
Maraiza Rodrigues da Silveira

Pobreza como projeto nacional: as escolhas que reduzem as oportunidades de desenvolvimento……...…….....71
Vinícius Antônio Montgomery de Miranda

Normas para publicação na Revista Científica da FAI …….....….89

CONTENTS

Editorial ……07

Lean Logistics: fundamentals of lean thinking and empirical evidence of its application……....08
Vinícius Antônio Montgomery de Miranda
Leonardo dos Santos Silva

The mental health of nursing professionals in hospital settings: a systematic review of the literature ……22
Wálisson Pereira Soares
Cheila Gonçalves de Oliveira

Gender, age, and learning: social interaction in Vygotsky's Social …….……...31
Julia Eugênia Gonçalves
Terezinha Richartz

Benefits of the Pilates method for the elderly population: an integrative review ……..……44
Cláudia Regina Toledo Pereira
José Cláudio Pereira

Job day: an event model to promote employability and local development …….…..……59
Maraiza Rodrigues da Silveira

Poverty as a national project: choices that reduce development opportunities ……....71
Vinícius Antônio Montgomery de Miranda

Guidelines for article publication in the FAI Scientific Journal ……..89

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos mais uma edição da Revista Científica da FAI, um espaço dedicado à divulgação do conhecimento e à valorização da produção técnico-científica nas áreas de gestão, tecnologia, educação e saúde. Como publicação anual, nossa revista consolida o compromisso da FAI com a pesquisa e a inovação, promovendo o diálogo entre a academia e a sociedade, e fortalecendo o papel da ciência na construção de um futuro transformador.

Este periódico se destaca por sua diversidade de contribuições, reunindo artigos de pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação e profissionais das mais diversas instituições. Essa pluralidade enriquece o debate acadêmico e amplia as fronteiras do saber, reafirmando a importância do intercâmbio entre diferentes perspectivas, metodologias e experiências. A cada edição, buscamos selecionar trabalhos que reflitam a relevância, o rigor e o impacto das investigações no cenário contemporâneo.

Convidamos todos os leitores a explorarem os artigos aqui publicados com curiosidade e espírito crítico, certos de que encontrarão reflexões valiosas e inspirações transformadoras. Agradecemos aos autores, pareceristas e colaboradores que contribuíram para a realização desta edição, e renovamos nosso compromisso com a qualidade e a integridade científica que marcam a trajetória da Revista Científica da FAI.

Prof. Me. Alexandre Franco de Magalhães
Diretor da FAI

LOGÍSTICA ENXUTA: FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO *LEAN* E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DE SUA APLICAÇÃO

Vinícius Antônio Montgomery de Miranda
Mestre em Engenharia de Produção pela UNIFEI.
MBA em Gestão Financeira e Controladoria pela UNITAU (Universidade de Taubaté).
Engenheiro Eletricista pela UNIFEI.
Professor de Economia e Finanças da FAI.
E-mail: vinicius@fai-mg.br

Leonardo dos Santos Silva
Engenheiro de Produção - FAI
E-mail: leosantospdv21@gmail.com

RESUMO

O contexto empresarial contemporâneo, marcado por crescente complexidade estrutural e acirrada competitividade global, demanda abordagens estratégicas cada vez mais sofisticadas. Nesse cenário, a busca por eficiência operacional e geração de valor consolidou-se como um imperativo estratégico para as organizações. Sob essa perspectiva, a filosofia *lean*, originalmente desenvolvida no setor industrial, tem sido progressivamente incorporada à logística com o objetivo de eliminar desperdícios, otimizar processos e alinhar as operações às necessidades dos clientes. Este trabalho analisa a aplicação dos princípios e ferramentas do pensamento enxuto na área logística, com base em estudos de caso reais que demonstram sua eficácia em diversos setores como saúde, construção civil e indústria de manufatura. A partir da utilização de técnicas como o mapeamento de processos, o diagrama de Ishikawa e o sistema *Kanban* observam-se ganhos expressivos em produtividade, redução de *lead time*, controle de estoques e melhoria do fluxo de materiais e informações. Os resultados evidenciam que a integração entre a gestão baseada em valor e a logística enxuta potencializam a performance organizacional, contribuindo para a criação de soluções inovadoras e sustentáveis.

Palavras-Chave: pensamento enxuto; eficiência operacional; logística; melhoria contínua; gestão baseada no valor.

ABSTRACT

The contemporary business landscape, characterized by increasing structural complexity and intense global competition, demands increasingly sophisticated strategic approaches. In this context, the pursuit of operational efficiency and value creation has become a strategic imperative for organizations. From this perspective, the lean philosophy—originally developed in the industrial sector—has been progressively incorporated into logistics with the aim of eliminating waste, optimizing processes, and aligning operations with customer needs. This study analyzes the application of lean thinking principles and tools in the logistics field, based on real case studies that demonstrate its effectiveness across various sectors, including healthcare, civil construction, and manufacturing. Through the use of techniques such as process mapping, the Ishikawa diagram, and the Kanban system, significant improvements are observed in productivity, lead time reduction, inventory control, and the flow of materials and information. The results highlight that the integration of value-based management and lean logistics enhances organizational performance, contributing to the development of innovative and sustainable solutions.

Keywords: lean thinking; operational efficiency; logistics; continuous improvement; value-based management.

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual de elevada complexidade e competitividade dos mercados, as organizações têm sido desafiadas a desenvolver modelos de gestão mais eficientes, sustentáveis e orientados à geração de valor. Nesse cenário, a filosofia *lean*, originária do ambiente industrial japonês e amplamente difundida globalmente, tem se consolidado como um referencial estratégico para a melhoria contínua e a eliminação sistemática de desperdícios. Sua aplicação extrapola os limites da manufatura e encontra terreno fértil em diversas áreas organizacionais, incluindo a logística.

A aplicação dos princípios da filosofia *lean* à logística revela-se uma estratégia robusta para racionalizar recursos, eliminar desperdícios e aperfeiçoar fluxos operacionais. A articulação entre processos essenciais e atividades de apoio viabiliza melhorias concretas, como a diminuição do *lead time*, a agilidade nos prazos de entrega, a correção de falhas documentais, a eliminação de percursos desnecessários, a otimização do uso de espaço físico e a alocação mais eficiente dos recursos de transporte e armazenagem. Tais avanços reforçam o papel estratégico da logística enxuta como indutora de valor agregado, tanto nas operações produtivas quanto na cadeia de distribuição. Além disso, promove maior responsividade às exigências do mercado, consolidando o pensamento enxuto como um elemento-chave da gestão organizacional contemporânea.

A complexidade do ambiente empresarial e a hipercompetição desafiam a gestão organizacional a atuar de acordo com uma abordagem holística capaz de lidar com desafios multifacetados e promover a utilização eficiente dos recursos disponíveis. Nesse cenário, a filosofia do pensamento enxuto (*lean thinking*) mostra-se amplamente aplicável a distintas áreas da gestão, uma vez que é orientada à eliminação sistemática de desperdícios, à otimização contínua dos processos e à geração de valor sob a ótica do cliente. Seu propósito central é viabilizar a criação, a produção e a entrega de produtos e serviços com elevada eficiência operacional e qualidade, utilizando o menor volume possível de recursos.

Embora tenham sido inicialmente formulados no contexto industrial, especialmente na manufatura, os princípios do *lean thinking* foram progressivamente estendidos e aplicados a outros domínios organizacionais, como os setores de serviços, logística, tecnologia da informação, entre outros. De acordo com Womack, Jones e Roos (2023), o pensamento enxuto fundamenta-se em cinco princípios essenciais: a definição do valor sob a ótica do cliente; a identificação e mapeamento das atividades que efetivamente agregam valor ao produto ou serviço; a eliminação de interrupções, desperdícios e gargalos nos processos produtivos; a adoção do sistema de produção puxada, orientado pela demanda real do mercado; e o compromisso com a melhoria contínua como elemento central da gestão operacional.

A filosofia de gestão *lean*, atualmente aplicada por diversas organizações, foi originalmente desenvolvida pela Toyota Motor Corporation na década de 1970, conforme apontado por Womack, Jones e Roos (2023) em *A Máquina que mudou o Mundo*. Essa abordagem fundamenta-se na distinção entre atividades que agregam valor ao produto — segundo a perspectiva do cliente — e aquelas que não agregam valor, sendo estas classificadas como desperdícios. De acordo com Ohno (1998), idealizador do Sistema Toyota de Produção (STP), a eliminação sistemática desses desperdícios é essencial para promover a melhoria contínua e elevar a eficiência operacional.

Ohno (1998) ressalta que o impulso para a melhoria contínua da produção desempenha um papel estratégico no desenvolvimento de novos produtos e processos. Hino (2009), por sua vez, destaca a importância do Sistema de Produção Enxuta, continuamente aperfeiçoado ao longo das décadas com o objetivo de minimizar desperdícios e promover ganhos sustentáveis por meio da melhoria incremental. Contudo, Ohno (1998) adverte que a implementação dessa tecnologia enfrenta barreiras significativas, sobretudo devido à inércia dos processos organizacionais consolidados, os quais dificultam a adoção de mudanças estruturais e culturais necessárias à efetivação dessa abordagem.

Em um cenário caracterizado por transformações contínuas e pela constante busca por eficiência operacional, a logística ocupa uma posição estratégica ao englobar atividades essenciais de movimentação, armazenagem e distribuição de produtos, atendendo a uma base de clientes cada vez mais diversificada e geograficamente dispersa em escala global. Essas funções operam de forma integrada aos demais processos organizacionais, com o propósito de assegurar a fluidez do fluxo de bens ao longo da cadeia de suprimentos, bem como o fluxo de informações correlatas que os sustentam. Seu objetivo primário é atender aos requisitos de serviço estabelecidos pelos clientes, mantendo os custos operacionais dentro de limites considerados eficientes e sustentáveis.

Segundo Ballou (2006), a logística busca proporcionar níveis de serviço que satisfaçam as expectativas dos clientes, ao mesmo tempo em que se assegura da viabilidade econômica das operações. Assim, a análise da cadeia logística exige uma compreensão aprofundada de suas fases e a avaliação contínua de oportunidades de melhoria, com vistas à maximização da eficácia operacional, alinhando-se sempre às necessidades dos clientes, sejam internos ou externos (Christopher, 2016). A busca por essa eficiência requer, portanto, uma abordagem integrada que considere não apenas os processos logísticos em si, mas também os impactos destes sobre toda a cadeia de valor.

Nessa perspectiva, a integração entre a logística e o pensamento enxuto tornou-se estratégica para o aprimoramento da eficiência operacional, à medida que os princípios *lean* contribuem diretamente para a otimização das atividades logísticas. Portanto, a racionalização

dos fluxos de materiais, informações e processos, com o objetivo de reduzir *lead times*, estoques e custos operacionais, conforme Hines, Holweg e Rich (2004), pode ser considerada a essência da logística enxuta, tratada nesse artigo.

Na prática isso significa aplicar técnicas como a melhoria contínua (*kaizen)* e o mapeamento de processos, com foco na identificação de ineficiências, gargalos, interfaces críticas e fontes de desperdício ao longo de toda a cadeia logística. Para Shingo (1996), a sistemática redução — ou eliminação — desses pontos críticos resulta em ganhos expressivos de eficiência e agilidade operacional, em consonância com os princípios da melhoria contínua e da otimização dos fluxos logísticos. Notarjacomo *et al*. (2024) acrescentam que a implementação da metodologia *lean* na área logística está direcionada a três processos essenciais: o abastecimento, a logística interna e a distribuição dos produtos comercializados.

Considerando o impacto expressivo que os processos logísticos exercem sobre o desempenho organizacional, a adoção de princípios enxutos torna-se uma necessidade premente. Em um ambiente de recursos escassos, margens reduzidas e exigências crescentes por parte dos *stakeholders*, a eficiência operacional não se constitui apenas como um diferencial, mas como um imperativo. Além disso, a consolidação de práticas *lean* na logística tem contribuído para a superação de gargalos históricos do setor, promovendo inovação e criando soluções adaptadas à realidade de diferentes segmentos, como saúde, construção civil, indústria e varejo.

Este trabalho tem como objetivo analisar a aplicação da filosofia *lean* na área logística, com ênfase na identificação de práticas e ferramentas que contribuem para a otimização dos processos, a redução de desperdícios e o aumento do valor entregue ao cliente. De forma específica, busca-se apresentar evidências empíricas de casos reais que demonstram a eficácia da logística enxuta em diferentes contextos organizacionais, destacando seus impactos sobre a performance operacional e estratégica.

A metodologia científica representa um componente essencial em qualquer trabalho de pesquisa, especialmente nos estudos de natureza explicativa, como é o caso deste artigo. Segundo Gil (2022), a pesquisa explicativa visa aprofundar o conhecimento da realidade ao buscar causas e efeitos, exigindo, portanto, um delineamento metodológico consistente que assegure a validade das inferências.

Este artigo se caracteriza como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, com enfoque descritivo, tendo como objetivo reunir, analisar e interpretar criticamente trabalhos que abordem o tema da Logística Enxuta.

As buscas de trabalhos relacionados com o tema foram realizadas em anais de eventos nacionais como o ENEGEP, em periódicos nacionais da área de Engenharia de Produção e no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os seguintes termos de buscas: logística enxuta, *lean logistics* e gestão enxuta da logística. Foram pesquisados estudos e publicações com aderência ao escopo da pesquisa, especialmente a partir do ano 2000. A análise dos trabalhos

selecionados seguiu os princípios das revisões sistemáticas, com vistas a identificar padrões e abordagens teóricas dos principais resultados encontrados na literatura.

2 FILOSOFIA DA PRODUÇÃO ENXUTA

O conceito de Produção Enxuta teve origem no Sistema Toyota de Produção com os objetivos de eliminar desperdícios e agregar valor ao cliente ao tornar a produção mais eficiente. No ambiente industrial muitos problemas geram redução de produtividade, como as falhas e os defeitos de fabricação, o retrabalho, o tempo de espera, os atrasos, a quebra de máquinas e a falta de treinamento dos operadores.

Ohno (1998) identifica as sete principais fontes de desperdícios nos ambientes de produção e de transporte e armazenamento de materiais, conforme o quadro 1.

QUADRO 1 – Fontes de Desperdícios

Fontes de Desperdícios Produtivos e Logísticos		
Ordem	**Fonte de Desperdício**	**Explicação**
1	Superprodução	Itens sem demanda ou estoques excessivos.
2	Tempo em Espera	Falta de material e equipamentos parados.
3	Transporte	Movimentação desnecessária (problema no *layout*).
4	Processamento em excesso	Inspeções redundantes ou etapas desnecessárias.
5	Estoque elevado	Estoques consomem capital e ocupam espaço.
6	Pessoas em movimento	Ergonomia inadequada ou ferramentas distantes.
7	Defeitos e não conformidades	Falhas e retrabalhos que desperdiçam material.

FONTE: adaptado de Ohno (1998)

Para mitigar ou eliminar desperdícios, a filosofia lean preconiza ações como a padronização de processos e procedimentos, a melhoria contínua das atividades produtivas e a promoção do trabalho em equipe, com foco na valorização dos colaboradores. Tais práticas visam agregar valor à produção e reduzir os custos operacionais, promovendo maior eficiência e competitividade no ambiente organizacional.

Womack, Jones e Roos (2023) explicam que o aumento da eficiência nos processos contribui para elevar a competitividade da organização. Para Slack, Brandon-Jones e Johnston (2018), a produção enxuta é um conjunto de princípios aplicados aos processos com finalidade de executar atividades de forma simples, melhorando-as gradualmente para atender às necessidades dos clientes com foco na redução de desperdícios em cada etapa.

2.1 CADEIA DE VALOR E O GERENCIAMENTO BASEADO NO VALOR

A essência dos processos organizacionais consiste na transformação de insumos em produtos e serviços capazes de gerar valor para os clientes. Nesse contexto, Michael Porter desenvolveu o conceito de cadeia de valor, que descreve como uma organização deve estruturar suas atividades de forma integrada, a fim de maximizar a geração de valor sob diferentes dimensões. De acordo com Porter (1989), a análise detalhada das atividades organizacionais permite a otimização dos processos internos e a identificação de fontes de vantagem competitiva. O autor propõe a divisão das atividades empresariais em dois grandes grupos: atividades primárias, que englobam as ações diretamente relacionadas à produção, comercialização, distribuição e pós-venda; e atividades de suporte, que oferecem a base necessária para o funcionamento eficiente das atividades primárias. Nesse modelo, os sistemas

logísticos, assim como as operações, as vendas, os serviços e o atendimento ao cliente, são classificados como atividades primárias essenciais, tendo papel estratégico na criação de valor percebido pelo cliente.

Por outro lado, o Gerenciamento Baseado no Valor (*Value-Based Management* – VBM), embora tenha origem na área de finanças, especificamente a partir da preocupação em maximizar a riqueza dos acionistas, evoluiu ao longo dos anos 2000 para constituir-se como uma abordagem gerencial abrangente, que busca alinhar de forma sistêmica todas as decisões estratégicas, operacionais e táticas da organização com o objetivo de gerar valor não apenas aos acionistas, mas também aos demais *stakeholders*. Nesse contexto, a VBM passou a incorporar princípios de sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa.

Segundo Assaf Neto (2021), o modelo de gestão baseado no valor promove a descentralização da tomada de decisões por meio da definição de métricas econômicas e direcionadores de valor (*value drivers*) que orientam gestores das diversas áreas da organização — sejam administrativas ou operacionais — na busca por decisões que efetivamente contribuam para a geração de valor econômico.

Os *value drivers* constituem instrumentos analíticos que possibilitam compreender os mecanismos de criação de valor em cada área da organização, contribuindo diretamente para a maximização dos resultados corporativos. Para Koller, Goedhart e Wessels (2022), quando os *value drivers* são gerenciados adequadamente ocorrem ganhos operacionais que elevam o *valuation* da organização. Assim, essa lógica gerencial apresenta forte convergência com os princípios da filosofia *lean*, ao buscar a otimização do uso de recursos, a redução de desperdícios e a elevação da eficiência dos processos, de modo a aumentar o valor percebido pelo cliente e, simultaneamente, fortalecer a competitividade organizacional.

2.2 LOGISTICA

A logística pode ser definida como o conjunto de atividades responsáveis pelo planejamento, implementação e controle do fluxo eficiente e eficaz de materiais, serviços e informações, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o objetivo de atender aos requisitos dos clientes. Para Ballou (2006), a logística envolve todas as operações de movimentação e armazenagem que facilitam o fluxo de produtos, sendo fundamental para a gestão da cadeia de suprimentos. Dessa forma, pode-se afirmar que a logística envolve a integração, a informação, o transporte, o inventário, o armazenamento, a embalagem e a movimentação de materiais necessários para agregar valor e atender ao cliente de forma inteligente. Este autor ainda acrescenta que um sistema logístico eficiente e desenvolvido incentiva as trocas comerciais e contribui para a elevação do padrão de vida geral.

Por outro lado, Camelo *et al*. (2010) mostram que a crescente expansão do comércio internacional e a consolidação das cadeias

globais de suprimentos contribuem para tornar o processo de gerenciamento logístico cada vez mais amplo e complexo, exigindo maior integração e coordenação entre os diversos elos da cadeia. A presença de múltiplas interfaces entre agentes, sistemas e atores envolvidos no sistema logístico torna sua gestão uma tarefa complexa e desafiadora, ao mesmo tempo em que oferece amplas oportunidades para aprimoramento operacional e redução de custos.

Por apresentar um dos mais amplos escopos e elevados níveis de complexidade, conforme destacam Bowersox, Closs e Cooper (2002), a aplicação da filosofia *lean* oferece um elevado potencial de geração de valor, sobretudo por meio da eliminação de desperdícios e da otimização dos processos operacionais. Slack, Brandon-Jones e Johnston (2018) conceituam a Logística Enxuta como a busca pela otimização dos fluxos de materiais e informações, visando à redução sistemática de desperdícios ao longo dos processos logísticos.

2.3 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA *LEAN* À LOGISTICA

A aplicação da metodologia *lean* aos sistemas logísticos parte do pressuposto de que a simplificação e racionalização dos processos, por meio da identificação sistemática das atividades que agregam valor, permite minimizar custos operacionais e elevar a qualidade do atendimento ao cliente, favorecendo a obtenção de vantagens competitivas.

Nos processos logísticos, diversos fatores operacionais e estruturais impactam negativamente o desempenho da cadeia de suprimentos. Entre os principais entraves, destacam-se a obsolescência de mercadorias, a imprecisão na previsão de demanda, a defasagem tecnológica, a escassez de profissionais qualificados, os elevados custos de armazenagem, as rupturas de estoque, as deficiências na infraestrutura de transporte e armazenagem, o excesso de inventário, os atrasos nas entregas, os erros na documentação e o uso de embalagens inadequadas. Christopher (2016) explica que esses elementos, isolados ou combinados, contribuem significativamente para o aumento dos custos operacionais e para a redução da percepção de valor por parte do cliente, comprometendo a competitividade organizacional.

Contudo, a aplicação dos princípios *lean* aos processos logísticos possibilita, de forma simultânea, a elevação dos níveis de serviço ao cliente e a redução dos custos totais. Esse desempenho superior representa uma vantagem competitiva relevante, na medida em que contribui para o aprimoramento dos atributos essenciais de desempenho logístico como confiabilidade, flexibilidade, estabilidade operacional e capacidade de resposta da cadeia de suprimentos.

De acordo com Bañolas (*apud* Camelo *et al*., 2010), a logística enxuta requer uma gestão focada na identificação e eliminação de sete tipos recorrentes de desperdícios, que comprometem a eficiência dos fluxos logísticos e a geração de valor. Entre essas perdas estão: (i) a superoferta por quantidade, que ocorre quando os volumes

produzidos excedem a demanda do cliente, resultando em estoques desnecessários; (ii) a superoferta por antecipação, caracterizada pelo envio de produtos antes da real necessidade do cliente, o que também gera acúmulo de inventário; (iii) a suboferta, que representa perdas de vendas devido à falta de estoque ou falhas no nível de serviço; (iv) as esperas, oriundas de atrasos ou ineficiências no processamento de pedidos; (v) as perdas por defeitos, relacionadas a produtos que não atendem aos padrões de qualidade; (vi) as perdas por movimentações desnecessárias, que aumentam custos e reduzem a produtividade; e (vii) as perdas por falhas no cumprimento dos prazos de entrega, comprometendo a confiabilidade do serviço logístico.

3 A LOGÍSTICA ENXUTA NAS ORGANIZAÇÕES

A logística enxuta tem sido aplicada com sucesso em diversas organizações mundo afora, principalmente em setores como automotivo, varejo, alimentos e tecnologia. A seguir, apresentam-se e analisam-se quatro casos reais selecionados na literatura, com o objetivo de ilustrar a aplicação prática dos conceitos abordados.

Oliveira e Santos (2025) apresentam a aplicação dos princípios do pensamento *lean* na área de farmácia e logística hospitalar do Hospital Sírio-Libanês de Brasília. A instituição vinha enfrentando um aumento nas perdas médias mensais de itens estocados, como medicamentos, materiais descartáveis e demais insumos, principalmente em função do vencimento de produtos. Esse cenário foi agravado pelo crescimento do número de pacientes atendidos, o que resultou na ampliação dos estoques e, consequentemente, no aumento das perdas.

Para garantir um sistema de abastecimento eficiente, a unidade passou a operar com alta frequência de reposição e organização rigorosa do espaço interno, permitindo agilidade no reabastecimento e maior controle operacional. Com o objetivo de limitar as perdas a 0,3% do valor total estocado, foi utilizado o diagrama de Ishikawa para identificar 25 causas potenciais de desperdícios. Dessas, 17 foram priorizadas para análise aprofundada, e, para cada uma, foram definidas contramedidas específicas por meio de uma abordagem estruturada e orientada à resolução de problemas.

Medidas complementares de baixo esforço e alto impacto também foram implementadas, como o reforço na aplicação da metodologia 5S e a etiquetagem diferenciada para itens próximos do vencimento. A partir dessas ações, a localização dos produtos tornou-se mais precisa, e as etiquetas passaram a destacar apenas os itens com vencimento no mês corrente, eliminando retrabalho e aumentando a eficiência do controle. Desde então, a integração multidisciplinar entre diferentes setores da instituição tem se mostrado essencial para alcançar os objetivos propostos, cujos resultados positivos já começam a ser observados.

Oliveira e Silvestrini (2025) apresentam um caso de aplicação dos princípios do pensamento *lean* na empresa SKIC Brasil, subsidiária de capital chileno e referência na indústria de construção e montagem em larga escala, com operações no Chile, Brasil e Peru. Atuando no mercado brasileiro desde 2016, a empresa enfrenta, na área de logística, desafios significativos relacionados ao planejamento e controle de estoques, à manutenção e ao uso eficiente de equipamentos, cuja disponibilidade impacta diretamente o custo final dos empreendimentos.

O setor da construção civil tem sido particularmente afetado por obstáculos como baixa produtividade, elevados índices de desperdício e a recorrência de eventos disruptivos — como alterações climáticas, escassez de mão de obra qualificada, demandas fora do escopo e revisões de projetos de engenharia. Diante desse cenário, a SKIC iniciou, em 2023, um projeto voltado à reestruturação de processos logísticos, o que resultou na identificação de 27 iniciativas de melhoria com foco em ganhos operacionais.

A partir da reestruturação dos fluxos logísticos, foi possível reorganizar as atividades da cadeia de suprimentos, permitindo que os materiais fossem entregues de forma pontual, evitando atrasos na execução das obras e reduzindo o excesso de estoque — que, até então, implicava custos adicionais relevantes. A implementação dessas melhorias também promoveu uma maior integração entre áreas organizacionais, otimizando negociações internas e externas, mitigando riscos estratégicos e operacionais, e prevenindo consequências críticas, como atrasos comprometedores, acidentes com gravidade e danos à imagem corporativa.

Como resultado, nos seis meses subsequentes à aplicação das ações, a empresa alcançou uma taxa média de 70% das requisições de serviços contratadas dentro do *lead time* estabelecido. Esse caso da SKIC evidencia como a adoção de práticas enxutas, aliada à reestruturação sistêmica de processos e ao fortalecimento das parcerias, pode não apenas reduzir custos e aumentar a eficiência, mas também conferir um diferencial competitivo em um setor altamente dinâmico e desafiador.

Notarjacomo *et al.* (2024) apresentam a aplicação dos princípios da logística enxuta em uma empresa brasileira do setor sucroalcooleiro, que enfrentava recorrentes atrasos no carregamento e na expedição de veículos com cargas de açúcar, bem como elevada variabilidade nos tempos de carregamento destinados às diferentes localidades atendidas pela usina. Para enfrentar esses desafios, foram implementados procedimentos padronizados tanto para o carregamento dos veículos quanto para a emissão da documentação necessária, além da adoção de ferramentas *lean*, como o sistema *Kanban*, e de ajustes nos fluxos operacionais. Essas intervenções possibilitaram ganhos significativos na eficiência logística, contribuindo para a redução de atrasos e a melhoria da previsibilidade nas operações de transporte.

Por fim, Tateyama e Lage Júnior (2020) analisam o caso de uma empresa do setor de manufatura, especializada na produção de materiais de escritório, na qual a aplicação de práticas *lean* nos processos de separação e expedição de produtos acabados resultou em uma redução de 50 minutos nos tempos de espera relacionados aos procedimentos administrativos posteriores à separação. A implementação da tecnologia RFID permitiu a substituição do processo manual de etiquetagem, promovendo uma diminuição adicional de 73 minutos no tempo total de fluxo.

Além da significativa redução dos tempos de espera, considerados desperdícios logísticos conforme os princípios *lean*, observou-se também uma diminuição do espaço físico ocupado por itens estocados. O estudo estima uma redução superior a 60% no *lead time* total do processo logístico, refletindo diretamente na melhoria dos prazos de entrega e na diminuição dos custos operacionais.

Os estudos empíricos apresentados demonstram a viabilidade e a relevância da aplicação da filosofia *lean* como instrumento para a otimização do uso de recursos organizacionais, com impactos diretos na elevação da produtividade operacional e no desenvolvimento de soluções inovadoras e eficazes para desafios enfrentados por gestores comprometidos com a geração de valor. Tais benefícios se estendem não apenas aos clientes finais, por meio da melhoria de produtos e serviços, mas também a uma diversidade de *stakeholders*, abrangendo setores distintos como a saúde e a construção civil, entre outros abordados neste trabalho.

CONCLUSÃO

Em ambientes organizacionais caracterizados por elevada complexidade sistêmica e intensificação da concorrência, a capacidade de conduzir operações com destacada eficiência e foco nas demandas dos clientes consolida-se como um fator crítico de vantagem competitiva sustentável. Nesse contexto, a incorporação dos princípios do pensamento *lean* e de suas ferramentas associadas — voltadas à eliminação sistemática de desperdícios, à melhoria contínua e à criação de valor — evidencia não apenas o alinhamento entre as práticas operacionais e os interesses dos *stakeholders*, mas também a transição para um modelo de gestão orientado por resultados, eficiência e sustentabilidade. Assim, a aplicação consistente dessa filosofia constitui um indicativo de desenvolvimento organizacional avançado, associado a níveis superiores de profissionalização da gestão e de integração estratégica entre processos, recursos e objetivos institucionais.

A aplicação de ferramentas da filosofia enxuta, como o mapeamento de processos e o diagrama de Ishikawa, entre outras, voltadas à identificação de falhas, gargalos, tempos de espera e demais fontes de ineficiência que elevam os custos operacionais sem gerar valor, mostra-se significativamente mais eficaz quando aliada à atuação de equipes capacitadas e

engajadas. Tais equipes são capazes de reconhecer procedimentos e iniciativas que funcionam como direcionadores de valor, em consonância com os pressupostos da gestão baseada em valor (VBM). Esse cenário evidencia que a integração de técnicas orientadas à melhoria contínua, tanto no ambiente produtivo quanto no gerencial, potencializa a capacidade organizacional de gerar resultados consistentes, inovar na experiência do cliente e sustentar vantagem competitiva em contextos estratégicos dinâmicos.

Assim, a expansão da filosofia *lean* para além do ambiente produtivo, sua origem tradicional, e sua incorporação em áreas como a logística, evidencia o potencial desta abordagem para promover uma gestão mais eficiente e racional dos recursos organizacionais. Essa transversalidade demonstra que é possível, por meio da aplicação sistemática dos princípios *lean*, desenvolver soluções mais eficazes e customizadas às demandas de diferentes perfis de clientes, conforme revelam os casos empíricos apresentados neste estudo.

Os resultados finais mostram que conhecimento do estado do processo produtivo é o ponto de partida para qualquer projeto de aumento de eficiência produtiva. A implementação das melhorias propostas tornou possível otimizar as atividades do processo e a utilização dos recursos produtivos, de forma a se obter ganhos econômicos com o aumento de produtividade. A aplicação prática da ferramenta de análise do processo mostrou sua validade em cumprir com os objetivos da empresa de aumentar a eficiência e atender mais rapidamente à demanda dos clientes.

Portanto, a aplicação da filosofia *lean* à logística, aliada à integração entre atividades primárias e de suporte, possibilita a obtenção de melhorias significativas, tais como a redução do *lead time* dos processos, a diminuição dos prazos de entrega, a mitigação de falhas documentais, a otimização das distâncias percorridas, da área ocupada, da alocação de recursos de transporte e armazenagem, bem como o aprimoramento da capacidade de resposta às demandas dos clientes. Esses avanços contribuem diretamente para o aumento do valor agregado, tanto nas operações produtivas quanto nas estruturas de estocagem e distribuição de produtos e serviços.

Esse trabalho evidencia a viabilidade técnica da aplicação do mapeamento do fluxo de valor em conjunto com os fundamentos da produção enxuta, que visam reduzir desperdícios, reestruturar processos e elevar a produtividade, propiciando ganhos aos proprietários do negócio e benefícios adicionais como o aumento da capacidade de inovação, de investimentos e de produção, a ampliação de mercados, inclusive no exterior e a geração de empregos e renda. Entretanto, os principais requisitos para granjear esses benefícios são: contar com profissionais qualificados tanto na liderança da implantação do projeto, quanto na execução e manutenção das modificações necessárias, e dispor de tempo e recursos financeiros para inverter nesse empreendimento que seguramente modificará a rotina de trabalho

e exigirá atenção e cuidado principalmente dos gestores.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Valuation:** métricas de valor e avaliação de empresas. 4. ed. Barueri-SP: Atlas, 2021.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/*Logística Empresarial***. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B. **Supply chain logistics management**. New York: McGraw-Hill, 2002.

CAMELO, G. R. *et al*. **Logística Enxuta:** a abordagem Lean na cadeia de suprimentos. XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP), São Carlos – SP, 12 a 15 out. 2010.

CHRISTOPHER, M. **Logistics & supply chain management:** strategies for reducing cost and improving service**.** 5. ed. Harlow: Pearson Education, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HINES, P.; HOLWEG, M.; RICH, N. Learning to evolve: A review of contemporary lean thinking. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 24, n. 10, p. 994–1011, 2004.

HINO, S. **O pensamento Toyota: princípios de gestão para um crescimento duradouro.** Porto Alegre: Bookman, 2009.

KOLLER, T.; GOEDHART, M.; WESSELS, D. **Avaliação de Empresas (Valuation).** 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2022.

NOTARJACOMO, M. H. *et al*. **A Logística Lean como estratégia de redução de desperdícios no carregamento de açúcar: um estudo de caso em uma indústria sucroalcoleira**. XLIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP), Porto Alegre – SC, 22 a 25 out. 2024.

OHNO, T. **O Sistema Toyota de Produção, além da Produção em larga escala.** Porto Alegre: Bookman, 1998.

OLIVEIRA, D. F.; SANTOS, F. S. ***Lean* na farmácia e logística hospitalar**: um case inspirador do Hospital Sírio-Libanês para a melhoria contínua. São Paulo: Lean Institute Brasil, 24 mar. 2025. Disponível em: https://www.lean.org.br/artigos/4572/lean-na-farmacia-e-logistica-hospitalar-um-case-inspirador-do-hospital-sirio-libanes-para-a-melhoria-continua. Acesso em: 11 maio 2025.

OLIVEIRA, D. F.; SILVESTRINI, B. C. **Transformação *lean* em compras:** o caso da SKIC na construção civil**.** São Paulo: Lean Institute Brasil, 31 mar. 2025. Disponível em: https://www.lean.org.br/artigos/4573/transformacao-lean-em-compras-o-caso-da-skic-na-construcao-civil. Acesso em: 11 maio 2025.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva:** criando e sustentando um desempenho superior**.** 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

SLACK, N.; BRANDON-JONES, A.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SHINGO, S. **O Sistema Toyota de Produção:** do ponto de vista da engenharia de produção**.** Porto Alegre: Bookman, 1996.

TATEYAMA, G. G.; LAGE JÚNIOR, M. **Mapeamento do Fluxo de Valor em Processos de Separação e Expedição de Produtos Acabados:** um estudo de caso. XL Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP), Foz do Iguaçu – PR, 20 a 23 out. 2020.

WOMACK, J. P.; JONES, D. T.; ROOS, D. **A Máquina que Mudou o Mundo:** baseado no estudo do Massachusetts Institute of Technology (MIT). 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2023.

A SAÚDE MENTAL DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM EM AMBIENTES HOSPITALARES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Wálisson Pereira Soares
Mestrando em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela UNIFEI. Graduação em Psicologia pela UNIVAS.
E-mail: walissonpsi95@gmail.com

Cheila Gonçalves de Oliveira
Doutorado em Ciências Médicas pela FMUSP. Mestrado em Engenharia Biomédica pela UFABC. Graduação em Enfermagem pela UNIVAS.
Professora do curso de Enfermagem da FAI.
E-mail: cheilaoliveira@fai-mg.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de identificar os impactos e fatores de risco do ambiente hospitalar na saúde mental de profissionais da saúde. A partir da análise dos estudos selecionados, observou-se que os profissionais de enfermagem são os mais afetados, em virtude da sobrecarga de trabalho, conflitos interpessoais, exigências emocionais constantes e pressão institucional. Esses fatores elevam a suscetibilidade a transtornos como estresse, ansiedade, depressão e síndrome de *burnout*. A pesquisa utilizou os descritores "saúde mental", "profissional de saúde" e "hospital", com busca em bases nacionais e internacionais entre 2018 e 2022. Foram selecionados 22 artigos que evidenciam a predominância do sofrimento psíquico em profissionais de enfermagem, especialmente em setores como UTI e pronto-atendimento, onde a carga emocional é mais intensa. A análise revelou que os profissionais de enfermagem são os mais afetados pelas condições do ambiente hospitalar, destacando-se a necessidade de estratégias institucionais para mitigar esses efeitos como a implementação de suporte psicossocial e monitoramento da sobrecarga. Conclui-se que a atuação em enfermagem, diante das atuais condições hospitalares, exige maior atenção à saúde mental como fator essencial à qualidade do cuidado prestado.

Palavras-chave: saúde mental; enfermagem hospitalar; fatores psicossociais; profissional de enfermagem.

ABSTRACT

This article presents a systematic review of the literature with the aim of identifying the impacts and risk factors of the hospital environment on the mental health of healthcare professionals. Based on the analysis of the selected studies, it was observed that nursing professionals are the most affected, due to work overload, interpersonal conflicts, constant emotional demands, and institutional pressure. These factors increase susceptibility to disorders such as stress, anxiety, depression, and burnout syndrome. The research used the descriptors “mental health,” “health professional,” and “hospital,” searching national and international databases between 2018 and 2022. Twenty-two articles were selected that highlight the prevalence of psychological distress among nursing professionals, especially in sectors such as ICUs and emergency rooms, where the emotional burden is more intense. The analysis revealed that nursing professionals are the most affected by hospital conditions, highlighting the need for institutional strategies to mitigate these effects, such as the implementation of psychosocial support and monitoring of overload. It is concluded that nursing practice, given current hospital conditions, requires greater attention to mental health as an essential factor in the quality of care provided.

Keywords: mental health; hospital nursing; psychosocial factors; nursing professional.

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental dos profissionais de enfermagem tem se tornado tema recorrente em estudos voltados ao ambiente hospitalar, dada a complexidade das funções desempenhadas por essa categoria. Como principal grupo responsável pelo cuidado direto ao paciente, os enfermeiros lidam cotidianamente com situações de dor, sofrimento, morte, sobrecarga laboral, conflitos interpessoais e exigências institucionais, fatores que podem afetar significativamente sua saúde psíquica.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946), a saúde não se limita à ausência de enfermidades, mas compreende o bem-estar físico, mental e social. Ainda segundo a OMS (2020), a saúde mental é um estado de equilíbrio no qual o indivíduo é capaz de lidar com o estresse cotidiano, trabalhar de forma produtiva e contribuir para sua comunidade. Tais definições são particularmente relevantes no contexto hospitalar, onde os profissionais de enfermagem enfrentam pressões constantes e condições adversas que comprometem esse equilíbrio.

O ambiente hospitalar é uma instituição marcada por rotinas intensas, múltiplas responsabilidades, escassez de recursos e uma cultura organizacional frequentemente centrada em modelos hierárquicos rígidos. Tais aspectos estruturais podem gerar adoecimento mental, sendo recorrentes relatos de estresse, ansiedade, depressão, fadiga crônica e síndrome de *burnout* entre enfermeiros (Pascoal *et al.*, 2019; Dal'Bosco *et al*., 2020).

A pandemia de COVID-19 intensificou a exposição dos profissionais de enfermagem a situações críticas. Com aumento da demanda, falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), medo de contaminação e jornadas exaustivas, a saúde mental dessa categoria foi duramente impactada (Teo *et al.*, 2021; Vieira *et al.*, 2022).

A enfermagem, sendo uma profissão majoritariamente feminina, carrega ainda uma sobrecarga relacionada à dupla jornada de trabalho, visto que muitos profissionais acumulam funções domésticas e familiares, o que amplia sua vulnerabilidade psíquica (Sousa *et al*., 2019).

Neste contexto, torna-se essencial a promoção da saúde mental no ambiente hospitalar, com estratégias institucionais que incluam apoio psicológico, valorização profissional, adequação da carga horária e fortalecimento das relações interpessoais. A relevância social do tema justifica a necessidade de estudos que sistematizem evidências científicas sobre os fatores de risco e os principais impactos do trabalho hospitalar na saúde mental dos profissionais de enfermagem.

Diante disso, este artigo tem como objetivo identificar os principais impactos do ambiente hospitalar sobre a saúde mental dos profissionais da saúde, bem como mapear os fatores de risco associados a esse cenário. A partir da revisão dos estudos publicados entre 2018 e 2022, observou-se que os profissionais de enfermagem são os mais

afetados, o que justifica o foco específico nesta categoria profissional nas análises subsequentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da saúde mental no trabalho exige um olhar aprofundado sobre os processos psicossociais envolvidos na organização do ambiente laboral. A Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida por Dejours (1994; 2012), oferece importantes subsídios para essa análise ao enfatizar a tensão constante entre o sofrimento e o prazer no exercício profissional. Segundo essa abordagem, o trabalho pode ser fonte de realização, mas também de adoecimento, dependendo das condições organizacionais e das estratégias defensivas que o sujeito constrói para lidar com a realidade institucional.

No contexto hospitalar, tais condições frequentemente envolvem sobrecarga de tarefas, pressão institucional, rigidez hierárquica, insuficiência de recursos e exposição contínua à dor e ao sofrimento dos pacientes. Para Areosa (2021), a Psicodinâmica do Trabalho permite compreender como essas variáveis influenciam a saúde mental dos trabalhadores da saúde, especialmente dos profissionais de enfermagem, que desempenham funções diretamente ligadas ao cuidado e à manutenção da vida.

Os fatores psicossociais de risco no trabalho, conforme apontam Moncada, Llorens e Kristensen (2004), estão relacionados à organização do trabalho, às relações interpessoais, à ausência de autonomia e ao baixo reconhecimento profissional. Tais elementos impactam diretamente a saúde mental, podendo desencadear estresse ocupacional, *burnout*, ansiedade, depressão e outras manifestações de sofrimento psíquico.

No caso da enfermagem, esses fatores se intensificam devido à natureza do trabalho e à exigência constante de habilidades técnicas, emocionais e relacionais. A presença de uma cultura institucional autoritária, com pouca abertura para diálogo e escuta ativa, acentua o distanciamento entre gestores e profissionais, criando um ambiente hostil e desmotivador (Sousa *et al.*, 2019; Martins *et al.*, 2020).

O conceito de sofrimento ético tem ganhado destaque nas discussões sobre o adoecimento mental na enfermagem. Ele se refere à frustração vivenciada pelos profissionais quando não conseguem atuar de acordo com seus princípios éticos, seja por falta de tempo, recursos ou respaldo institucional. Essa tensão constante entre o ideal e o possível contribui para o desgaste emocional e moral dos trabalhadores (Dal'Bosco *et al.*, 2020).

Portanto, compreender a saúde mental de profissionais de enfermagem requer uma análise contextualizada das condições de trabalho, das relações institucionais e das subjetividades envolvidas nas práticas de cuidado. A atuação preventiva e promocional neste campo deve partir do reconhecimento das especificidades da categoria

e da necessidade de transformações na cultura organizacional hospitalar.

3 MÉTODO

Este estudo utilizou o método da revisão sistemática da literatura com abordagem qualitativa, analítica e descritiva. A revisão sistemática é uma estratégia metodológica que busca identificar, selecionar e analisar criticamente estudos relevantes sobre determinado tema, com vistas à síntese do conhecimento existente (Galvão; Pansani; Harrad, 2015).

Para garantir a transparência e o rigor metodológico, foi adotado o protocolo PRISMA *(Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), o qual estrutura o processo de revisão em quatro etapas: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão (Moher *et al*., 2009). A coleta de dados ocorreu durante o mês de junho de 2023.

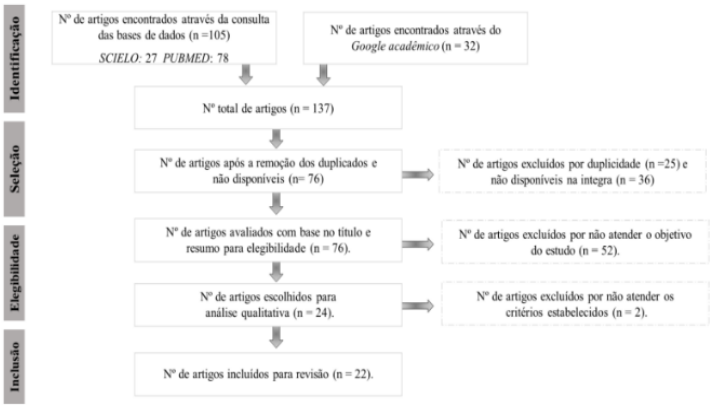
Foram utilizadas as bases de dados *MEDLINE*, *SciELO* e *Google* Acadêmico. Os descritores utilizados foram: "saúde mental" *OR* "*mental health*", *OR* "profissional de saúde" *OR* "trabalhador" *OR* "*workers*" e "*hospitais*" *OR* "*hospitals*". O operador booleano *AND não* for utilizado para combinar os descritores, e o operador *OR* para incluir termos equivalentes em português e inglês. Os descritores foram selecionados conforme as diretrizes da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Os critérios de inclusão foram: artigos publicados entre 2018 e 2022; inclusive nos idiomas português ou inglês; com acesso ao texto completo; que abordassem a saúde mental de profissionais de enfermagem atuando no contexto hospitalar. Como critérios de exclusão, desconsideram-se dissertações, teses, trabalhos duplicados ou que tratassem da saúde mental de outros profissionais que não fossem da enfermagem, ou cujo cenário de atuação não fosse o hospitalar.

Após a aplicação dos critérios, foram selecionados 22 artigos para análise qualitativa. Os dados foram organizados conforme os principais fatores de risco citados nos estudos, bem como os impactos mais recorrentes na saúde mental dos enfermeiros. Essa sistematização permitiu a elaboração de gráficos e quadros descritivos para auxiliar na discussão dos resultados.

A Figura 1 a seguir representa as etapas seguidas na seleção dos artigos incluídos nesta revisão sistemática, conforme as diretrizes do protocolo PRISMA. Inicialmente, foram identificados 137 artigos a partir de três bases de dados. Após a exclusão de duplicidades e indisponibilidades, restaram 76 artigos. Estes foram analisados com base nos títulos e resumos, resultando na exclusão de 52 artigos por não atenderem ao objetivo do estudo. Após leitura completa, mais dois artigos foram excluídos por não atenderem aos critérios definidos. Assim, 22 artigos compuseram a análise final desta revisão.

Figura 1 - Etapas do protocolo PRISMA para seleção dos estudos da revisão



FONTE: Autor (2025)

A coleta e seleção dos estudos foram sistematizadas por meio das diretrizes do protocolo PRISMA, que orienta a condução de revisões sistemáticas com rigor metodológico e transparência. As etapas seguidas incluíram: identificação (levantamento inicial nas bases de dados), seleção (remoção de duplicações e artigos indisponíveis), avaliação da elegibilidade (análise dos títulos e resumos) e inclusão final (análise qualitativa dos estudos pertinentes). A Figura 1 ilustra de forma esquemática esse processo.

A análise dos artigos selecionados revelou que os profissionais de enfermagem, especialmente as enfermeiras, são as mais frequentemente mencionadas como os trabalhadores com maior comprometimento da saúde mental no ambiente hospitalar. Esse destaque se deve à sobrecarga de trabalho, à exigência emocional constante e à centralidade de sua função no cuidado aos pacientes, aspectos que os tornam mais vulneráveis ao adoecimento psíquico.

4 RESULTADOS

A partir da leitura e análise dos 22 artigos selecionados, foi possível identificar uma série de fatores de risco que impactam negativamente a saúde mental dos profissionais em ambiente hospitalar. Esses fatores foram sistematizados com base na frequência de ocorrência nos estudos e na sua relevância no contexto de trabalho. Embora a pesquisa tenha inicialmente considerado os profissionais da saúde em geral, os resultados apontaram que os profissionais de enfermagem foram os mais frequentemente mencionados como os mais vulneráveis ao adoecimento psíquico, o que reforça a centralidade dessa categoria nas análises desenvolvidas.

Os fatores de risco mais recorrentes foram: sobrecarga de trabalho, rotina hospitalar intensa, conflitos interpessoais, pressão por parte da gestão, vivência constante de morte e cuidados paliativos, além das consequências da pandemia de COVID-19. Também foram identificados elementos como falta de apoio social, ausência de reconhecimento profissional, condições precárias de trabalho e exposição a riscos biológicos e emocionais.

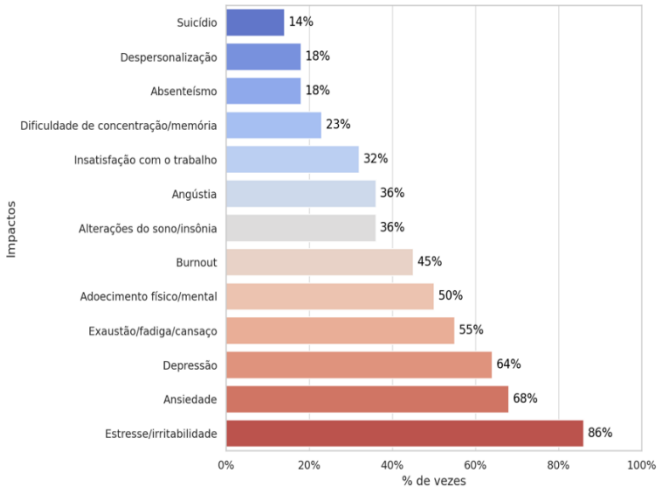
O Gráfico 1 a seguir resume a frequência dos principais fatores de risco mencionados nos artigos analisados:

GRÁFICO 1 - Relação entre fatores de risco e sua incidência em estudos sobre saúde mental de enfermeiros hospitalares

FONTE: Autor (2025)

Esses fatores contribuem para o desenvolvimento de diversos impactos à saúde mental dos enfermeiros. O Gráfico 2 apresenta impactos mais mencionados na literatura científica:

GRAFICO 2 – Frequência dos impactos psicossociais em profissionais de enfermagem hospitalar



FONTE: Autor (2025)

Esses dados revelam a gravidade do sofrimento psíquico enfrentado por profissionais de enfermagem e demonstram a urgência de intervenções voltadas à prevenção e promoção da saúde mental no contexto hospitalar. Os artigos apontam ainda que setores como Unidades de Terapia Intensiva (UTI), pronto-atendimento e centro cirúrgico apresentam maior incidência de sofrimento psíquico, devido à complexidade dos atendimentos e à pressão constante por desempenho.

Além disso, observou-se que profissionais com dupla jornada ou múltiplos vínculos empregatícios, bem como aqueles com menor tempo de descanso, apresentaram níveis mais elevados de estresse e desgaste emocional. A ausência de suporte institucional e redes de apoio social também apareceu como agravante para o adoecimento psíquico.

Em síntese, os resultados da revisão demonstram que o ambiente hospitalar, quando marcado por fatores organizacionais adversos, pode comprometer significativamente o bem-estar emocional dos profissionais de enfermagem, exigindo estratégias preventivas e políticas institucionais voltadas ao cuidado com esses trabalhadores.

5 DISCUSSÃO

A análise dos fatores de risco e impactos identificados reforça a complexidade das relações de trabalho no contexto hospitalar, especialmente no que se refere à enfermagem. Essa categoria, além de representar o maior contingente de trabalhadores da saúde, é a que mantém contato direto e contínuo com os pacientes, assumindo uma função central no cuidado e nas rotinas institucionais. Nesse cenário, os resultados obtidos

na presente revisão dialogam com uma estrutura organizacional que sobrecarrega os profissionais e compromete sua saúde mental.

A elevada incidência de estresse, ansiedade e depressão encontrada nos estudos está diretamente relacionada à sobrecarga de trabalho, à escassez de recursos humanos e materiais e à ausência de estratégias institucionais de cuidado com os profissionais. Conforme apontado por Dal'Bosco *et al*. (2020), o esgotamento físico e emocional vivenciado por enfermeiros tem se intensificado diante da intensificação do trabalho e da precarização das condições laborais. Essas questões se agravam em setores críticos como UTIs e pronto-atendimentos, exigindo atuação imediata das instituições hospitalares.

A estrutura funcional do trabalho em enfermagem está historicamente condicionada à obediência a normas rígidas e a uma cultura organizacional verticalizada, na qual há pouco espaço para autonomia e participação ativa nas decisões. Esse modelo contribui para a desvalorização profissional e para a sensação de impotência diante das adversidades do cotidiano. A ausência de reconhecimento e a pressão por resultados agravam o sofrimento ético, caracterizado pela impossibilidade de exercer o cuidado conforme os princípios éticos e humanitários que fundamentam a profissão (Areosa, 2021).

Os achados também revelam que a pandemia de *COVID*-19 foi um ponto de inflexão na saúde mental da enfermagem. O medo da contaminação, a sobrecarga de plantões e a falta de insumos básicos expuseram os profissionais a situações extremas. Teo *et al.* (2021) destacam que esse cenário desencadeou quadros severos de *burnout*, exigindo que as instituições reformulem seus sistemas de suporte psicológico. Entretanto, os dados indicam que ainda há carência de programas estruturados de saúde mental voltados aos trabalhadores.

Outro ponto importante diz respeito à dupla jornada de trabalho enfrentada, sobretudo, por mulheres enfermeiras, que acumulam funções laborais e domésticas. Esse fator, articulado às exigências institucionais e à negligência com o tempo de descanso, contribui para o adoecimento progressivo e silencioso dos profissionais (Sousa *et al*., 2019). Nesse sentido, as evidências apontam para a urgência de políticas institucionais de promoção da saúde mental na enfermagem. Tais medidas devem incluir o fortalecimento de redes de apoio psicológico, melhorias nas condições de trabalho, escuta ativa por parte da gestão e reconhecimento da complexidade do trabalho de cuidar. A implementação de programas de psicoeducação, rodas de conversa, pausas institucionais e suporte psicossocial são alternativas viáveis e com respaldo na literatura especializada.

Portanto, discutir saúde mental da enfermagem é discutir o próprio modelo de gestão hospitalar. Sem transformações estruturais, a permanência dos profissionais nos serviços de

saúde se torna comprometida, assim como a qualidade do cuidado oferecido à população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão sistemática evidenciou que profissionais de enfermagem em ambientes hospitalares estão expostos a diversos fatores de risco que impactam diretamente sua saúde mental. A sobrecarga de trabalho, a rigidez organizacional, os conflitos interpessoais, a escassez de recursos e a pressão institucional constituem um cenário que favorece o adoecimento psíquico, manifestado por sintomas como estresse, ansiedade, depressão, exaustão emocional e síndrome de *burnout*. Embora o estudo tenha inicialmente considerado os impactos do ambiente hospitalar na saúde mental de profissionais da saúde em geral, a análise dos dados revelou que os profissionais de enfermagem são os mais expostos a esses fatores, o que reforça a necessidade de ações específicas voltadas a essa categoria.

A pandemia de *COVID-19* aprofundou ainda mais essas condições adversas, expondo fragilidades no sistema de suporte institucional e ressaltando a urgência de políticas públicas e hospitalares voltadas ao bem-estar da força de trabalho em enfermagem. A literatura analisada demonstra que o cuidado com quem cuida ainda é insuficiente, e que mudanças estruturais são necessárias para garantir condições dignas e humanas de trabalho.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de ações práticas por parte da gestão hospitalar, tais como: criação de programas permanentes de saúde mental e apoio psicossocial; valorização do profissional de enfermagem por meio de reconhecimento, remuneração adequada e participação nas decisões institucionais; revisão das escalas e jornadas de trabalho, priorizando o descanso e o tempo de lazer; além da promoção de espaços de escuta, diálogo e acolhimento entre equipes e gestores.

A saúde mental dos profissionais de enfermagem é um pilar fundamental para a qualidade e a segurança da assistência prestada aos usuários do sistema de saúde. Investir na saúde desses trabalhadores é também investir na humanização do cuidado e na sustentabilidade das instituições hospitalares.

Por fim, recomenda-se que novas pesquisas ampliem a abordagem sobre o tema, aprofundando as especificidades de diferentes contextos hospitalares e propondo intervenções que possam ser implementadas de forma eficaz e contínua, a fim de transformar a cultura organizacional e fortalecer a saúde mental no trabalho em enfermagem.

REFERÊNCIAS

AREOSA, S. V. **Psicodinâmica do trabalho**: saúde mental e trabalho. Revista Subjetividades, v. 21, n. 3, p. 1–15, 2021.

DAL'BOSCO, E. B. *et al*. **Ansiedade e depressão em profissionais da enfermagem durante a pandemia da COVID-19**: prevalência e fatores associados. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 73, supl. 2, e20200470, 2020.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

DEJOURS, C. **Subjetividade, trabalho e ação**. Revista Produção, v. 4, n. 3, p. 27–34, 1994.

GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. S. A.; HARRAD, D. **Systematic review**: a narrative review. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, v. 42, n. 6, p. 417–423, 2015.

MARTINS, A. C. *et al.* **O sofrimento psíquico e o adoecimento no trabalho da enfermagem**: revisão integrativa. Revista de Enfermagem da UFSM, v. 10, e59, 2020.

MOHER, D. *et al*. **Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses**: the PRISMA statement. PLoS Med, v. 6, n. 7, e1000097, 2009.

MONCADA, S.; LLORENS, C.; KRISTENSEN, T. S. **Psychosocial work environment and mental health: a meta-analysis**. Scandinavian Journal of Work, Environment & Health, v. 30, n. 6, p. 443–449, 2004.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Constituição da Organização Mundial da Saúde. Genebra**: OMS, 1946.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde mental: fortalecer nossa resposta**. 2020. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response. Acesso em: 10 jun. 2023.

PASCOAL, A. C. S. *et al.* **Qualidade de vida, estresse e saúde mental em profissionais de saúde de UTI**. Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, v. 15, n. 3, p. 1–10, 2019.

SOUSA, K. H. J. *et al.* **Transtornos mentais comuns em profissionais de enfermagem**: prevalência e fatores associados. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 53, e03454, 2019.

TEO, I. *et al*. **The psychological impact of COVID-19 on health care workers in Singapore**. Annals of Internal Medicine, v. 174, n. 3, p. 385–386, 2021.

VIEIRA, M. S. *et al*. **Burnout e resiliência em profissionais de enfermagem intensivistas no contexto da COVID-19**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 30, e3655, 2022.

GÊNERO, IDADE E APRENDIZAGEM: INTERAÇÃO SOCIAL EM VYGOTSKY

Julia Eugênia Gonçalves
Psicopedagoga Clínica por E. Psi.B.A/Argentina;
Mestra em Educação pela UFF;
Diretora executiva da Fundação Aprender/Varginha/MG.
E-mail: julia@fundacaoaprender.org.br

Terezinha Richartz
Psicopedagoga Clínica e Institucional.
Doutora em Ciências Sociais.
Professora do Programa de Mestrado Profissional (UninCor).
E-mail: terezinha@unincor.edu.br

RESUMO

Frequentemente, a vulnerabilidade social coloca determinados grupos em desvantagem em relação a outros. No contexto de gênero, as mulheres são posicionadas, muitas vezes, em inferioridade em relação aos homens. Essa desigualdade é ainda mais ampliada ao se referir a mulheres idosas, as quais, mutas vezes enfrentam quadros de demência, o que de certo modo, aumenta sua vulnerabilidade. Diante desse cenário, objetiva-se, nessa comunicação, discutir sobre a contribuição de Vygotsky para se trabalhar a importância da interação social a fim de contribuir para o enfrentamento da vulnerabilidade de gênero interseccionada com o envelhecimento e trazer à baila como a aprendizagem pode ser um fator determinante neste processo. Para tanto, as autoras norteiam o estudo por metodologia bibliográfica, baseando-se na discussão proposta por meio da teoria de Vygotsky, além de outros autores do campo da Psicopedagogia, que também compactuam da mesma linha de raciocínio. Nesse sentido, o estudo apontou que não existe uma única velhice, mas velhices heterogêneas, dependendo dos nós que interseccionaram a vida do sujeito. A atuação psicopedagógica, especialmente em relação às mulheres idosas, exceto nos casos de patologias demenciais em que a capacidade de aprender fica comprometida, é fundamental já que as intervenções podem trazer muitos benefícios em relação ao desejo de aprender e à manutenção de uma estrutura cognitiva que mantenha a pessoa ativa no convívio social.

Palavras-chave: psicopedagogia; gênero; idade; aprendizagem; Vygotsky.

ABSTRACT

Social vulnerability often puts certain groups at a disadvantage compared to others. In the context of gender, women are often placed in a position of inferiority compared to men. This inequality is further amplified when referring to older women, who often face dementia, which in a way increases their vulnerability. Given this scenario, the objective of this communication is to discuss Vygotsky's contribution to working on the importance of social interaction in order to contribute to addressing gender vulnerability intersected with aging and to bring up how learning can be a determining factor in this process. To this end, the authors guide the study through bibliographic methodology, based on the discussion proposed through Vygotsky's theory, in addition to other authors in the field of psychopedagogy, who also agree with the same line of reasoning. In this sense, the study pointed out that there is no single old age, but rather heterogeneous old ages, depending on the nodes that intersect the subject's life. Psychopedagogical intervention, especially in relation to elderly women, except in cases of dementia in which the ability to learn is compromised, is fundamental, since interventions can bring many benefits in relation to the desire to learn and the maintenance of a cognitive structure that keeps the person active in social life.

Keywords: psychopedagogy; gender; age; learning; Vygotsky.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão do conceito de interseccionalidade é basilar para se entender o porquê de as mulheres idosas, especialmente aquelas com demência, enfrentarem vulnerabilidades agravadas. Essa interseccionalidade procura apreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Refere-se, sobretudo, à forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe entre outros sistemas discriminatórios geram desigualdades básicas, que estruturam crenças relativas a gênero, raças, etnias, classes sociais, entre outros aspectos também relacionados. Ademais, a interseccionalidade trata da maneira como ações e políticas específicas produzem opressões, que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002).

O envelhecimento é um processo em que o organismo humano sofre consideráveis mutações de declínio em sua força, disposição e aparência, as quais, porém, não comprometem o processo vital.

Senescência é etapa posterior ou concomitante ao envelhecimento, na qual há comprometimento decisivo na estabilidade vital do indivíduo, designada como adultez velha final, de 75 anos em diante (Gonçalves, 2022).

Senilidade é o envelhecimento com prejuízos mentais, como os que acontecem nas demências, as quais podem ser de vários tipos, tais como a demência vascular, caracterizada pela redução do fluxo sanguíneo para o cérebro em função de pequenos derrames cerebrais; a demência frontotemporal que se refere a doenças hereditárias esporádicas que afetam os lobos frontal e temporal, incluindo a doença de Pick (presença de neurônios anormais) que surgem em indivíduos mais novos 55 a 65 anos; a demência com corpos de Lewy**,** doença degenerativa que afeta regiões responsáveis pela memória, o pensamento e o movimento, e é causada pelo acúmulo de proteínas, conhecidas como corpos de Lewy, no tecido cerebral e a demência de Alzheimer, que inclui danos na memória e déficits cognitivos tão severos e progressivos que a pessoa perde as capacidades funcionais, tais como tomar banho, comer e se vestir sem ajuda, ficando cada vez mais incapaz de cuidar de si mesma . Surge, geralmente, após os 65 anos de idade. (Bredesen, 2018).

O DSM-5 (American Psychiatric Association, 2014) mudou a nomenclatura de demência, delirium e transtorno amnésico, para Transtornos Neuro Cognitivos (TNCs). A demência está incorporada à entidade recém-nomeada transtorno neuro cognitivo maior, embora não esteja excluído o uso do termo demência em subtipos etiológicos nos quais é um termo padrão. O termo demência pode ser usado em contextos em que médicos e pacientes estejam acostumados a ele, sendo o termo habitual para transtornos degenerativos que costumam afetar adultos com mais idade, por isso é empregado neste artigo.

Os transtornos neurocognitivos (TNCs) (referidos no DSM-IV como “Demência, Delirium, Transtorno Amnéstico e Outros Transtornos Cognitivos”) são delirium, seguido por síndromes de TNC maior, TNC leve e seus subtipos etiológicos. Os subtipos maiores ou leves de TNC incluem TNC devido à doença de Alzheimer; TNC vascular; TNC

com corpos de Lewy; TNC devido à doença de Parkinson; TNC frontotemporal; TNC devido a lesão cerebral traumática; TNC devido a infecção por HIV; TNC induzido por substância/medicamento; TNC devido à doença de Huntington; TNC devido à doença do príon; TNC devido a outra condição médica; TNC devido a múltiplas etiologias; e TNC não especificado. A categoria TNC abrange o grupo de transtornos em que o déficit clínico primário está na função cognitiva, sendo transtornos adquiridos em vez de transtornos do desenvolvimento (American Psychiatric Association, 2014, p. 635).

De acordo com estudo levado a efeito por pesquisadores a demência é mais prevalente em indivíduos com baixa escolaridade e com maior idade, e no gênero feminino (Burlá *et al*., 2013).

Nessa perspectiva, os eixos de gênero, idade e demência são fatores de subordinação que, combinados, potencializam prejuízos e geram diversas desigualdades para as mulheres ou vantagens no outro extremo para pessoas do sexo masculino jovem e saudável, dada tal categoria social ser privilegiada, numa sociedade patriarcal como a brasileira. Esses aspectos se delineiam como um novelo em que vários fios se entrelaçam/misturam, evidenciando, portanto, que as estruturas sociais discriminam categorias sociais e quando estes preconceitos se cruzam, as dificuldades ou vantagens são intensificadas.

Logo, pergunta-se: apesar das vulnerabilidades apresentadas, as mulheres idosas com demência podem, na perspectiva de Vygotsky[1], beneficiarem-se dessas relações sociais estabelecidas, já que se observa que possuem uma maior facilidade de interagir socialmente? Considerar-se-á como basilar, para se responder a esse questionamento, a teoria Vygotskyana, a qual enfatiza a importância da interação entre indivíduos para o desenvolvimento cognitivo e social.

2 O IMPACTO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA TERCEIRA IDADE

Os papeis sociais impostos pela estrutura patriarcal têm um impacto diferenciado, mas igualmente prejudicial, tanto para homens quanto para mulheres, na velhice. Conforme dados divulgados pelo IBGE, a expectativa de vida das mulheres ao nascer é de 80,5 anos, enquanto a dos homens é de 73,6 anos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). Essa diferença de sete anos é decorrente da estrutura patriarcal que impõe papeis sociais distintos para homens e mulheres, resultando em uma expectativa de vida menor para os homens.

O Ministério da Saúde, em 2006, já pontava para o fato de que, no grupo das pessoas idosas, os denominados "mais idosos, muito idosos ou idosos em velhice avançada" (idade igual ou maior que 80 anos), vêm aumentando proporcionalmente e de forma muito acelerada, constituindo o segmento populacional que mais cresce nos últimos tempos (Brasil, 2006).

[1] "Quanto à grafia de seu sobrenome, não há um padrão entre os diferentes autores. Podem ser encontrado no Brasil tanto como Vygotsky, Vigotski, Vygotski e Vigotsky. Aliás, essa forma do seu sobrenome já foi uma alteração realizada por ele durante a sua vida: originalmente, seu sobrenome era grafado com "d" no local do "t" – sobre os motivos que o levaram a essa mudança, os autores não são concordantes" (Bortolanza & Ringel, 2016; Prestes, 2014 *apud* Dias, 2019, p. 24). Por isto, no decorrer do trabalho nas citações a grafia pode não ser uniforme. Quando o texto for dos autores deste artigo será usada a grafia Vygotsky como aparece nas bibliografias utilizadas.

A partir dessa divisão social, as mulheres são destinadas ao serviço de manutenção e reprodução da prole, bem como ao cuidado da casa. Por outro lado, o provimento da família, seja através do trabalho formal ou informal fora de casa, é destinado aos homens. Essa divisão desigual de papeis sociais contribui para a disparidade na expectativa de vida entre gêneros, refletindo, assim, os impactos negativos do patriarcado na saúde dos homens.

Esse comportamento cuidadoso ou mais agressivo é uma construção social. "Rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É por meio da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída" (Saffioti, 1987, p.10). Nesta construção social os homens são educados para serem superiores, mandões, e as mulheres são formadas para serem cuidadosas, delicadas, obedientes. Consequentemente, o patriarcado submete mulheres e homens a vivências cotidianas diferenciadas, e esse fator evidencia que tenham perspectivas diferentes, o que influencia na forma de ser, agir e sentir.

Em razão das expectativas sociais, ser homem ou mulher velhos, apresenta as suas diferenças, "[...] sabe-se que, em uma sociedade, é melhor ser homem do que ser mulher, ser jovem do que ser velho, portanto, ser mulher e ser velha é duplamente desvalorizado" (Salgado, 2002, p. 12).

A mulher idosa vive uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que é discriminada porque a beleza sempre foi um atributo feminino muito valorizado e que acaba com a velhice, vive mais tempo, porque é menos exposta a trabalhos perigosos. No entanto, sua vulnerabilidade financeira é maior do que a dos homens, visto que, historicamente, ela se dedicou mais aos afazeres domésticos, o que, muitas vezes a impediu de ingressar no mercado formal de trabalho e contribuir com o INSS, resultando em menor acesso à aposentadoria. Por conseguinte, muitas delas dependem de pensão ou da ajuda de familiares para o sustento; estatísticas demonstram que, de cada 100 benefícios concedidos pelo INSS, 66 são destinados a homens e apenas 33 às para as mulheres (Guimarães, 2017).

Nesse patamar, a possibilidade de interagir socialmente é imprescindível para o idoso, para que ele possa manter as redes de apoio social que contribuem para o seu equilíbrio físico e afetivo, possibilitando, então, mais segurança e qualidade de vida. As mulheres idosas costumam estar mais preparadas para se cuidarem na velhice, posto que durante boa parte da existência, cuidaram de familiares, de pessoas com quem conviveram, e para elas a viuvez é menos impactante, pois, interagem mais socialmente (Carneiro *et al*., 2007).

As mulheres idosas apresentam maior interesse em aprender, buscam diferentes espaços de convivência social e de educação, procuram mais informações e participam de diferentes espaços públicos a fim de aumentarem suas relações interpessoais, incorporando conhecimentos importantes para o aprendizado, e assim, melhorar a saúde, com a prevenção de

doenças para chegarem ao envelhecimento saudável (Figueiredo *et al*., 2007).

Entretanto, as diferenças no que tange à educação, sobretudo quando à idade avança, são bastante sensíveis na comparação entre os sexos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), em 2019, 1.565.732 mulheres estavam matriculadas na EJA. Porém, apesar de pesquisas apontarem que o público masculino fora de escola é maior do que o feminino, na faixa etária de 15 a 50 anos, a realidade muda com o envelhecimento (Lima *et al*., 2021).

> _a partir dos 50 anos – o número de mulheres fora da escola torna-se superior ao dos homens, o que realça a ideia do contexto social patriarcal e machista, que há muito tempo preponderou (e ainda prepondera) no cenário brasileiro. (Lima *et al*., 2021, p. 3).

Quando este público feminino idoso é constituído por pessoas com um nível de renda médio ou acima da média para os padrões brasileiros[2] e um nível de escolaridade com ensino médio incompleto ou completo, há busca por atividades educacionais nas Universidades ou Centros de Ensino Superior que oferecem grupos com atividades direcionadas para ele, as chamadas Universidades da Terceira Idade. Gonçalves (2011) traz informações a respeito desta situação quando relata uma experiência de trabalho psicopedagógico numa instituição do sul de Minas Gerais.

> As turmas do curso da Maturidade na FAI são compostas por pessoas com mais de sessenta anos, a maior parte com ensino superior, aposentadas, residentes na cidade de Santa Rita do Sapucaí /MG ou em municípios próximos. Elas vêm à Faculdade com o desejo de se manter atualizadas em temáticas valorizadas socialmente, o que demonstra que possuem motivação intrínseca, fator fundamental para a aprendizagem nesta faixa etária, pois a motivação é um processo interno e se constitui na resposta pessoal de cada ser humano diante da vida (Gonçalves, 2021, p.165).

> Os alunos são de ambos os sexos, com predominância do feminino, dado comum no ambiente universitário em geral, conforme o estudo Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo o qual, tomando por base a população de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, em 2016, as mulheres somam 23,5%, e os homens, 20,7% (Gonçalves, 2021, p.165).

Diante desse cenário, observa-se que as mulheres idosas encontram vantagens em relação aos homens idosos, pois muitas delas procuram

[2] O rendimento médio real habitual dos trabalhadores (considerando a soma de todos os trabalhos) brasileiros foi de **R$ 2.587** em 2021, uma queda de 7% frente a 2020 (R$ 2.782), segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domiciliar realizada pelo IBGE.

espaços de convivência, o que é mais difícil para eles em função da educação que receberam e das expectativas sociais que suportam numa sociedade machista como a nossa, conforme já foi assinalado

Quanto à interação social na vida das mulheres idosas com demência, o quadro é distinto. Muitas famílias as isolam no ambiente doméstico ou mesmo em instituições de longa permanência, na qual vivem, muitas vezes, distantes dos seus entes queridos.

A demência provoca uma série de impedimentos à vida do sujeito na medida em que a maior parte dos quadros é acompanhado por agnosias[3]. Sem reconhecer as pessoas com as quais convive, ele se isola cada vez mais em si mesmo, buscando no passado referências para o presente. Os quadros demenciais são acompanhados por declínio de memória associado a déficit em pelo menos uma outra função cognitiva (linguagem, praxias e funções executivas) com intensidade suficiente para interferir no desempenho social ou profissional do indivíduo.

Em função destas condições, a mulher idosa com demência tem mais dificuldades para aprender e se manter ativa na família e na sociedade, acarretando para si situações de desprestígio, desvalorização e até abandono, pois não pode mais cumprir com as funções sociais as quais a sociedade sempre lhe delegou: cuidar da casa e dos filhos. Ela passa a precisar ser cuidada.

Segundo Gonçalves (2022), a Psicopedagogia estuda o processo de aprendizagem e o ser cognoscente, ou seja, o sujeito que se dirige para a realidade e dela retira um saber. Vista no âmbito de um sistema complexo e inerente à condição humana, a aprendizagem não é estudada pela Psicopedagogia no espaço restrito da escola, ou num determinado momento da vida, posto que ocorre em todos os lugares, durante todo o tempo da existência.

Por isso a Psicopedagogia estuda e atua com idosos, da mesma forma que com crianças, adolescentes e adultos. Manter o sujeito aprendendo é mantê-lo vivo e ativo, segundo esta área do conhecimento. Entretanto, a atuação psicopedagógica deixa de ser eficaz quando a doença está num nível maior de evolução, pois o processo de aprendizagem depende de condições cognitivas e executivas que estão deterioradas, assim como a linguagem que é a base da comunicação, nos quadros demenciais evoluídos. Tem muita aplicabilidade nos idosos senescentes ou naqueles que se encontram em estágios de declínio cognitivo leve ou demências iniciais.

3 A CONTRIBUIÇÃO DE VYGOTSKY PARA A TERCEIRA IDADE

O uso do conceito de 3ª Idade, ao invés de idoso ou velho assinala uma modificação latente na maneira social e cultural de definir esta fase da vida humana. Trata-se agora de uma faixa etária. A de número três na escala ordinal cronológica. A conotação pejorativa não se mostra tão evidente quando como se diz velho, com determinada entonação desdenhosa.

[3] Dificuldade no reconhecimento de rostos e expressões faciais

Pelas condições sociais impostas pelas relações de gênero, mulheres interagem socialmente muito mais do que homens, ao estabelecerem laços de amizade e companheirismo. Seguindo esse prisma, é possível constatar que Vygotsky não faz um estudo específico sobre a velhice, porém, para ele a idade não é mensurada como tempo decorrido, mas como as transformações internas que acontecem ao longo do desenvolvimento e que apontam para características específicas evidentes em determinados períodos da vida (Siqueira, 2019).

O teórico é considerado fundador da teoria Histórico-Cultural, tendo o ser humano como histórico, social, biológico e cultural. Para elucidar esses aspectos, cinco ideias compõem seus postulados: a) apresenta o ser humano como o resultado sociocultural e de si mesmo; b) sugere que a história, a cultura e o meio são capazes de modificar o homem e sua visão; c) desdobra que essas mudanças incidem nas estruturas biológicas; d) difunde a linguagem com a função de mediar entre o mundo interno e o externo; e) evidencia a consciência humana como produto histórico, cultural, metamórfico e influenciável (Rego, 1995).

A teoria histórico-cultural de Vygotsky aborda a constituição do sujeito a partir da importância da linguagem e da produção de sentido e significado para a pessoa (Souza Filho e Martins, 2022). Além disso, o processo de humanização acontece a partir de uma relação interligada do biológico de um lado, e o social, o cultural e o histórico, de outro.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento humano não é apenas biológico, mas acontece especialmente pelas relações social, histórico e cultural, sendo todas elas importantes no processo de envelhecimento.

Vygotsky não se preocupou em detalhar as idades de acordo com a maturação biológica dos sujeitos. “A periodização que ele propôs não se referia a uma linha evolutiva de desenvolvimento orgânico, mas às relações possíveis entre o sujeito e o meio” (Siqueira, 2019, p. 158). O biológico e tudo o que foi vivido devem ser considerados ao mesmo tempo, porque em determinado período da vida o aspecto biológico pode influenciar mais a experiência de estar no mundo, como, por exemplo, o momento da adolescência, da menopausa, do processo de envelhecimento. E ainda assim, tal influência não acontece da mesma forma para todos; estando emaranhada aos significados singulares que as experiências vividas assumem para cada sujeito. Já em outros momentos da vida, o desenvolvimento cultural se sobrepõe aos processos de crescimento, maturação e desenvolvimento orgânico formando um todo (Siqueira, 2019).

Desta forma, mesmo considerando que Vygotsky não tenha se preocupado com os idosos, pode-se aplicar na terceira idade o conceito de zona de desenvolvimento proximal, pois as pessoas continuam aprendendo durante toda sua vida. A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)

> é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (Vygotsky, 1991, p. 58).

Em outras palavras,

> a zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário.(Vygotsky, 1991, p. 58).

Nesse sentido, deve-se atentar para a importância da integração social como fonte de conhecimento, sendo por meio da interação do indivíduo com o meio social que ele pode sair do desenvolvimento atual e melhorar significativamente o seu desenvolvimento, com a ajuda de outras pessoas. E, em verdade, uma vez que o aprendizado ocorre durante toda a vida, mesmo na velhice, intervenções e mediações podem trazer muitos benefícios.

No que tange ao conceito de mediação, Reuven Feuerstein trouxe por meio da Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural - TMCE – uma ampliação da visão de Vygotsky sobre a plasticidade essencial presente no cérebro humano, a qual lhe permite desenvolver a ideia de que os seres humanos são modificáveis (Gonçalves & Richartz, 2018). Feuerstein, na TMCE, propõe conceitos revolucionários no campo da cognição: a modificabilidade e a flexibilidade. A modificabilidade é uma condição filogenética da espécie humana, proporcionada pelo fator sociocultural. Um aspecto importante é que a modificabilidade cognitiva é de natureza estrutural, o que significa que a capacidade geral de se modificar e de alterar seus padrões mentais repercute na estrutura do ser humano como um todo. Já a flexibilidade ou adaptabilidade é a capacidade que tem o organismo humano de mudar de forma constante e consciente em resposta a uma nova situação (Varela, 2007).

Quando se refere, então, a um idoso, acredita-se que não se trata de funções em maturação, mas em movimento, resgate e rearranjo (Siqueira, 2019). Para que esse movimento possa ser viabilizado, a interação social deve ser permanente e diversa, considerando-se, pois, as preferências individuais, o ritmo de aprendizado de cada pessoa e um ambiente inclusivo e acolhedor, visto que, para Vygotsky, o homem é um ser social e o processo de humanização acontece inexoravelmente pelo outro (Vygotsky, 1995).

Assim, além da ajuda de amigos e familiares presentes na vida do idoso, há de se ressaltar a importância do trabalho psicopedagógico. Nesta fase da vida, um profissional habilitado pode orientar e mediar o processo de aprendizagem. O conhecimento atual/real, é o que o idoso sabe, calcado em uma vida rica de experiências por suas vivências, e pode ser ampliado com a ajuda de outras pessoas – aspecto, que Vygotsky define como conhecimento potencial ou conhecimento com possibilidade a ser alcançando. Idosos são seres que estão enredados em suas experiências de aprendizagem que se constituíram e ainda se constituem a partir delas, sem que o aprender se configure em única expressão de vida, apesar de sua relevância existencial.

No caso específico dos idosos, estudos indicam que estas pessoas conservam um potencial de aprendizagem que lhes permite enfrentar novos desafios, pois o cérebro humano é dotado de plasticidade, conforme Vygotsky e Feuerstein e se adapta às mudanças que ocorrem no decorrer da vida (Yuri e Urbano, 2009). Sendo assim, a aprendizagem se mantém como uma capacidade que se conserva até idades muito avançadas em processos de envelhecimento normal e condições ambientais adequadas. Estes autores indicam que idosos buscam aprender por diversos motivos, dentre os quais os mais presentes são:

a) Aprender para se atualizar – um afastamento do fantasma do envelhecimento significado como estar ultrapassado, fora da realidade do momento;
b) Aprender como processo de desenvolvimento pessoal – a atividade é vista como algo que dá prazer, manutenção de interesses e das capacidades intelectuais e relacionais;
c) Aprender como desafio de superação – um desafio, uma forma de comprovar que podem superar o declínio do envelhecimento, o que é obtido por meio de exercícios;
d) Aprender como processo de autocompreensão – busca por novas experiências tendo em vista a percepção do momento de vida como aquele que traz novas oportunidades.

Para tanto, o processo de envelhecimento como parte desse processo de humanização, e de desenvolvimento do sujeito, não é parte apenas do componente biológico, mas uma junção entre o biológico, o cultural, o histórico e o social, influenciado pelo que foi vivido, e pelas relações sociais estabelecidas durante a vida.

Vygotsky identifica dois períodos presentes no processo de desenvolvimento: o da estabilidade e o da crise. Em ambos acontecem mudanças, no entanto, na crise as mudanças são radicais (Vygotski, 1996). Desta forma os momentos de crise podem ser entendidos como momentos de crescimento, como ocorre com mulheres idosas que na terceira idade terão de enfrentar outros desafios muito diferentes dos que experimentaram na juventude e na vida adulta.

Segundo Siqueira (2019), Vygotsky ao estudar as crises, apresenta um desenvolvimento diferente.

> O olhar para as mudanças que ocorrem por inteiro na personalidade do sujeito e provocam rupturas na mesma, em curto espaço de tempo, de forma brusca, impetuosa e fundamental. Tais crises indicariam um tipo de desenvolvimento diferente e não um desvio da norma, ou uma catástrofe, como vinham sendo compreendidas (Siqueira, 2019, p. 154).

Nessa direção, os momentos de crise significam também momentos criativos, quando acontecem processos construtivos, novas formas de pensamento. Assim, pode-se chamar a entrada na terceira idade, como um momento de crise, no qual as mulheres enfrentarão outros dilemas e precisarão lidar com os novos desafios impostos pela idade. Nisso, as relações sociais estabelecidas podem ser o grande diferencial na vida do idoso, já que vai mantê-lo com a mente

ativa, participando de tudo aquilo que esta etapa o pode oferecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busca-se apresentar as interfaces entre gênero, idade e aprendizagem a partir da visão sócio interacionista de Vygotsky e suas relações com a Psicopedagogia.

Vi-se que a Psicopedagogia se apresenta como uma proposta compreensiva às pessoas idosas, permitindo que sejam escutadas e atendidas em suas necessidades e desejos relacionados com a aprendizagem. Que as diferenças de gênero em nossa sociedade patriarcal determinam funções diferenciadas para o homem e a mulher e que esta, apesar de ter mais dificuldades em relação à escolaridade quando se trata de populações menos favorecidas economicamente, sempre detém uma vantagem social em relação aos homens por sua disponibilidade natural para aprender.

A revisão da literatura a respeito do envelhecimento, relações sociais e aprendizagem demonstraram que em casos de senilidade com patologias demenciais este processo fica muito comprometido em função dos problemas relacionados com a cognição e a linguagem, dificultando a atuação psicopedagógica.

Entretanto, de acordo com a teoria de Vygotsky e Feuerstein, quando mediados, os idosos podem se manter ativos e produtivos, contribuindo para o ambiente social em que vivem e convivem. Os desafios advindos do envelhecimento são vivenciados de maneira distinta por cada indivíduo, de acordo com sua história e trajetória de vida, mas todos, indistintamente, mantém a capacidade de aprender e ampliar sua zona de desenvolvimento, independentemente da idade.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais. 5. ed. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* Revisão técnica de Aristides Volpato Cordioli. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/evelhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: jul. 2024.

BREDESEN, D. E. **O fim do Alzheimer**: o primeiro programa para prevenir e reverter o declínio cognitivo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

BURLÁ, C. et al. Panorama prospectivo das demências no Brasil: um enfoque demográfico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, p. 2949–2956, out. 2013. Disponível em: DOI: 10.1590/S1413-81232013001000019. Acesso em: jul. 2024.

BORTOLANZA, Ana Maria Esteves; RINGEL, Fernando. Vygotsky e as origens da teoria histórico-cultural: estudo teórico. **Educativa**. Goiânia, v. 19, n. 1, p. 1020-1042, set./dez. 2016.

CARNEIRO, R. S. *et al*. Qualidade de vida, apoio social e depressão em idosos: relação com habilidades sociais. ***Psicol Reflex Crit*** . v. 20, n. 2, p. 229–237, 2007. Disponível em: DOI: 10.1590/S0102-79722007000200008. Acesso em: jul. 2024.

CENTRO INTERNACIONAL DE LONGEVIDADE BRASIL. Envelhecimento ativo: um marco político em resposta à revolução da longevidade. 2015. Disponível em: https://prceu.usp.br/usp60/wp-content/uploads/2017/07/Envelhecimento-Ativo-Um-Marco-Politico-ILC-Brasil_web.pdf. Acesso em: jul. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Rev. Estud. Fem***. [online]. 2002, vol. 10, n. 01, pp.171-188.

CRENSHAW, Kimberlé. Cartografiando los márgenes: interseccionalidad, políticas identitária, y violencia contra las mujeres de color. In: MENDES, R. L. P. (Org.*). **Intersecciones**: cuerpos y sexualidades en la encrucijada*. Barcelona: Bellaterra, 2012. p. 87-122.

DIAS, M. S. de L. (Org.). **Introdução às leituras de Lev Vygotski**: debates e atualidades na pesquisa. [S. l.]: Editora Fi, 2019. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4583/1/leituraslevvygotski.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

FIGUEIREDO, M. do L. F. *et al*. As diferenças de gênero na velhice. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 60, n. 4, p. 422–427, jul./ago. 2007. DOI: 10.1590/S0034-71672007000400012. Acesso em: 15 jul. 2024.

GUIMARÃES, J. Total de mulheres que consegue se aposentar pelo INSS é metade do que o de homens. **R7 Notícias**. São Paulo, 29 jun. 2022. Economia. Disponível em:

https://noticias.r7.com/economia/total-de-mulheres-que-consegue-se-aposentar-pelo-inss-e-metade-do-que-o-de-homens-29062022. Acesso em: 15 jul. 2024.
GONÇALVES, J. E. **Psicopedagogia para adultos e idosos**: diagnóstico e intervenção. 2. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2022.

GONÇALVES, J. E. Universidade da Maturidade: uma experiência psicopedagógica com idosos no Sul de Minas Gerais. In: CAIERÃO, I.; CERONI, D. C. (Org.). **O aprender na terceira idade**: diferentes olhares e práticas. Porto Alegre: EAK, 2021.

GONÇALVES, J. E.; RICHARTZ, T. Aplicabilidade da teoria da experiência da aprendizagem mediada de *Reuven Feuerstein* na educação a distância. **Psicopedagogia**, São Paulo, v. 35, n. 106, p. 203-216, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Nota sobre as Tábuas Completas de Mortalidade 2021 e a pandemia de Covid-19. Rio de Janeiro, 25 nov. 2022. Comunicado. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=35600. Acesso em: 15 jul. 2024.

LIMA, F. V.; WIESE, A. F.; HARACEMIV, S. M. C. As Mulheres da EJA: do silenciamento de vozes à escuta humanizadora. **Revista FAEEBA**, Salvador, v. 30, n. 63, p. 131-150, jan./abr. 2021. Disponível em: https://www.revistafaeeba.com.br/faeeba/article/download/1360/1321/. Acesso em: 15 jul. 2024.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SALGADO, C. D. S. Mulher idosa: a feminização da velhice. **Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento**, Porto Alegre, n. 4, p. 7-19, 2002.

SIQUEIRA, C. L. de O. **Contribuições da teoria histórico cultural de Vigotski para pensar o envelhecimento**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182034. Acesso em: 15 jul. 2024.

SOUZA FILHO, E. F.; MARTINS, E. Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais na educação escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, e239195, 2022. DOI: 10.1590/S1678-4634202248239195. Acesso em: 15 jul. 2024.

VARELA, A. **Informação e autonomia**: a mediação segundo Feuerstein. São Paulo: SENAC, 2007

VYGOTSKI, L. S. *El problema de la edad*. In: VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas IV**: Psicologia infantil. Madrid: Visor, 1996. p. 251-273.

VYGOTSKI, L. S. Análise de las funciones psíquicas superiores. In: VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas III**: *História del desarrollo de las funciones psíquicas superiores*. Madrid: Visor, 1995. p. 97-120.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

YURI, J.;URBANO, C. Significados do Aprendizado na velhice: adaptação, transformação e repetição. In L. E. R. do, VALLE, G; ZAREBSID, E. L. R. do Valle, **Neurociências na Melhor Idade: aspectos atuais em uma visão interdisciplinar**. Novo Conceito Editora. 2009.

BENEFÍCIOS DO MÉTODO PILATES PARA A POPULAÇÃO IDOSA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Cláudia Regina Toledo Pereira
Graduada em Fisioterapia pela UNA – Pouso Alegre.
Professora de Pilates no Santa Rita Country Club.
E-mail: cacautoledofisio@gmail.com

José Cláudio Pereira
Professor Doutor em Administração, Educação e Comunicação. Coordenador Geral de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, e Professor da FAI – Centro de Ensino Superior.
E-mail: jclaudio@fai-mg.br

RESUMO

O Censo Demográfico de 2022, do IBGE, evidenciou um envelhecimento da população brasileira. A OMS identifica situação semelhante em todo mundo, prevendo que no futuro próximo os cuidados acerca do envelhecimento serão uma prioridade nas políticas públicas e privadas, nos países em desenvolvimento, pois ele torna os idosos suscetíveis a quedas, sendo elas a terceira maior causa de mortalidade entre a população 65+. O método Pilates vem ganhando notoriedade como atividade física da Fisioterapia para melhorar a capacidade funcional dos idosos. Por isto, este estudo tem por objetivo principal levantar os benefícios do Pilates para a população idosa e, como objetivo secundário, conhecer, compreender e aplicar o método da Revisão Integrativa neste estudo. A pesquisa se realizou nas plataformas Google Acadêmico e PEDRo, tendo-se como argumentos de busca as palavras-chave "método Pilates", "população idosa" e "benefícios", em ambas plataformas, obedecendo-se a sintaxe de cada uma. Ao final do processo de busca, foram selecionados 4 artigos sobre o problema de pesquisa em foco, conforme descrevem as etapas da Revisão Integrativa, obtendo-se como resultados, a partir dos artigos selecionados, que o método Pilates, praticado pelo menos duas vezes por semana, em sessões de 60 minutos, traz vários benefícios aos idosos, com ganhos físicos, psicológicos e sociais, por meio da prevenção de quedas, melhora da autoestima, com a troca de experiências e convivência social, participando de aulas em grupo.

Palavras-chave: Revisão Integrativa; método Pilates; população idosa; benefícios.

ABSTRACT

The 2022 Demographic Census, conducted by IBGE, showed an aging Brazilian population. The WHO identifies a similar situation worldwide, predicting that in the near future, care for the elderly will be a priority in public and private policies in developing countries, as it makes the elderly susceptible to falls, which are the third leading cause of death among the population aged 65+. The Pilates method has been gaining notoriety as a physical activity in physical therapy to improve the functional capacity of the elderly. Therefore, the main objective of this study is to survey the benefits of Pilates for the elderly population and, as a secondary objective, to learn about, understand, and apply the Integrative Review method in this study. The research was conducted on the Google Scholar and PEDRo platforms, using the keywords "Pilates method," "elderly population," and "benefits" as search terms on both platforms, following the syntax of each. At the end of the search process, four articles on the research problem in focus were selected, as described in the stages of the Integrative Review. At the end of the search process, four articles on the research problem in focus were selected, as described in the stages of the Integrative Review. The results obtained from the selected articles show that the Pilates method, practiced at least twice a week in 60-minute sessions, brings several benefits to the elderly, with physical, psychological, and social gains, through the prevention of falls, improvement of self-esteem, exchange of experiences, and social interaction, participating in group classes.

Keywords: Integrative Review; Pilates method; elderly; benefits.

1 INTRODUÇÃO

Pessoas idosas fazem parte de um grupo populacional que está crescendo em todo mundo, devido a avanços na medicina e outros fatores, com consequente aumento da expectativa de vida. No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de residentes com 65 anos ou mais, de ambos os sexos, chegou a 32.113.490 pessoas, 56% maior do que os 20.590.597 recenseados em 2010 (IBGE, 2023).

Os dados do Censo de 2022 (IBGE, 2023) evidenciam que há um envelhecimento da população brasileira, pois os jovens (0 a 14 anos) passaram a representar menores proporções da população total (19,8%) - menor percentual desde 1980, em relação a adultos (15 a 64 anos) com percentual estável desde 2.000 (69,3%) e idosos (65 anos ou mais) com a maior percentagem desde o censo de 1980 (10,9%).

Pela primeira vez no Brasil, o índice de envelhecimento da população chegou a 55,2%. Isto significa, segundo o IBGE (2023), que há 55,2 pessoas com 65 anos ou mais de idade para cada grupo de 100 pessoas com 0 a 14 anos de idade. Em 2010 este mesmo índice era de apenas 30,7. O número de idosos de 60 anos ou mais já ultrapassa o de crianças de 0 a 14 anos em Estados como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), até 2050 o mundo terá 2 bilhões de idosos e cerca de 80% deles residirão em países em desenvolvimento. Isto fará com que os cuidados acerca do envelhecimento sejam uma prioridade nas políticas públicas e privadas desses países, entre os quais está o Brasil (OMS, 2015).

Embora o envelhecimento, que é um processo inevitável e involuntário, não seja considerado um processo patológico, ele resulta em redução progressiva das capacidades funcionais, que se manifestam de forma diferente entre os indivíduos, afetando as suas capacidades de equilíbrio e de marcha, isto é, a sua mobilidade, no dia a dia (Pereira, Mendonça e Oliveira, 2024).

O envelhecimento, portanto, torna as pessoas idosas mais suscetíveis a quedas, sendo estas a terceira maior causa de mortalidade entre as pessoas com mais de 65 anos no Brasil, sendo que 70% delas ocorrem dentro de casa; 30% caem pelo menos uma vez por ano e aproximadamente 25% precisam ser hospitalizadas (Brasil, 2022), donde se pode notar a relevância social do tema.

Embora se possa dizer que o envelhecimento seja algo natural, o surgimento de algumas alterações é inevitável, exigindo um esforço de cada pessoa idosa para manter suas capacidades físicas e funcionais da melhor forma possível, a fim de evitar ocorrência de quedas, refletindo em

melhor qualidade de vida para a população idosa (Nalin *et al.*, 2024).

As quedas na população senil são muito frequentes, provocando consequências físicas, psicológicas e sociais, aumentando consideravelmente as taxas de mortalidade, morbidade e imobilizações físicas, sendo considerada, por isto, um problema de saúde pública, mas passível de prevenção, com cuidados especiais e segurança (Rodrigues e Baptista, 2024).

Neste cenário, a fisioterapia aparece como importante aliada para avaliação do risco de quedas, da manutenção do equilíbrio, da força e da funcionalidade da pessoa idosa. Exercícios físicos direcionados e relacionamentos sociais ativos podem retardar os efeitos deletérios do envelhecimento, melhorando a autoestima, a independência e a saúde emocional dos idosos (Nalin *et al.*, 2024).

Dentre as diversas possibilidades de atividades físicas utilizadas pela fisioterapia para proporcionar mais capacidade funcional para os idosos, o método Pilates está ganhando notoriedade por configurar-se como exercícios de baixo impacto para melhorar a força, flexibilidade e controle muscular da região central (Pereira, Mendonça e Oliveira, 2024).

"Segundo vários autores, esse método traz benefícios como aumento da densidade mineral óssea, mudanças positivas na composição corporal e melhora da força e resistência muscular, coordenação, equilíbrio e flexibilidade" (Engers *et al.*, 2016, p. 353).

Justifica-se, portanto, o presente estudo sobre a utilização do método Pilates na fisioterapia com idosos, com o objetivo principal de levantar os benefícios do método Pilates para a população idosa. Um objetivo secundário foi pesquisar, compreender e aplicar, de acordo com Dantas *et al*. (2021), Souza, Silva e Carvalho (2010), Mendes, Silveira e Galvão (2008), Botelho, Cunha e Macedo (2011), e Honório e Santiago Júnior (2018), o método da Revisão Integrativa (RI) na revisão da literatura sobre o problema de pesquisa em foco.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizada a metodologia da Revisão Integrativa, pertencente à revisão bibliografia sistemática, utilizada para descrever o estado da arte de um tema (Botelho, Cunha e Macedo, 2011). De acordo com os autores, as revisões bibliográficas sistemáticas se subdividem em quatro outros métodos: meta-análise, revisão sistemática, revisão qualitativa e revisão integrativa.

Este estudo utilizou o método da RI, que é uma ferramenta importante para comunicar os resultados de pesquisas, facilitando sua utilização na prática clínica, fornecendo subsídios à melhoria da assistência à saúde e beneficiando a instituição de saúde pela

otimização de recursos humanos e materiais (Mendes, Silveira e Galvão, 2008).

De acordo com Roman e Friedlander (1998), a RI permite que o leitor encontre o conhecimento no seu estado atual, separe os achados científicos de opiniões e ideias, e reconheça os profissionais que mais investigam sobre o problema de pesquisa, em diferentes lugares e momentos, disponibilizando dados relevantes aos profissionais de saúde sobre determinado assunto.

A quantidade e complexidade de informações na área de saúde tornam necessária a criação de métodos novos de revisão da literatura, dentre os quais se destaca a RI, reconhecida como uma prática baseada em evidências (Mendes, Silveira e Galvão, 2008).

Como a área da saúde precisa embasar suas práticas assistenciais em evidências científicas, a RI tem sido uma ferramenta muito utilizada, porque sintetiza as pesquisas disponíveis sobre determinado tema e direciona a prática fundamentando-se em conhecimentos científicos (Souza, Silva e Carvalho, 2010).

Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), RI é um método de pesquisa pouco utilizado ainda na fisioterapia, porém, nas áreas em que é mais utilizada, sua contribuição aos pacientes e familiares é inegável. A síntese dos resultados das pesquisas relevantes e reconhecidas mundialmente agiliza a incorporação de evidências à prática profissional em diversas áreas da saúde, fundamentando as condutas, ou a tomada de decisão, tornando o saber mais crítico.

Os mesmos autores afirmam que

> A revisão integrativa é um método de pesquisa que permite a busca, a avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis do tema investigado, sendo o seu produto final o estado atual do conhecimento do tema investigado, a implementação de intervenções efetivas na assistência à saúde e a redução de custos, bem como a identificação de lacunas que direcionam para o desenvolvimento de futuras pesquisas (p. 758).

A RI é utilizada como método para o desenvolvimento da revisão da literatura. Trata-se de um procedimento que possibilita a síntese e a análise do conhecimento científico existente sobre o tema investigado. Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 102) afirmam que “a Revisão Integrativa é um método que proporciona a síntese de conhecimentos e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática”; e completam: trata-se de um estudo com coleta de dados realizada em fontes secundárias, por meio do levantamento bibliográfico, ou revisão da literatura, e também na experiência vivenciada pelos profissionais que atuam diretamente no setor em foco.

Melnyk (2003) afirma que RI é um método enraizado na Prática Baseada em Evidências (PBE), em franco desenvolvimento em todas as disciplinas da área da saúde. A PBE é uma abordagem para solução de problemas, ou de tomada de decisão, que visa buscar a melhor e mais recente evidência, competência clínica do

profissional e valores, principalmente dos pacientes dentro do contexto do cuidado.

> "Um método muito utilizado nas ciências humanas é a Prática Baseada em Evidências (PBE), também conhecida como Medicina Baseada em Evidências. Essa prática teve origem na Inglaterra, com o epidemiologista Archie Cochrane" (Toledo, 2008) *apud* (Botelho, Cunha e Macedo, 2011, p. 124).

Ela, a PBE, "envolve a definição de um problema, a busca e a avaliação crítica das evidências disponíveis, a implementação das evidências na prática e a avaliação dos resultados obtidos" (Mendes, Silveira e Galvão, 2008, p. 759).

Entre os métodos de revisão, a revisão integrativa é a mais ampla, pois permite a inclusão de pesquisa experimental e não experimental, proporcionando uma revisão mais ampla do tema em estudo. Ela permite também a combinação de dados de literatura teórica e empírica. Embora isso possa dificultar a análise, a amostragem mais ampla pode aumentar a profundidade e a abrangência das conclusões da revisão (Mendes, Silveira e Galvão, 2008; Souza, Silva e Carvalho, 2010).

A RI, segundo Redeker (2000), é um sumário da literatura, numa área de conteúdo em que a pesquisa é resumida, analisada e as conclusões extraídas. Ela possibilita a síntese de vários estudos já publicados, gerando novos conhecimentos, pautados em resultados apresentados por pesquisas anteriores (Mendes, Silveira e Galvão, 2008). Os autores asseguram que as etapas da RI precisam ser claramente descritas, para se elaborar uma revisão integrativa relevante.

3 ETAPAS DA REVISÃO INTEGRATIVA

A maioria dos autores consultados sobre o método afirma que o processo da RI deve seguir uma sucessão de 6 etapas distintas, bem definidas, similares aos estágios de desenvolvimento da pesquisa convencional. Neste trabalho, as etapas seguem as definições descritas por Botelho, Cunha e Macedo (2011), mas elas guardam estreita relação com as de outros autores sobre o tema.

3.1 PRIMEIRA ETAPA

Identificação do problema e formulação de uma questão específica de pesquisa, envolvendo a definição da estratégia de busca, dos descritores, ou palavras-chave, e das bases de dados a serem pesquisadas. Ela consiste na escolha e delimitação do tema, onde se elege o assunto para iniciar a investigação.

O tema em estudo é o método Pilates e os benefícios do seu uso para a população idosa. A questão de pesquisa, que procurou atender, na medida do possível, à metodologia PICO (Honório e Santiago Júnior, 2018), onde P = População, Problema ou Paciente; I = Intervenção ou Tratamento; C = Comparação ou Comparador; e O = *Outcome* ou Desfecho, foi a

seguinte: quais são os benefícios do método Pilates para a população idosa?

A pesquisa realizou-se em dois bancos de dados eletrônicos de livre acesso, também chamados de plataformas: *Google Scholar*, ou Google Acadêmico, e *Physiotherapy Evidence Database* (PEDRo), que significa Base de Dados de Evidências em Fisioterapia. Para acessar os artigos acadêmicos, ou científicos, que melhor reflitam o que se objetiva com a pesquisa, foram eleitos os seguintes descritores, ou palavras-chave: "Método Pilates", "População idosa" e "Benefícios", em uma estratégia de busca avançada, usando-se o operador lógico "AND" entre eles, para garantir que os três descritores se encontravam presentes nos artigos selecionados no Google Acadêmico. No PEDRo foram utilizados os mesmos descritores escritos em inglês, pois é a língua padrão do referido banco de dados: "*Pilates method*",*elderly e benefits*, conforme mostra a Tabela 1.

TABELA 1 – Apresentação das palavras-chave usadas nos respectivos bancos de dados

Bancos de Dados, ou Plataformas	**Palavras-chave**
Google Acadêmico	"Método Pilates" *AND* "População idosa" *AND* "Benefícios"
PEDRo	*"Pilates Method", "Elderly" e "Benefits"*

FONTE: Elaborada pela autora
NOTA: No PEDRo, o operador *AND* é automático e a colocação dos termos em inglês á obrigatória

3.2 SEGUNDA ETAPA

Esta etapa corresponde à organização lógica do trabalho. A conduta ideal é incluir todos os estudos encontrados, ou a sua seleção randomizada, porém, se isto for inviável, pela quantidade de trabalhos, estabelecem-se critérios de inclusão e exclusão de estudos, das bases de dados escolhidas para buscar estudos com base nos critérios escolhidos, que devem ser especificados e justificados na metodologia da revisão integrativa, sendo claros e objetivos.

Foram adotados os seguintes critérios preliminares de inclusão: artigos em português e que atendiam ao objetivo da pesquisa. As consultas às bases de dados foram realizadas na primeira quinzena do mês de outubro de 2024.

A primeira busca no Google Acadêmico trouxe 578 publicações sobre o tema. Na busca seguinte, limitou-se a data de publicação a 2020 em diante, e o resultado caiu para 314. Na próxima, restringiu-se a artigos publicados a partir de 2023 e o resultado trouxe 97 publicações. Na próxima, limitando-se a busca a artigos publicados apenas em 2024, o resultado foi 26. Considerando-se que o número ainda estava alto para o presente estudo, o último filtro de busca limitou-a a somente artigos de revisão. Desta vez, o resultado foi de 6 artigos, que foi considerado um número adequado.

A busca no PEDRo se deu usando a modalidade *New Search (simple)* (busca simples), com os três descritores escritos em inglês, como citado na etapa anterior. A primeira busca já não encontrou nenhum registro. Seguindo a recomendação do próprio banco de

dados PEDRo, repetiu-se a busca simples com apenas dois dos três descritores: "*Pilates method" AND elderly*. Agora, sem a palavra-chave *benefits* o retorno foi de 9 artigos. Como o critério utilizado no Google Acadêmico incluía apenas artigos de revisão da literatura, este filtro foi aplicado e 7 deles foram descartados pela própria plataforma, ficando apenas 2. Um deles foi publicado em 2015 e o outro em 2016, contrariando o critério que permite apenas artigos publicados em 2024. Desta forma, nenhum artigo da plataforma PEDRo foi selecionado para este estudo.

3.3 TERCEIRA ETAPA

Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados por meio da leitura de títulos, palavras-chave e resumos das publicações localizadas. Trata-se da organização dos estudos pré-selecionados e identificação dos selecionados. É análoga à coleta de dados de uma pesquisa convencional.

Após a leitura dos títulos e dos resumos dos 6 artigos selecionados pelos critérios de busca estabelecidos, um deles (Cardoso *et al.* (2024)) foi excluído porque trata do uso do método Pilates no tratamento da Fibromialgia, doença que afeta apenas 2% da população adulta. Outros dois (Ferreira (2024) e Conceição do Nascimento *et al.* (2024)) foram excluídos porque nem os títulos, nem os respectivos resumos tratam diretamente do problema de pesquisa deste estudo. Um quarto documento (Santana (2024)) foi excluído também porque se trata de uma monografia de revisão e não de um artigo, conforme as regras de inclusão. Desta forma, restaram apenas 2 artigos selecionados.

Entretanto, um dos artigos excluídos (Ferreira (2024)) faz parte de uma coletânea chamada "Fisioterapia: uma abordagem contemporânea", com 35 artigos, dentre os quais foi possível selecionar mais dois artigos, após a leitura dos títulos de cada um deles, ficando-se, novamente, com 4 artigos selecionados: Nalin *et al*. (2024); Pereira, Mendonça e Oliveira (2024); Rodrigues e Baptista (2024); e Mattos e Oliveira (2024).

3.4 QUARTA ETAPA

Após a seleção dos artigos pertinentes ao tema, realizou-se a compilação dos estudos selecionados usando uma "Matriz de Síntese", objetivando realizar uma análise crítica dos estudos selecionados, conforme se pode ver no Apêndice A.

A referida Matriz serve como ferramenta de interpretação e construção da redação da Revisão Integrativa. Corresponde à análise dos dados em uma pesquisa convencional. Assim, realizou-se a leitura atenta e a compilação do material encontrado para respaldar o embasamento teórico sobre o problema de pesquisa em estudo. É a fase chamada de Resultados/Discussão dos artigos selecionados.

3.5 QUINTA ETAPA

Destina-se à análise e interpretação dos resultados, ou seja, discussão e sistematização dos textos analisados. Corresponde à interpretação dos dados na pesquisa convencional. Além disso, faz-se o levantamento de lacunas de conhecimentos sobre o tema pesquisado, limitações do presente estudo e sugestões para futuras pesquisas visando melhoria da assistência à saúde do idoso, utilizando-se o método Pilates, o que será relatado na próxima etapa.

A revisão da literatura realizada por Nalin *et al.* (2024) procurou identificar modalidades fisioterapêuticas eficazes na prevenção de quedas, com consequente melhoria na qualidade de vida dos idosos. Os autores concluíram que os exercícios de força do método Pilates associados aos de equilíbrio, resistidos, às danças, e à realidade virtual, em sessões regulares de 40 a 60 minutos realizadas por períodos não inferiores a 12 semanas, ajudam a manter a massa muscular e a densidade óssea, minimizando certas alterações decorrentes do envelhecimento, melhorando a estabilidade corporal, o equilíbrio, a capacidade funcional e a aptidão física, diminuindo o risco de quedas da população idosa.

Pereira, Mendonça e Oliveira (2024) descreveram sobre como a literatura relata os benefícios do Pilates sobre a capacidade funcional do idoso. A conclusão dos autores é a de que o método Pilates possui exercícios adequados à população idosa e, se forem realizados em sessões de 60 minutos, duas vezes por semana, pelo menos, melhoram a estabilidade postural, o equilíbrio (dinâmico e estático), as capacidades funcionais, a flexibilidade e resistência física, melhorando a qualidade de vida dos idosos, com maior independência.

O estudo de Rodrigues e Baptista (2024) teve o objetivo geral de conhecer como as técnicas da Fisioterapia, que incluem o Pilates, podem prevenir quedas em idosos. Discorreu também sobre as consequências dessas quedas e como agir preventivamente, utilizando-se de técnicas fisioterapêuticas, em benefício da população da terceira idade.

Os autores afirmam que uma das funções da fisioterapia é prevenir quedas em idosos por meio da aplicação de técnicas eficazes em todas as atividades físicas que são essenciais à melhora da capacidade funcional dos idosos, aumentando a sua segurança e autonomia, melhorando sua inserção social, a capacidade física e psicológica, com consequente melhora na saúde e qualidade de vida dos idosos.

Por último, Mattos e Oliveira (2024) avaliaram, por meio de uma revisão da literatura, o uso do Pilates na Fisioterapia com idosos e sua influência na melhora do equilíbrio, com consequente redução no risco de quedas e melhora na qualidade de vida. Eles concluem que

o Pilates ocorre em ambientes apropriados à frequência dos idosos para tratar de suas dores que, em associação com os medicamentos que eles normalmente utilizam, tem obtido bons resultados físicos, emocionais ou psicológicos, com a melhora do equilíbrio. Assim, segundo os autores, o Pilates contribui com grandes benefícios na busca constante do idoso pela sua qualidade de vida e (re)inserção na sociedade.

3.6 SEXTA ETAPA

Trata-se da apresentação da revisão, o que equivale a uma síntese da busca do conhecimento existente sobre o problema pesquisado, ou à "sistematização dos dados apresentados neste trabalho" (Dantas *et al.*, 2021). Isto se faz com a elaboração de um texto que descreva detalhadamente os principais resultados obtidos com a revisão e apresenta propostas para estudos futuros.

A revisão deve possibilitar a replicação do estudo, por isto, e pelo fato da descrição detalhada da busca dos artigos selecionados já ter sido feita nas Etapas 2 e 3, a síntese será apresentada em forma de fluxograma, como se pode ver na Figura 1.

Como limitação desta pesquisa, cita-se o uso da palavra "benefícios" ou "*benefits*" como descritor de buscas no Google Acadêmico e no PEDRo. Para pesquisas futuras sugere-se usar, no lugar de "benefícios", a palavra "efeitos" ou "*effects*", com possibilidade de se encontrar um número significativamente maior de artigos sobre o tema nos bancos de dados pesquisados.

Outra limitação da pesquisa refere-se à definição do ano de 2024 como ano de publicação dos artigos selecionados. Embora haja a vantagem de serem publicações mais recentes, outros critérios de seleção, em estudos futuros, poderiam incluir artigos menos recentes, mas com melhor qualidade de conteúdo e de metodologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que o processo de envelhecimento leva a alterações fisiológicas que afetam os sistemas visual, vestibular, sensorial e motor, comprometendo a estabilidade postural e o desempenho do idoso nas suas atividades do dia-a-dia.

A presente revisão da literatura, usando a metodologia da Revisão Integrativa, foi composta por quatro trabalhos publicados em 2024, conforme seleção descrita anteriormente, que tiveram como objetivo identificar modalidades fisioterapêuticas eficazes na prevenção de quedas, por meio da melhora do equilíbrio e da capacidade funcional do idoso.

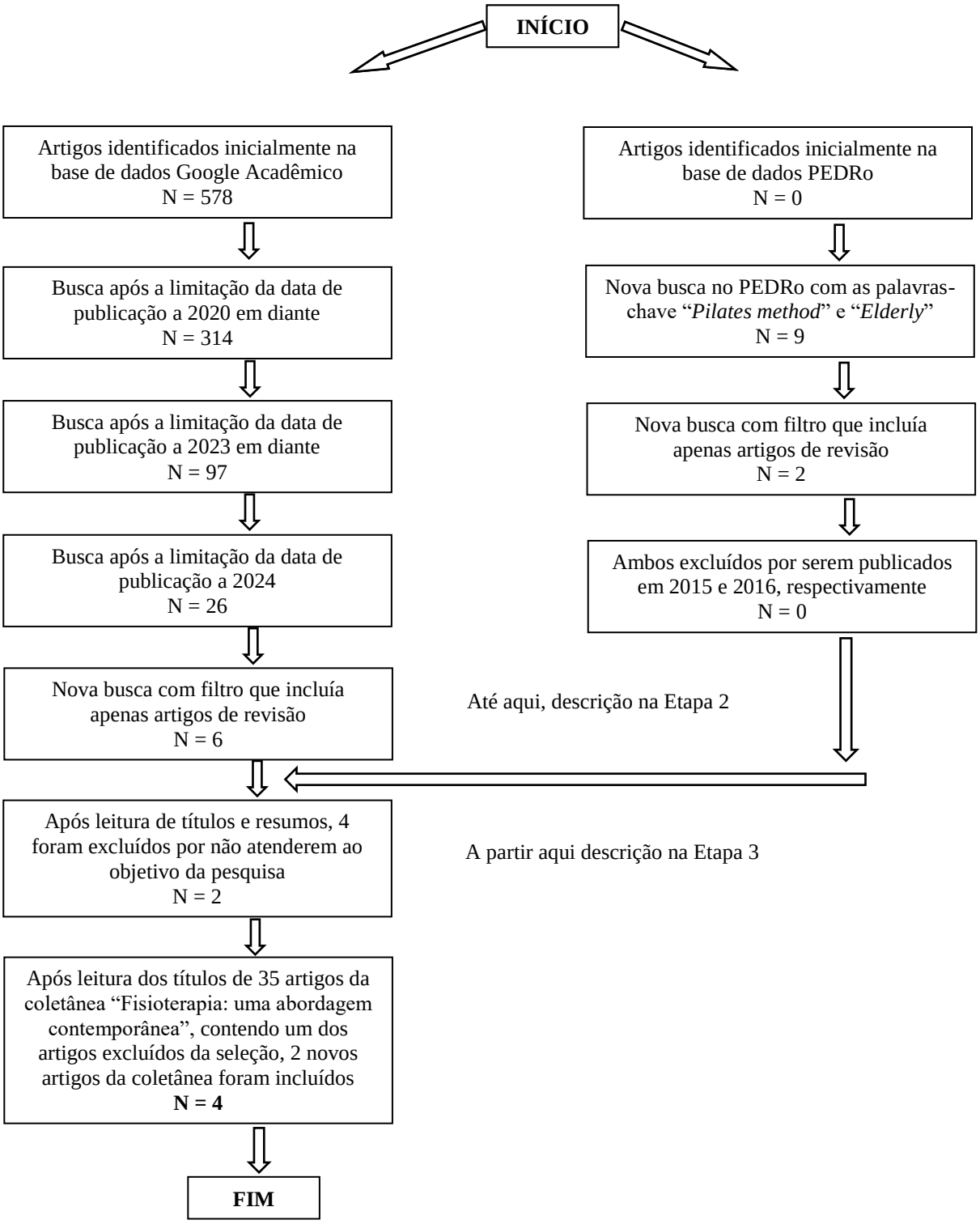


FIGURA 1 – Fluxograma da busca e seleção de artigos nas Plataformas Google Acadêmico e PEDRo
FONTE: Elaborada pela autora

O método Pilates, praticado pelo menos duas vezes por semana, com sessões de 60 minutos, tende a trazer benefícios como aperfeiçoamento das capacidades funcionais, equilíbrio dinâmico e estático, flexibilidade, aumento de resistência física e redução do risco de quedas. Todos esses resultados convergem para maior autonomia, independência e melhor qualidade de vida dos idosos, com ganhos físicos, psicológicos e sociais.

De modo geral pode-se concluir que é possível prevenir as quedas por meio do fortalecimento muscular e treinos de equilíbrio, independente da técnica utilizada, desde que haja regularidade na prática dos exercícios físicos.

Porém, o método Pilates é considerado uma prática positiva na promoção de saúde, com efeitos benéficos sobre o risco de quedas.

Os ganhos físicos, com o fortalecimento muscular, combinados com os ganhos emocionais e sociais, por meio de aulas em grupo, com conexão social e troca de experiências, fazem do Pilates um método de muitas utilidades na geriatria.

Desta forma, foram atingidos os objetivos do estudo, que eram identificar os benefícios do método Pilates para a população idosa, e pesquisar, aprender e aplicar o método da RI na revisão da literatura relativa ao tema desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da Revisão Integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, mai./ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim temático da biblioteca do Ministério da Saúde, v. 2, 2022.

CARDOSO, Andressa Alves Santos; MACEDO, Clara Costa; RAMOS, Ester Serra; SOUZA, André Luiz Velano de; SÁ, Matteus Cordeiro de. O Método Pilates no tratamento da Fibromialgia: Uma revisão de literatura. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 05, p. 1-16, 2024.

CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO, Francilene; SANTOS, Jeovanne Valoiz de Souza; OLIVEIRA, Jéssica Regina Santos de; OLIVEIRA, Lucas Gabriel de Moura; SILVA, Vanessa Souza; MACEDO, Bruna Ferreira de. Avaliação fisioterapêutica de equilíbrio estático em idosos: Uma revisão sistemática. **Revista Acadêmica Online**, v. 10, n. 51, maio/jun. 2024.

DANTAS, H. L. L.; COSTA, C. R. B.; COSTA, L. M. C.; LÚCIO, I. M. L.; COMASSETTO, I. Como elaborar uma Revisão Integrativa: Sistematização do método científico. São Paulo: **Rev Recien**, 12(37), p. 334-345, 2021.

ENGERS, Patrícia Becker; ROMBALDI, Airton José; PORTELLA, Elisa Gouvêa, SILVAŸ, Marcelo Cozzensa da. Os efeitos do método Pilates em idosos: Uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Reumatologia**, 56(4), p. 352–365, 2016.

FERREIRA, Paulo Henrique Samuel. A importância da Fisioterapia na dor lombar: Uma revisão da literatura. Capítulo 18, p. 188-96. In: SILVA, Marlla Souza da; ARARUNA, Fernanda Oliveira Sousa; MAIA, Sandra Cristina; SOUSA, Leydianne Dos Santos. (Org.) **Fisioterapia**: uma abordagem contemporânea. Volume 5. São Luis: Pascal, 2024, 355 p.

HONORIO, Heitor Marques; SANTIAGO JUNIOR, Joel Ferreira. **Fundamentos das revisões sistemáticas em odontologia**. São Paulo: Santos Publicações, 2018. 387p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2022**. Número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Agência de Notícias do IBGE. 27 out. 2023. *Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 24 out. 2024.*

MATTOS, Nathália Vieira; OLIVEIRA, Ludmilla. **O uso do Pilates na Fisioterapia com idosos e sua influência no equilíbrio**: Uma revisão literária. Capítulo 25, p. 258-66. In: SILVA, Marlla Souza da; ARARUNA, Fernanda Oliveira Sousa; MAIA, Sandra Cristina; SOUSA, Leydianne Dos Santos. (Org.) **Fisioterapia**: Uma abordagem contemporânea. Volume 5. São Luis: Pascal, 2024, 355 p.

MELNYK, B. M. Finding and appraising systematic reviews of clinical interventions: critical skills for evidence-based practice. **Pediatric Nurs**, 29(2), p. 147-9, mar.-apr. 2003.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão Integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na Saúde e na Enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 17(4), p. 758-64, out.-dez. 2008.

NALIN, Gabriela; PETRECA, Sarah Mestriner; TEIXEIRA; Camilla Maria Prudêncio Pilla; FRANCO, Maura Fernandes. Modalidades fisioterapêuticas eficazes na prevenção de quedas de idosos – Revisão de literatura. **Revista Faculdades do Saber**. 09(20), p. 83-90, 2024.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE**. Relatório mundial de envelhecimento e saúde**: resumo. Genebra. Organização Mundial da Saúde, 2015.

PEREIRA, Elaine Cristina Alves; MENDONÇA, Ana Flávia Lima; OLIVEIRA, Maria Eduarda dos Santos de. Os benefícios do Pilates na capacidade funcional do idoso: Revisão integrativa. **Rev. Ciên. Saúde**. 9(1), p. 01-09, 2024.

REDEKER, Nancy S. Sleep in acute care settings: an integrative review. **Journal of Nursing Scholarship.** [s. l.], v. 32, n. 1, p. 31-38, mar. 2000.

RODRIGUES, Lays de Jesus Costa; BAPTISTA, Karolina Carneiro Morais de Macedo. Atuação fisioterapêutica na prevenção de quedas e melhora do equilíbrio em idosos. Capítulo 35, p. 347-54. In: SILVA, Marlla Souza da; ARARUNA, Fernanda Oliveira Sousa; MAIA, Sandra Cristina; SOUSA, Leydianne Dos Santos. (Org.) **Fisioterapia**: Uma abordagem contemporânea. Volume 5. São Luis: Pascal, 2024, 355 p.

ROMAN, A. R.; FRIEDLANDER, M. R. Revisão integrativa de pesquisa aplicada à enfermagem. **Cogitare Enferm**, 3(2), p. 109-12 jul.-dez. 1998.

SANTANA, Mariane Castro. O uso do biofeedback no tratamento da incontinência urinária de esforço em mulheres idosas: Uma revisão de literatura integrativa. 2024. 48 f. Curso de Fisioterapia. Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco. São Luís, 2024.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão Integrativa: O que é e como fazer. **Einstein**, 8(1 Pt 1), p. 102-6, 2010.

APÊNDICE A – MATRIZ DE SÍNTESE

Continua...

Autor/Ano	Título do Artigo	Objetivo(s)	Resultados/Discussão
Nalin *et al.* (2024)	Modalidades fisioterapêuticas eficazes na prevenção de quedas de idosos – Revisão de literatura	Identificar modalidades fisioterapêuticas eficazes na prevenção de quedas e melhora da qualidade de vida na população idosa.	A prática de exercícios de força, como é o método Pilates, ajuda na manutenção da massa muscular e da densidade óssea, além de que os exercícios de equilíbrio melhoram a estabilidade corporal da população idosa. Além do pilates, Técnicas de exercícios resistidos, danças e o uso de tecnologias como a realidade virtual conseguem minimizar certas alterações decorrentes do envelhecimento e diminuem o risco de quedas. Tais resultados foram obtidos por meio da realização de sessões de 40 a 60 minutos por um período de 12 semanas, no mínimo. Assim, acredita-se que os ganhos de força muscular, equilíbrio, capacidade funcional e aptidão física estejam atrelados à regularidade da prática do Pilates.
Pereira, Mendonça e Oliveira (2024)	Os benefícios do Pilates na capacidade funcional do idoso: Revisão integrativa	Descrever o que a literatura relata sobre os benefícios do método Pilates sobre a capacidade funcional do idoso.	O estudo conclui que devido à natureza modificável dos movimentos que compõem os exercícios do método Pilates, adequando-se às necessidades dos pacientes, eles podem ser adequados à população idosa, desde que realizados em sessões de 60 minutos com uma frequência de pelo menos duas vezes por semana. O método Pilates tende a melhorar a estabilidade postural, os equilíbrios dinâmico e estático, as capacidades funcionais, a flexibilidade e a resistência física, trazendo mais independência e melhoria na qualidade de vida aos idosos.

Conclusão...

Autor/Ano	Título do Artigo	Objetivo(s)	Resultados/Discussão
Rodrigues e Baptista (2024)	Atuação fisioterapêutica na prevenção de quedas e melhora do equilíbrio em idosos	Como as técnicas da fisioterapia podem ajudar na prevenção de quedas em idosos e, consequentemente, os objetivos específicos: discorrer sobre as consequências das quedas; expor as técnicas fisioterapêuticas de prevenção de quedas em idosos; descrever os benefícios da atividade física na terceira idade.	A Fisioterapia tem uma função importante na prevenção de quedas em idosos, possuindo técnicas eficazes utilizadas em exercícios físicos, treino de equilíbrio corporal e propriocepção, cinesioterapia, exercícios terapêuticos na água, que são essenciais para a melhora da mobilidade física e capacidade funcional, reduzindo quedas e lesões associadas, com consequente aumento da segurança e autonomia para o dia-a-dia dos idosos, melhor interação social, além de melhorias físicas e psicológicas, o que se traduz em saúde para a terceira idade.
Mattos e Oliveira (2024)	O uso do Pilates na Fisioterapia com idosos e sua influência no equilíbrio: Uma revisão literária	Avaliar o uso do Pilates na Fisioterapia com idosos e sua influência na melhora do equilíbrio, afastando os riscos de queda e melhorando a qualidade de vida.	Os autores afirmam que, a partir dos resultados obtidos na revisão que realizaram, “o método Pilates é capaz de contribuir com grandes benefícios” físicos e emocionais, ou psicológicos, aos idosos. O Pilates ocorre em estúdios apropriados para receber idosos e os exercícios são realizados de forma adaptada às limitações de cada um, respeitando suas queixas, dores e estabelecendo exercícios eficazes para promover a volta do idoso às suas atividades diárias. O Pilates pode ser praticado por pessoas de qualquer idade, mas os idosos são os mais beneficiados com o método, pois na terceira idade os ossos já se encontram desgastados com o tempo. O Pilates, associado aos medicamentos receitados pelos médicos ortopedistas e reumatologistas, pode atingir resultados com grandes benefícios. O estudo concluiu que a prática do método Pilates possui grande importância para o equilíbrio do idoso na busca constante pela qualidade de vida, incluindo-se sua inserção na sociedade.

QUADRO 1 – Matriz de síntese dos resultados

JOB DAY: UM MODELO DE EVENTO PARA PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Maraiza Rodrigues da Silveira
Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas e Liderança pela FAI – Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação.
E-mail: maraiza@fai-mg.br

RESUMO

Este artigo analisa o cenário da empregabilidade e seus impactos de forma geral no Brasil e o projeto *Job Day* como uma iniciativa de inserção e capacitação profissional no cenário brasileiro, contribui de forma significativa para a diminuição dos impactos negativos do desemprego. Discute as dificuldades enfrentadas por diferentes públicos na busca por oportunidades de trabalho, as causas do desemprego e a importância de iniciativas que promovam a conexão entre oferta e demanda no mercado. Além disso, avalia como eventos como o *Job Day* podem contribuir como ferramenta de desenvolvimento de competências e fortalecimento do vínculo entre instituições de ensino, comunidade, setor empresarial e poder público, para a redução do desemprego e o desenvolvimento de competências, promovendo uma inserção mais efetiva no mercado de trabalho brasileiro.

Palavras-chave: empregabilidade, mercado de trabalho, desemprego, capacitação profissional, *Job Day*.

ABSTRACT

This article analyzes the employability scenario and its overall impact in Brazil and how the Job Day project, as an initiative for professional integration and training, contributes significantly to reducing the negative impacts of unemployment. It discusses the difficulties faced by different audiences in their search for job opportunities, the causes of unemployment, and the importance of initiatives that promote the connection between supply and demand in the market. In addition, it assesses how events such as Job Day can contribute as a tool for skills development and strengthening the link between educational institutions, the community, the business sector, and public authorities to reduce unemployment and develop skills, promoting more effective integration into the Brazilian labor market.

Keywords: employability; labor market; unemployment; professional training; Job Day.

1 INTRODUÇÃO

A crescente demanda por inserção no mercado de trabalho e a dificuldade enfrentada por candidatos e empresas na contratação, motivaram a criação de eventos que promovam a aproximação entre esses agentes. O *Job Day* surge como uma estratégia inovadora, com foco na capacitação, orientação e conexão entre oferta e demanda de empregos, estágios e empreendedorismo.

O Brasil enfrenta desafios significativos no mercado de trabalho, refletidos em altas taxas de desemprego e informalidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego oficial atingiu 7% no trimestre móvel encerrado em março de 2025, o que representa 7,7 milhões de brasileiros sem emprego formal. Além disso, a informalidade atinge cerca de 42,2% da força de trabalho, dificultando a proteção social e a estabilidade financeira dos trabalhadores (IBGE, 2025)

Diante desse cenário, iniciativas que promovam a capacitação, orientação e conexão entre empregadores e candidatos ganham relevância. O *Job Day* surge como uma dessas estratégias, buscando oferecer oportunidades concretas de inserção, além de promover o desenvolvimento de competências essenciais para o mercado de trabalho atual.

2 CONTEXTO DA EMPREGABILIDADE NO BRASIL

A empregabilidade, definida como a capacidade de um indivíduo obter e manter um emprego, bem como de progredir na carreira, tem sido um tema central nas discussões sobre o mercado de trabalho brasileiro. No Brasil, o contexto da empregabilidade é marcado por uma complexa interação de fatores econômicos, sociais, educacionais e tecnológicos que moldam as oportunidades e os desafios para trabalhadores e empresas.

Historicamente, o país tem enfrentado flutuações econômicas que impactam diretamente a geração de empregos. A informalidade também é um traço marcante do mercado brasileiro, com uma parcela significativa da população trabalhando em condições precárias, sem direitos trabalhistas e com baixa proteção social, o que compromete a estabilidade e a qualidade da empregabilidade (IBGE, 2023).

A qualificação profissional emerge como um pilar fundamental para a empregabilidade no cenário atual. A rápida evolução tecnológica e a crescente automação de tarefas demandam novas habilidades e competências, tornando a requalificação e a aprendizagem contínua essenciais (SENAI, 2025). O descompasso entre as habilidades oferecidas pelo sistema educacional e as demandas do mercado de trabalho é um gargalo persistente, criando um

"apagão de talentos" em setores estratégicos e, ao mesmo tempo, um excedente de mão de obra em áreas com menor demanda (CNI, 2022). A busca por *soft skills*, como pensamento crítico, resolução de problemas e comunicação, além das habilidades técnicas, torna-se cada vez mais relevante para os empregadores.

Adicionalmente, fatores sociais como a desigualdade de gênero, raça e idade continuam a influenciar as oportunidades de empregabilidade. Mulheres, negros e idosos frequentemente enfrentam barreiras adicionais no acesso e na progressão em determinadas carreiras, evidenciando a necessidade de políticas públicas e iniciativas empresariais que promovam a diversidade e a inclusão no ambiente de trabalho (OIT, 2021). A mobilidade geográfica e a infraestrutura de transportes também desempenham um importante papel, especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil, onde as oportunidades de emprego podem estar concentradas em grandes centros urbanos.

Para melhorar o cenário da empregabilidade no Brasil, é imperativo um esforço conjunto entre governo, setor privado, instituições de ensino e sociedade civil. Investimentos em educação de qualidade, especialmente em formação técnico-profissional alinhada às necessidades do mercado, são cruciais. A promoção de um ambiente de negócios favorável ao investimento e à geração de empregos formais, juntamente com a flexibilização das relações de trabalho sem precarizar os direitos dos trabalhadores, pode impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Além disso, a implementação de programas de requalificação profissional e o incentivo ao empreendedorismo podem abrir novas avenidas para a inserção e permanência no mercado de trabalho.

3 IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO DESEMPREGO

O desemprego, caracterizado pela ausência de ocupação remunerada para indivíduos que estão aptos e procuram ativamente por trabalho, representa um dos mais complexos e desafiadores problemas socioeconômicos da contemporaneidade. Seus impactos se estendem por diversas esferas, afetando não apenas o indivíduo desocupado e sua família, mas reverberando por toda a estrutura social e econômica de um país.

3.1 IMPACTOS SOCIAIS

Os impactos sociais do desemprego são multifacetados e profundos, minando o bem-estar individual e a coesão social:

a) Pobreza e Desigualdade Social: a perda de renda decorrente do desemprego empurra famílias para a pobreza ou as aprofunda na miséria. Sem um salário, o acesso às necessidades básicas como alimentação, moradia, saúde e educação torna-se

severamente comprometido (Brasil Escola, 2024). Isso intensifica as desigualdades sociais, uma vez que grupos mais vulneráveis, como mulheres, negros e jovens, são frequentemente os mais afetados e encontram maiores dificuldades na reinserção no mercado de trabalho (OIT, 2021).

b) Saúde Mental e Física: o desemprego prolongado é um fator de risco significativo para o desenvolvimento de problemas de saúde mental, incluindo estresse, ansiedade, depressão, baixa autoestima, frustração e, em casos extremos, ideação suicida (Forbes Brasil, 2025; Fleek Cursos, [s. d.]). A perda do emprego pode ser comparada a um processo de luto, afetando a identidade e o senso de propósito do indivíduo. Além disso, a falta de acesso a planos de saúde e a dificuldade em manter uma alimentação balanceada podem levar ao agravamento de condições físicas preexistentes ou ao surgimento de novas.

c) Deterioração das Relações Sociais e Familiares: o isolamento social é uma consequência comum do desemprego, uma vez que o trabalho muitas vezes serve como principal fonte de conexões sociais (Fleek Cursos, [s.d.]). No âmbito familiar, o desemprego pode gerar tensões, conflitos e desestruturação, devido à pressão financeira e ao impacto psicológico sobre todos os membros.

d) Aumento da Criminalidade e Insegurança: a falta de oportunidades formais de trabalho pode levar indivíduos, especialmente jovens, a recorrerem à informalidade ou, em situações mais extremas, à criminalidade como meio de subsistência. Isso contribui para o aumento da criminalidade, da violência e da insegurança social (Brasil Escola, 2024).

e) Precarização das Relações de Trabalho: em contextos de alto desemprego, os trabalhadores têm menor poder de barganha, o que pode levar à aceitação de condições de trabalho mais precárias, com salários mais baixos, menos benefícios e maior informalidade. Isso contribui para a desvalorização do trabalho e para a erosão dos direitos trabalhistas.

3.2 IMPACTOS ECONÔMICOS

No plano econômico, o desemprego acarreta perdas significativas para a produção, a renda e a estabilidade fiscal de um país:

a) Perda de Produção e Renda: o desemprego representa uma subutilização da força de trabalho, que é um dos principais fatores de produção. Isso resulta em uma produção de bens e serviços abaixo do potencial da economia (o "gap do produto"), levando a perdas de Produto Interno Bruto (PIB). A queda na renda agregada, por sua vez, afeta o poder de compra da população.

b) Redução do Consumo e do Investimento: com menos pessoas empregadas e com menor renda disponível, o consumo das famílias tende a diminuir. A incerteza econômica gerada pelo desemprego também desestimula o investimento privado, uma vez que as empresas enfrentam uma demanda reduzida e perspectivas de lucro incertas. A diminuição do consumo e do investimento gera um ciclo vicioso de desaceleração econômica (Agência Brasil, 2024; Hantec Markets, [s. d.]).

c) Menor Arrecadação Fiscal e Aumento dos Gastos Públicos: O desemprego impacta diretamente a arrecadação de impostos (sobre renda, consumo e folha de pagamento), reduzindo as receitas do governo. Simultaneamente, os gastos públicos tendem a aumentar devido à necessidade de programas de seguro-desemprego, assistência social e saúde pública, pressionando as contas fiscais e podendo levar ao aumento da dívida pública (CNN Brasil, 2025).

d) Erosão do Capital Humano: O desemprego de longa duração pode levar à obsolescência das habilidades dos trabalhadores, à perda de experiência e à desmotivação, dificultando sua reinserção no mercado de trabalho. Isso representa uma perda de capital humano para a economia, reduzindo a produtividade e a competitividade do país a longo prazo (DIEESE, [s.d.]).

e) Pressão sobre Salários e Inflação: Embora um alto desemprego geralmente leve a uma pressão deflacionária nos salários, em economias com problemas estruturais ou choques de oferta, pode ocorrer um fenômeno de estagflação (estagnação econômica com inflação), onde o desemprego persiste mesmo com o aumento de preços, evidenciando desequilíbrios mais profundos no mercado de trabalho e na economia (Daycoval, 2024).

4 O PROJETO *JOB DAY*

Um modelo de evento pensado e focado na empregabilidade e no desenvolvimento profissional e pessoal, implementado em Santa Rita do Sapucaí. O evento visa conectar a comunidade local e acadêmica às oportunidades de trabalho e estágio, oferecer capacitação através de palestras e oficinas, promover o empreendedorismo e o *networking*, e prestar serviços essenciais nas áreas de saúde e apoio fiscal. A iniciativa busca fomentar o crescimento econômico e social, articulando parcerias estratégicas com empresas e órgãos públicos.

4.1 ORIGEM E JUSTIFICATIVA

O projeto foi concebido em resposta às dificuldades enfrentadas por estudantes e profissionais em busca de recolocação, e empreendedores na inserção no mercado de trabalho. As reclamações recorrentes no setor de estágios e empregos, tanto por parte dos candidatos quanto das empresas, evidenciam a

necessidade de uma intervenção que facilite a conexão entre esses agentes.

O projeto é estruturado em torno de um conjunto de ações interligadas, visando maximizar o impacto na comunidade e nos participantes.

4.2 OBJETIVOS E PÚBLICO-ALVO

O *Job Day* visa disponibilizar, em um único espaço, oportunidades de emprego, estágio, capacitação e empreendedorismo, atendendo as pessoas em busca de recolocação, estudantes, empreendedores e demais interessados em aprimorar suas competências profissionais.

4.3 ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DINÂMICA DO EVENTO

A realização do primeiro *Job Day* ocorreu na FAI – Centro de Ensino Superior, envolvendo empresas parceiras representadas por seus proprietários e colaboradores de RH, que apresentaram suas vagas e expectativas de perfil profissional. Além disso, o evento conta com a participação de voluntários e parceiros que oferecerem palestras e workshops sobre temas como elaboração de currículos, entrevistas de emprego, imagem profissional e áreas de formação acadêmica.

4.3.1 Levantamento e Divulgação de Oportunidades

A primeira etapa consiste na realização de parcerias com os Departamentos de Recursos Humanos (RHs) de empresas de Santa Rita do Sapucaí e região. O objetivo primordial é o levantamento sistemático de vagas de empregos e de estágios profissionais em diversas áreas de atuação. No dia do evento, essas vagas são apresentadas diretamente aos alunos e à população em geral, por meio da visitação aos estandes das empresas participantes, facilitando o contato direto entre candidatos e recrutadores.

4.3.2 Capacitação e Desenvolvimento Pessoal

São oferecidas palestras com temas relevantes para o contexto social e profissional, visando proporcionar aos participantes novos conhecimentos e perspectivas. Os temas abordam desde tendências de mercado até habilidades socioemocionais (*soft skills*), cruciais para o sucesso na carreira.

4.3.3 Fomento ao Empreendedorismo e Networking

O evento promove um ambiente propício ao empreendedorismo e ao networking, estimulando a troca de experiências e a criação de conexões entre profissionais, estudantes e empresários. O intuito é despertar nos participantes o interesse pelo crescimento pessoal e profissional, incentivando a

proatividade e a busca por novas oportunidades, inclusive a criação de seus próprios negócios.

4.3.4 Apoio à Elaboração de Currículos

Com o apoio de alunos do curso de Administração, é oferecida uma oficina de elaboração de currículos atualizados. Este serviço visa capacitar os participantes a destacarem suas qualificações e experiências de forma eficaz, aumentando suas chances de sucesso na concorrência por vagas disponíveis no mercado de trabalho.

4.3.5 Orientação Acadêmica e Profissional

São fornecidas informações detalhadas sobre as diversas áreas de ensino oferecidas pela FAI, destacando como essas formações podem contribuir para a melhoria da capacitação profissional dos participantes. O objetivo é orientar a comunidade sobre as possibilidades de qualificação e requalificação.

4.3.6 Serviços de Saúde e Bem-Estar

Através da colaboração de alunos do curso de Enfermagem, são oferecidos serviços básicos de saúde como aferição de pressão e glicose. O curso de Psicologia disponibiliza orientações e suporte relacionados à saúde mental, reconhecendo a importância do bem-estar psicológico para a empregabilidade e qualidade de vida.

4.3.7 Parcerias Educacionais

O curso de Pedagogia busca promover parcerias com as Secretarias de Educação de Santa Rita do Sapucaí e região. Essa iniciativa visa fortalecer a relação entre a Instituição, Poder Público e as instituições de ensino fundamental e médio, explorando oportunidades de colaboração e desenvolvimento pedagógico.

4.3.8 Apoio Fiscal a Microempreendedores

O Núcleo de Apoio Fiscal (NAF) é apresentado aos microempreendedores e população. Com a colaboração de alunos dos cursos de Ciências Contábeis e Administração, o NAF oferecere auxílio e orientação para a superação de dificuldades fiscais, contribuindo para a formalização e o crescimento desses negócios.

4.3.9 Espaço de Cultura e Relacionamento

O Evento conta, desde sua quarta edição, com um "Espaço Gourmet", concebido para promover um ambiente de cultura e relacionamentos. Este espaço oferece uma área para alimentação e interação social, incentivando o *networking* informal e proporcionando uma experiência agradável aos participantes.

5 O PAPEL DO *JOB DAY* NA PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE

O Job Day atua como uma ponte entre oferta e demanda, promovendo:

a) Oportunidades de emprego e estágio: empresas parceiras apresentam suas vagas, facilitando o contato direto com candidatos qualificados.

b) Capacitações específicas: palestras e *workshops* sobre elaboração de currículos, entrevistas, imagem profissional e empreendedorismo aumentam a preparação dos participantes.

c) Orientação sobre profissões e mercado: informações sobre áreas de formação e tendências de mercado ajudam os candidatos a direcionar suas escolhas profissionais.

6 SÉRIE HISTÓRICA DO PROJETO *JOB DAY*

A trajetória do *Job Day* apresenta uma evolução significativa ao longo dos anos, refletindo seu crescimento e fortalecimento como iniciativa de inserção e capacitação profissional. A seguir, detalha-se a evolução das edições realizadas até o momento:

a) Primeira edição (2019): Realizada em 31 de agosto de 2019, contou com a participação de 9 monitores, 8 palestras e a parceria de 15 empresas participantes. O número de pessoas entre, alunos, ex-alunos e comunidade foi de aproximadamente 500 pessoas.

b) Segunda edição (2022): ocorrida em 19 de novembro de 2022, integrou-se à Semana da Empregabilidade em parceria com o Centro de Apoio ao Trabalhador (CAC) da prefeitura, reunindo 11 empresas. O número de pessoas participantes nesse evento, foi de aproximadamente 250.

c) Terceira edição (2023): realizada em 21 de outubro de 2023, contou com a participação de 11 empresas, consolidando sua presença no calendário de eventos de empregabilidade. Nesta edição o evento também foi expandido para participação dos cursos da instituição, contando com o curso de Enfermagem, onde foram oferecidos serviços de medição de pressão arterial e glicemia; contou também com a participação do curso de Ciências Contábeis, com o seu Núcleo de Apoio Fiscal da FAI – NAF, com o intuito de esclarecer dúvidas da população sobre o MEI. O número de oportunidades de empregos oferecidos durante essa edição foi de 200 vagas.

d) Quarta edição (2024): Acontecida em 19 de setembro de 2024, marcou uma ampliação significativa, com a participação de 28 empresas. O evento passou a ser realizado durante a semana, no período noturno, e contou com a parceria do Sabores no Vale, no espaço gastronômico, além de incluir atividades culturais e de convivência. O número de participantes nessa edição foi de 300 pessoas e o número de vagas oferecidas foi de 400.

e) Quinta edição (2025): realizada em 24 de abril de 2025, contou com a realização de 5 palestras, a participação de 20 empresas, além de

atividades no espaço gastronômico e apresentação do *show* do artista Thiago Abranches. Nesta edição, o *Job Day* passou a fazer parte das atividades da semana da FAI, envolvendo aproximadamente 300 participantes, incluindo alunos, professores e membros da comunidade.

A Figura 1 fornece uma visão clara e organizada da evolução do evento ao longo dos anos, destacando seu crescimento em termos de participação, parcerias e impacto na comunidade.

FIGURA 1 – Série Histórica
FONTE: arquivos internos da FAI

CONCLUSÃO

O *Job Day* se consolida como uma iniciativa de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico de Santa Rita do Sapucaí e região. Em um cenário brasileiro de altos índices de desemprego e informalidade, como evidenciado pelos dados do IBGE, eventos que promovem a conexão entre o mercado de trabalho e os candidatos se tornam cruciais. A empregabilidade, que vai além da simples obtenção de um emprego, exige a capacidade de progressão e aprimoramento contínuos, demandando qualificações e *soft skills* que o sistema educacional tradicional muitas vezes não supre.

Ao longo de suas edições, o *Job Day* demonstrou ser uma ferramenta eficaz no enfrentamento dos desafios impostos pelo desemprego, cujos impactos sociais e econômicos se estendem desde a pobreza e a desigualdade até a perda de capital humano e a redução da produtividade. O projeto oferece uma solução abrangente ao disponibilizar, em um único local, oportunidades de emprego e estágio, capacitação, fomento ao empreendedorismo e serviços essenciais de saúde e apoio fiscal**.** A evolução do evento, com o aumento no número de empresas parceiras, vagas oferecidas e participantes, reflete o seu crescimento e a crescente relevância para a comunidade.

A articulação de parcerias estratégicas com empresas, órgãos públicos e a comunidade acadêmica da FAI tem sido um pilar para o sucesso do *Job Day*. A integração de diversos cursos da instituição, como Enfermagem, Ciências Contábeis, Administração e Pedagogia, no fornecimento de serviços e orientações, demonstra a capacidade de mobilização e o compromisso da FAI com o desenvolvimento local. O *Job Day* não é apenas um evento de recrutamento, mas um programa que empodera indivíduos, fortalece o tecido social e impulsiona a economia, promovendo a qualificação e a inserção sustentável no mercado de trabalho.

Com edições cada vez mais robustas e abrangentes, o *Job Day* se posiciona como um modelo de sucesso para a promoção da empregabilidade e do desenvolvimento profissional. Sua trajetória evidencia a capacidade de adaptação e inovação para atender às demandas da sociedade, reforçando a importância de iniciativas que aproximam a academia, o setor produtivo e a comunidade, criando um ciclo virtuoso de crescimento e oportunidades.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Novos empregos:** entenda impacto na economia e consumo dos brasileiros**.** Brasília, DF: EBC, 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-03/novos-empregos-entenda-impacto-na-economia-e-consumo-dos-brasileiros. Acesso em: 31 maio 2025.

BRASIL ESCOLA. **Desemprego no Brasil:** causas, tipos, efeitos**.** UOL, 2024. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/desemprego-no-brasil.htm. Acesso em: 24 maio 2025.

CNN BRASIL. **Desemprego sobe a 7% no 1º tri, mas é menor taxa para o período na série**. CNN Brasil, 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/desemprego-chega-a-70-no-trimestre-encerrado-em-marco-diz-ibge/. Acesso em: 24 maio 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Retratos da Indústria:** Desafios e Oportunidades para a Educação Profissional no Brasil. Brasília, DF: CNI, 2022. Disponivel em: https://cni.portaldaindustria.com.br/pt/. Acesso em: 10 maio 2025.

DAYCOVAL. **Mercado de trabalho e inflação: qual o impacto nos investimentos?** Blog Daycoval, 2024. Disponível em: https://blog.daycoval.com.br/desemprego-e-inflacao/. Acesso em: 31 maio 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Taxa natural de desemprego**. DIEESE, [s.d.]. Disponível em: https://www.dieese.org.br/pesquisaDIEESE/2011/201112desempregoLongoPrazo/26.html. Acesso em: 31 maio 2025.

FLEEK CURSOS. **5 Problemas Gerados pelo Desemprego e Como Solucioná-los**. [S. l.]: Fleek Cursos, [s.d.]. Disponível em: https://www.fleekcursos.com.br/problemas-gerados-desemprego. Acesso em: 7 jun. 2025.

FORBES BRASIL. **Desemprego Afeta a Saúde Mental**; Eis o Que Fazer para Minimizar Esse Impacto**.** [S. l.]: Forbes Brasil, 2025. Disponível em: https://forbes.com.br/coluna/2025/05/desemprego-afeta-a-saude-mental-eis-o-que-fazer-para-minimizar-esse-impacto/. Acesso em: 14 jun. 2025.

HANTEC MARKETS. **Indicadores De Desemprego**. [S. l.]: Hantec Markets, [s.d.]. Disponível em: https://hmarkets.com/pt/learn-to-trade/macroeconomics/unemployment-indicator/. Acesso em: 14 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: Trimestre Móvel de fevereiro de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 20 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: Trimestre Móvel de fevereiro de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-

pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 26 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O que é desemprego**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 01 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Novo relatório da OIT sobre as Perspetivas de Emprego no Mundo**.Lisboa: OIT, 2021. Disponivel em: https://www.ilo.org/pt-pt/resource/news/novo-relatorio-da-oit-sobre-perspetivas-de-emprego-no-mundo. Acesso em: 01 jun 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI). **Mapa do Trabalho Industrial:** Novas Oportunidades e Desafios para a Indústria Brasileira. Brasília, DF: SENAI, 2025. Disponível em: https://www.portaldaindustria.com.br/canais/observatorio-nacional-da-industria/produtos/mapa-do-trabalho-industrial-2025-2027/. Acesso em: 01 jun 2025.

POBREZA COMO PROJETO NACIONAL: AS ESCOLHAS QUE REDUZEM AS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Vinícius Antônio Montgomery de Miranda
Mestre em Engenharia de Produção pela UNIFEI.
MBA em Gestão Financeira e Controladoria pela UNITAU (Universidade de Taubaté).
Engenheiro Eletricista pela UNIFEI.
Professor de Economia e Finanças da FAI.
E-mail: vinicius@fai-mg.br

RESUMO

Este artigo analisa criticamente o modelo de governança adotado pelo Brasil, caracterizado pela centralização do poder estatal, elevada carga tributária, excesso de burocracia e restrições à livre iniciativa. Argumenta-se que essa estrutura institucional tem se mostrado ineficaz na promoção de melhorias significativas nos indicadores sociais, como segurança, saúde, educação e outros, ao mesmo tempo em que limita o dinamismo econômico e aprisiona o país na armadilha do baixo crescimento. Com base na teoria austríaca de economia, defende-se que a simplificação do ambiente regulatório, a abertura comercial e a contenção dos gastos públicos são elementos essenciais para a criação de um ambiente institucional favorável à divisão do trabalho, ao investimento privado e ao aumento da produção — fundamentos para o crescimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população. A análise sugere que a manutenção do atual modelo estatista não é fruto apenas de inércia institucional, mas de uma escolha deliberada que favorece a concentração de poder em detrimento da multiplicação de oportunidades, da criação de riqueza e de sua ampla distribuição na sociedade. Sem reformas estruturais que restabeleçam os princípios da liberdade econômica, o Brasil continuará distante dos padrões de desenvolvimento das economias mais bem-sucedidas.

Palavras-Chave: crescimento econômico; pobreza; governança estatal; produtividade; teoria austríaca.

ABSTRACT

This article critically examines Brazil's governance model, which is marked by the centralization of state power, high taxation, excessive bureaucracy, and constraints on free enterprise. It argues that this institutional structure has consistently failed to generate significant improvements in key social indicators—such as health, education, and public safety—while simultaneously stifling economic dynamism and trapping the country in a low-growth equilibrium. Grounded in the Austrian School of Economics, the study advocates for regulatory simplification, trade liberalization, and fiscal restraint as essential measures to foster an institutional environment conducive to the division of labor, private investment, and increased production—key drivers of sustainable growth and improved quality of life. The analysis suggests that the persistence of a state-centric model is not merely the result of institutional inertia but represents a deliberate choice that prioritizes centralized control over the broad creation and distribution of wealth throughout society. Without structural reforms to reestablish the principles of economic freedom, Brazil will likely remain distant from the development standards achieved by more prosperous and efficient economies.

Keywords: economic growth; poverty; state governance; productivity; austrian economics.

1 INTRODUÇÃO

Desde a publicação de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, o debate sobre os determinantes da prosperidade ou da estagnação econômica das nações tem ocupado lugar central na teoria econômica. Smith (2023) argumenta que a dinâmica do livre mercado, aliada à concorrência e à busca racional pelo lucro, promove o aprofundamento da divisão do trabalho e o consequente aumento da produtividade, configurando-se como elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico sustentado de uma sociedade. Acemoglu e Robinson (2022), em *Porque as nações fracassam*, defendem que as instituições exercem um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico de uma nação. De acordo com esses autores, em contextos onde prevalecem instituições extrativistas — caracterizadas pela apropriação de recursos por parte de grupos específicos, por meio de mecanismos como tributação excessiva e estruturas burocráticas ineficientes — há a criação de incentivos perversos que desestimulam a poupança, o investimento e a inovação, elementos considerados essenciais para a promoção da prosperidade econômica de longo prazo. Hoppe (2013) acrescenta que sistemas sociais que desrespeitam os direitos de propriedade — ou seja, que atribuem controle sobre recursos escassos previamente apropriados por outros agentes — tendem a desincentivar o investimento e a estimular padrões de consumo elevados. Além disso, tais arranjos institucionais favorecem indivíduos improdutivos em detrimento daqueles que contribuem efetivamente para a geração de riqueza, comprometendo, assim, a eficiência econômica e o desenvolvimento sustentável.

O debate crítico de ideias, aliado à análise empírica das ações que promovem maior prosperidade, é fundamental no contexto da formulação de políticas públicas. Por isso, identificar os fatores que podem elevar o padrão de vida de uma sociedade é relevante para orientar quanto às estratégias a serem adotadas ou evitadas com vistas à superação de obstáculos ao progresso social. A análise histórica das economias revela que os ciclos de crescimento e retração estão frequentemente associados a fatores como conflitos armados, desastres naturais e, especialmente, a escolhas políticas que influenciam diretamente a configuração e o funcionamento das estruturas sociais.

McCarthy (2025), por exemplo, atribui o declínio econômico e cultural da Europa à atuação de lideranças que adotaram políticas centradas em agendas como o expansionismo dos gastos sociais, a centralização do poder decisório, o protecionismo econômico e o ambientalismo regulatório. Segundo esse autor, essas diretrizes têm sido implementadas em detrimento da liberdade individual de escolha —

elemento considerado essencial para a ampliação da capacidade produtiva e da produtividade humana. De forma bastante semelhante, o Brasil tem adotado uma trajetória marcada pela centralização do poder e da tomada de decisões nas instâncias da burocracia estatal, em prejuízo do pacto federativo e da autonomia decisória dos entes subnacionais. Castro (2014) sustenta que a origem do enfraquecimento do dinamismo econômico e da estagnação da produtividade no Brasil reside em modelos de governo que se comprometem a distribuir benefícios e vantagens de forma generalizada, dissociando tais ganhos dos custos inerentes ao esforço individual e aos princípios meritocráticos.

Hazlitt (2020) demonstra que qualquer forma de intervenção estatal nas transações voluntárias de mercado compromete a eficiência alocativa do capital e da força de trabalho, resultando, como consequência, na redução do padrão de vida da população. A concessão de subsídios, a imposição de regulamentações e as transferências compulsórias de renda entre setores econômicos atuam na preservação de indústrias e atividades obsoletas, em detrimento da inovação e da acumulação de capital — elementos fundamentais para a geração sustentável de riqueza. Bylund (2021) argumenta que, ao longo dos últimos cem anos, a ascensão dos Estados de orientação social-democrata promoveu uma substituição gradual das interações voluntárias de mercado — propulsoras da criação de riqueza — por políticas assistencialistas e redistributivas que tendem a fomentar o parasitismo estatal e a ineficiência econômica. Nesse contexto de forte centralização decisória e expansão da burocracia, criam-se condições favoráveis à proliferação de práticas como a corrupção, o clientelismo, o favoritismo e a indolência.

Os incentivos distorcidos oriundos da governança exercida por um Estado excessivamente intervencionista tendem a suprimir a relevância do esforço moral individual voltado à criação de valor para os demais membros da sociedade. Nesse ambiente, a concorrência — motor da inovação e da geração de soluções para os desafios humanos — e a cooperação — mecanismo que promove a alocação eficiente de recursos escassos — acabam sendo substituídas por práticas como a fraude, o engano e o *rent-seeking*. Em consequência, passa a prevalecer a percepção de que alcançar posições de vantagem política é mais recompensador do que produzir bens e serviços de valor efetivo para a coletividade.

Nas últimas décadas, o Brasil tem experimentado uma ampliação contínua da presença estatal sobre a atividade econômica, notadamente por meio de políticas intervencionistas que incluem subsídios setoriais, regulação excessiva e programas de redistribuição de renda sustentados pelo aumento da carga tributária. Embora embasadas por discursos de justiça social e promoção do bem-estar coletivo, tais práticas têm sido criticadas por comprometerem os mecanismos espontâneos de mercado — baseados na cooperação voluntária, concorrência e eficiência alocativa. A literatura recente, representada por autores como

Hazlitt (2020) e Bylund (2021), sustenta que o intervencionismo estatal crônico tende a inibir a acumulação de capital, desestimular a inovação e gerar incentivos perversos que favorecem o clientelismo, o *rent-seeking* e outras formas de ineficiência institucional. No contexto brasileiro, onde a expansão do aparato burocrático estatal tem coexistido com baixos níveis de produtividade e crescimento econômico modesto, torna-se relevante investigar os efeitos de longo prazo dessa orientação política e econômica sobre o progresso material da sociedade.

Este artigo analisa em que medida a adoção da ideologia estatizante e das políticas públicas dela derivadas, especialmente a partir da década de 1980 no Brasil, pode ter contribuído para a centralização do poder e para a desaceleração do progresso material da população brasileira.

A metodologia adotada neste artigo é a pesquisa explicativa, conforme delineada por Marconi e Lakatos (2021), com abordagem qualitativa, que permite examinar se a centralização do poder na burocracia estatal constitui o principal fator associado à estagnação dos indicadores econômicos e sociais no contexto brasileiro. Para tanto, são utilizadas técnicas de análise documental e revisão bibliográfica, com o objetivo de identificar relações causais entre diretrizes políticas e os resultados observados no desenvolvimento socioeconômico.

2 CENTRALIZAÇÃO ESTATAL VERSUS MERCADO

Diversos agentes sociais, como a mídia, as instituições de ensino, os sindicatos e grande parte da classe política, sustentam a tese de que o mercado apresenta imperfeições intrínsecas e que a atuação do Estado é indispensável para corrigir as recorrentes disfunções inerentes a uma economia fundamentada na livre iniciativa. No entanto, esse raciocínio apresenta falhas tanto em sua fundamentação filosófica quanto econômica, uma vez que parte do pressuposto de que as estruturas estatais, compostas e geridas por agentes humanos, são moralmente superiores e infalíveis.

Mueller (2019) sustenta que as políticas públicas estatais incorrem em uma falácia conhecida como "pretensão do conhecimento", a qual consiste na crença de que agentes governamentais — políticos e burocratas — seriam capazes de tomar decisões superiores às oriundas da dinâmica espontânea do mercado. Essa visão pressupõe uma capacidade cognitiva centralizada que, segundo o autor, desconsidera a natureza fragmentada e distribuída do conhecimento na sociedade. Para Mueller, o conhecimento relevante para a alocação eficiente de recursos não está concentrado em instituições estatais, mas encontra-se disperso entre indivíduos — empreendedores, investidores e consumidores — que interagem cotidianamente por meio de suas escolhas e transações. Assim, ele conclui que é inviável que o Estado, por suas limitações estruturais e cognitivas, consiga alocar recursos escassos com mais eficácia do que o mercado.

Patil (2024) evidencia que a lógica do livre mercado repousa sobre a realização de trocas voluntárias mutuamente benéficas, e que a limitação da liberdade contratual constitui um vetor para a adoção de mecanismos de intervenção econômica de caráter coercitivo. As barreiras institucionais decorrentes do excesso de regulação, da carga tributária elevada e das restrições ao comércio internacional tendem a configurar estruturas de mercado monopolistas ou oligopolistas, limitando a concorrência e, consequentemente, restringindo o acesso do consumidor final a uma maior diversidade de ofertas e a preços mais competitivos.

Hoppe (2013) argumenta que, diante da escassez inerente aos recursos disponíveis — com destaque para o tempo —, o ser humano não pode perseguir simultaneamente múltiplos fins ao agir. Assim, a impossibilidade de alcançar todos os objetivos desejados simultaneamente leva o indivíduo a realizar escolhas racionais e a priorizar determinados fins em detrimento de outros. Nesse contexto, a realização das trocas voluntárias – característica inerente ao funcionamento do mercado – emerge como um meio eficiente de maximizar a satisfação dos agentes econômicos, uma vez que essas transações possibilitam a economia de tempo e a redução dos custos associados à obtenção de determinados resultados. Quanto maior o tempo necessário para atingir um fim, mais elevado tende a ser seu custo de oportunidade, o que torna as trocas um instrumento natural de otimização alocativa.

De acordo com Rothbard (2019), toda transação realizada em um mercado livre ou em uma sociedade baseada na liberdade individual ocorre em virtude da expectativa de benefícios mútuos por parte dos agentes envolvidos. Isso implica que o livre mercado tende a maximizar a utilidade social, uma vez que ambas as partes percebem ganhos na interação voluntária. Em contraste, nas situações de intervenção coercitiva, o comportamento do indivíduo é alterado mediante ameaça de uso da força, resultando em uma perda de utilidade para o agente coagido.

Mazzilli (2010) sustenta que o Estado não se origina de um pacto voluntário no qual os indivíduos renunciam espontaneamente à sua liberdade em favor de uma entidade superior. Ao contrário, o Estado surge a partir da consolidação institucional de relações de poder, frequentemente fundadas na utilização da força e da violência. Nesse sentido, a coerção configura-se como a característica central do Estado. A arrecadação de tributos, por exemplo, não decorre de um ato voluntário dos cidadãos, mas da imposição legal acompanhada da ameaça de sanções por parte do aparato estatal. Tal perspectiva dialoga com a concepção de Weber (2022), para quem o Estado se distingue por deter o monopólio legítimo do uso da força dentro de um determinado território. Complementarmente, Foucault (2012) contribui para essa análise ao evidenciar que o poder estatal não se exerce apenas por meio da repressão direta, mas também pela normatização e controle dos corpos e

condutas, revelando formas sutis e difusas de coerção institucionalizada.

O Estado e o mercado, portanto, constituem mecanismos distintos de coordenação das atividades econômicas e sociais. O mercado opera com base na livre iniciativa dos agentes econômicos, na propriedade privada dos meios de produção e nas transações voluntárias mediadas pelas forças de oferta e demanda. Nesse arranjo, os preços livres são a expressão máxima da escassez relativa de cada bem negociado. Em contraste, o Estado exerce sua função coordenadora por meio de instrumentos coercitivos e normativos, como a regulação, a tributação e a intervenção direta na economia — esta última materializada, por exemplo, na criação de empresas estatais, na concessão de subsídios e na imposição de controles de preços.

À medida que o Estado expande sua atuação, tende a assumir funções que, em um arranjo econômico liberal, poderiam ser desempenhadas pela iniciativa privada, tais como a produção de bens e serviços, a alocação de recursos, a redistribuição de renda e o planejamento econômico.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Estado a incumbência de prover diretamente uma ampla gama de serviços públicos essenciais — incluindo saúde, educação, transporte e previdência social — os quais, sob outras configurações institucionais, poderiam ser ofertados por agentes privados em um ambiente concorrencial, como ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos e em outros países.

De modo geral, a ampliação do aparato estatal tende a implicar um aumento da carga tributária, o que reduz a disponibilidade de capital para o consumo das famílias e o investimento do setor privado. Simultaneamente, o incremento das regulações impõe maiores custos de entrada e operação às empresas, dificultando a competitividade, especialmente para novos agentes econômicos. Ademais, o crescimento da burocracia estatal compromete a eficiência dos processos e desestimula a inovação. Esses fatores, em conjunto, contribuem para a retração da iniciativa privada e podem inibir tanto a concorrência quanto o dinamismo empreendedor na economia.

Friedman (2002) argumenta que existe uma relação inversamente proporcional entre liberdade econômica e intervenção estatal, na medida em que o crescimento da atuação do Estado sobre a economia tende a restringir a autonomia dos indivíduos nas decisões de consumo, produção e investimento. Para o autor, a liberdade econômica é condição necessária para a manutenção das liberdades civis e políticas, sendo que a centralização do poder econômico nas mãos do Estado representa uma ameaça à liberdade individual em sentido amplo.

Mueller (2025) argumenta que os processos voluntários característicos do funcionamento do mercado envolvem decisões de natureza eminentemente experimental, tanto por parte dos agentes produtores quanto dos consumidores. O ambiente de mercado configura-se, assim, como um sistema dinâmico de aprendizado, estruturado por sucessivos ciclos

de tentativa e erro, nos quais os consumidores revisitam escolhas anteriores e reconstroem suas preferências à luz de novas experiências e informações disponíveis. Tal característica confere ao mercado uma capacidade intrínseca de ajuste e inovação, na medida em que a ação empreendedora — ao identificar e corrigir descompassos entre os bens e serviços ofertados e as demandas efetivas dos consumidores — é recompensada pelo mecanismo de lucros. O lucro, nesse sentido, desempenha papel crucial na coordenação descentralizada dos recursos escassos, funcionando como sinal informacional que orienta a alocação eficiente de capital. A intervenção estatal por meio da tributação, ao reduzir os lucros, compromete a capacidade de acumulação de capital, elemento indispensável à expansão da produção e à capacidade de resposta às transformações nas preferências dos consumidores. Portanto, a atuação empresarial orientada pela busca do lucro constitui o mecanismo mais eficaz para enfrentar a escassez estrutural de recursos e promover a eficiência alocativa em contextos de incerteza e mudança contínua.

Rozeff (2021) explica que é inviável, mesmo em regimes democráticos, que os governantes adotem decisões públicas que correspondam integralmente às preferências individuais de cada cidadão. Nesse contexto, o poder de tributar confere ao Estado não apenas a capacidade de financiar suas atividades presentes, mas também de contrair endividamento de forma contínua e potencialmente ilimitada. Tal expansão fiscal, embora viabilize a manutenção e ampliação da máquina estatal no curto prazo, transfere os encargos financeiros às gerações futuras, que deverão arcar com o pagamento dessa dívida por meio de sua força de trabalho e de sua capacidade de poupança. Como consequência, tais gerações poderão enfrentar restrições significativas à sua qualidade de vida, na medida em que parte substancial de seus recursos será destinada à quitação de compromissos herdados, limitando sua liberdade econômica e seu bem-estar material.

MacKenzie (2022) sustenta que a ausência de compreensão, por parte da população, quanto aos impactos econômicos das intervenções estatais — em especial aquelas associadas à tributação e à burocracia — constitui um dos principais fatores que explicam a permanência de agentes políticos oportunistas no poder. Tais medidas, embora frequentemente apresentadas como instrumentos de combate à pobreza, tendem a produzir efeitos contraproducentes, ao comprometer o dinamismo econômico e dificultar a geração de riqueza. Nesse contexto, a desinformação generalizada contribui para a reprodução de estruturas políticas ineficazes, sem que haja, de fato, perspectivas concretas de melhoria nas condições de vida da população eleitora.

Hertzog (2022) demonstra que a eficácia do processo empreendedor na geração de riqueza e na transformação estrutural do ambiente socioeconômico em prol do bem-estar coletivo tende a ser comprometida em contextos marcados por elevada interferência estatal. Tal

comprometimento decorre do fato de que agentes empreendedores, orientados por critérios racionais de maximização de retorno e minimização de risco, direcionam seus recursos para contextos institucionais mais estáveis e previsíveis. Nesse sentido, o autor apresenta o Brasil como um caso emblemático dos efeitos deletérios resultantes da atuação excessiva da burocracia estatal, cuja propensão intervencionista inibe a livre iniciativa, desestimula a inovação e restringe a alocação eficiente de capital. A ausência de um ambiente favorável ao empreendedorismo tende, assim, a conduzir à estagnação dos indicadores de produtividade e renda, comprometendo o desenvolvimento econômico sustentado.

Iorio e Roque (2020) argumentam que o aumento da carga tributária destinado à sustentação das atividades estatais acarreta elevação dos custos de produção, destruição de capital produtivo e amplificação de ineficiências alocativas, ao mesmo tempo em que intensifica a dependência de indivíduos e empresas em relação ao aparato estatal. Esse processo, segundo os autores, desencadeia um ciclo vicioso no qual o crescimento dos gastos públicos retroalimenta a necessidade de arrecadação, perpetuando a expansão do Estado e seus efeitos deletérios sobre a economia. Nesse contexto, torna-se evidente que a centralização das decisões econômicas no setor público, em oposição ao que sustentam seus defensores, configura-se como um fator determinante na intensificação das disfunções socioeconômicas que afetam a população.

A próxima seção analisa indicadores socioeconômicos que evidenciam as consequências negativas da centralização estatal no Brasil, ressaltando seus efeitos prejudiciais sobre o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população.

3 RESULTADOS ECONÔMICOS-SOCIAIS DAS ESCOLHAS NACIONAIS

Sennholz (2012) argumenta que, historicamente, escritores, intelectuais e pessoas de destaque na sociedade influenciaram a formação da opinião pública ao promoverem narrativas centradas em conflitos sociais e de classe, o que incentivou uma participação crescente do Estado nas decisões sociais e econômicas. Segundo o autor, essa opinião pública, frequentemente moldada por apelos emocionais, pode pressionar agentes políticos a adotarem medidas populistas que reduzem a produtividade e produzem efeitos deletérios no longo prazo. Essa perspectiva se alinha à crítica formulada por Frédéric Bastiat, especialmente em seu célebre ensaio *O que se vê e o que não se vê*, no qual distingue entre os efeitos imediatos e visíveis de uma política — que frequentemente agradam ao público — e os custos invisíveis ou indiretos que só se manifestam com o tempo.

Um exemplo ilustrativo dessa dinâmica no contexto brasileiro é a concessão generalizada de subsídios e isenções fiscais a setores específicos da economia, como ocorreu com o programa de desoneração da folha de pagamento iniciado na década de 2010. O que se vê é o alívio imediato sobre os custos das empresas e, potencialmente,

a manutenção de empregos no curto prazo — argumento frequentemente usado para justificar a medida. O que não se vê, no entanto, são os efeitos cumulativos sobre o equilíbrio fiscal do Estado, a distorção na alocação de recursos e a dependência artificial de determinados setores em relação ao poder público, o que, no longo prazo, prejudica a produtividade, limita o investimento em áreas estruturais como educação e infraestrutura, e compromete o próprio crescimento econômico.

Huerta de Soto (2013) afirma que a função empresarial — definida como a capacidade humana de perceber o ambiente, gerar novas ideias e combinar recursos de forma criativa — constitui a característica mais essencial da natureza humana. Por meio dessa atividade empreendedora, os indivíduos estabelecem uma complexa rede de interações sociais, nas quais tarefas e responsabilidades são distribuídas, soluções para problemas são desenvolvidas e a utilidade social é ampliada. No entanto, o autor adverte que a intervenção coercitiva do Estado — manifestada por meio da tributação excessiva, da burocracia e de restrições legais — compromete esse processo espontâneo. Tais mecanismos desarticulam as relações voluntárias entre os agentes, inibem a livre cooperação e, por consequência, restringem a geração de riqueza e o progresso social.

No contexto brasileiro, essas observações ganham relevância diante do histórico de forte intervenção estatal na economia. O excesso de regulamentações, a elevada carga tributária sobre a produção e a instabilidade institucional formam um ambiente hostil à livre iniciativa. Essa estrutura disfuncional inibe a função empresarial descrita por Huerta de Soto, criando barreiras à inovação, ao investimento produtivo e ao crescimento sustentável. Assim, o Brasil ilustra com clareza os efeitos negativos da coerção estatal sobre a ordem espontânea e o desenvolvimento econômico, conforme alertam os teóricos da Escola Austríaca de Economia.

A Constituição Federal de 1988 atribui ao Estado a responsabilidade por funções essenciais, como segurança pública, educação, saúde, transportes e previdência social — setores que continuam entre as principais demandas da população brasileira (BRASIL, 1988). Apesar disso, dados recentes demonstram que o aumento contínuo dos gastos públicos nessas áreas, medidos como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), não têm se traduzido em melhorias proporcionais na qualidade dos serviços prestados. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022), os gastos sociais do governo central representaram cerca de 20% do PIB nos últimos anos, sem que os indicadores de desempenho educacional, de saúde ou segurança pública apresentassem avanços significativos. O Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU (PNUD, 2023) também aponta que o Brasil permanece estagnado em posições intermediárias no ranking global de desenvolvimento, refletindo limitações estruturais na efetividade das políticas públicas. Essa discrepância entre volume de recursos alocados e resultados obtidos indica a presença de ineficiências sistêmicas na gestão pública,

associadas tanto à má alocação de recursos quanto à baixa qualidade na execução das políticas setoriais (OCDE, 2021).

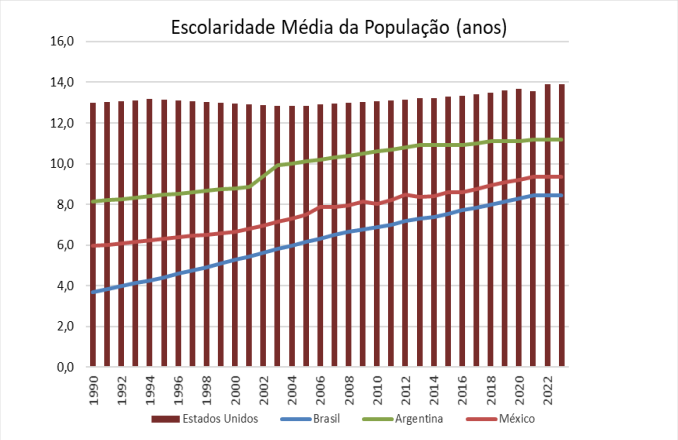
De acordo com dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2023), a taxa de homicídios no Brasil permanece sistematicamente acima da média registrada tanto na América Latina quanto no contexto global, conforme mostra o Gráfico 1. Em 2023, o país apresentou uma taxa de 20,58 homicídios por 100 mil habitantes, superior à média latino-americana de 19,72 e significativamente acima da média mundial, estimada em 5,20 por 100 mil habitantes. Esses números colocam o Brasil, juntamente com outros países da região, entre os territórios com os mais altos índices de violência letal no planeta, evidenciando a persistência de um grave problema estrutural de segurança pública.

GRÁFICO 1 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes (1990-2023)

FONTE: Elaborado pelo autor com dados do Escritório da ONU para combate às drogas e ao crime – UNDOC (2023)

O Gráfico 2 apresenta a evolução do tempo médio de escolaridade da população com 25 anos ou mais no Brasil, Argentina, México e Estados Unidos, no período de 1990 até os dados mais recentes disponíveis. Observa-se que, ao longo de todo o intervalo analisado, o Brasil mantém níveis sistematicamente inferiores de escolaridade média em comparação aos países latino-americanos selecionados e, especialmente, em relação aos Estados Unidos. Embora tenha havido um crescimento gradual nesse indicador, conforme dados do Banco Mundial (2023) e da OCDE (2022), esse avanço quantitativo não tem sido acompanhado, de forma proporcional, por melhorias nos indicadores de qualidade educacional, como demonstram os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). Essa dissociação entre quantidade e qualidade compromete o impacto da escolarização sobre a produtividade, a mobilidade social e o desenvolvimento socioeconômico do país (PNUD, 2023).

GRÁFICO 2 – Evolução da escolaridade (anos de estudo)



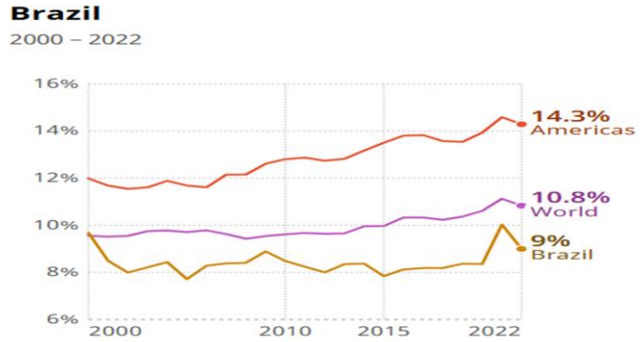
FONTE: Elaborado pelo autor com dados do *Human Development Report* – UNDR (2023)

O Gráfico 3, com base em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), apresenta a proporção dos gastos governamentais com saúde em relação ao total dos gastos públicos no Brasil, nas Américas e no contexto global. Observa-se que, ao longo de todo o período analisado, o Brasil mantém níveis

sistematicamente inferiores à média mundial e também em relação à média regional.

Essa disparidade evidencia uma subpriorização relativa da saúde pública no orçamento nacional, o que pode comprometer a capacidade do sistema de atender adequadamente às demandas da população, sobretudo em um país marcado por fortes desigualdades sociais e regionais.

GRÁFICO 3 – Percentual dos gastos públicos com saúde em relação ao total de gastos públicos

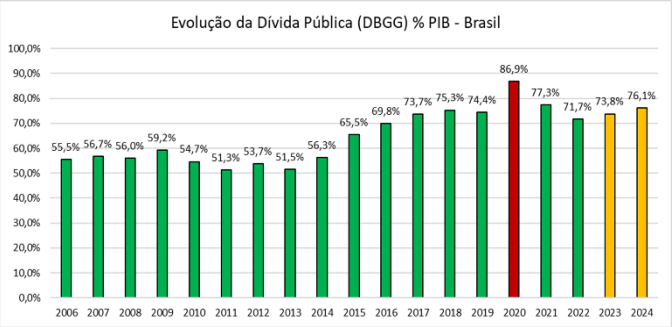


FONTE: Organização Mundial da Saúde – OMS (2023)

Além disso, dados do Painel Saneamento Brasil (Instituto Trata Brasil, 2022) indicam que 15,8% da população brasileira ainda não possui acesso à água tratada, enquanto 44,5% carecem de serviços de coleta de esgoto. Esses números evidenciam deficiências estruturais significativas nas políticas públicas de saneamento básico, refletindo a incapacidade do Estado de universalizar serviços essenciais à saúde pública, à dignidade humana e ao desenvolvimento socioeconômico.

Embora diversos indicadores sociais e econômicos revelem uma trajetória de evolução lenta e aquém das expectativas da sociedade brasileira, os dados referentes ao endividamento público e à carga tributária — conforme ilustram os gráficos 4 e 5 — evidenciam uma tendência de crescimento contínuo destes indicadores.

GRÁFIICO 4 – Evolução da Dívida Bruta do Governo Geral em percentual do PIB



FONTE: Elaborado pelo autor com dados do Banco Central do Brasil (2025).

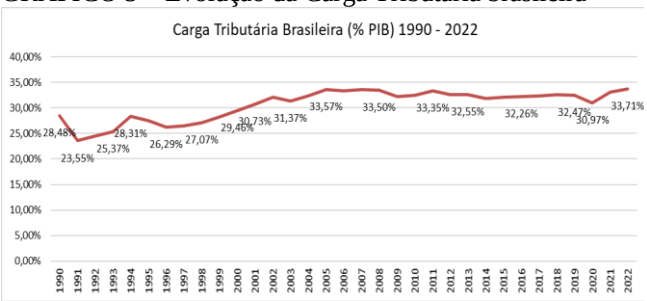
Esse cenário aponta para uma intensificação da atuação estatal na economia, fundamentada na premissa de promover o desenvolvimento e mitigar as vulnerabilidades sociais. No entanto, os resultados obtidos sugerem que o modelo de concentração de recursos e poder decisório no Estado tem se mostrado ineficaz para alcançar tais objetivos. Ao contrário, observa-se que o aumento da burocracia, da carga tributária e das barreiras regulatórias tende a restringir a capacidade de cidadãos e empresas de gerar riqueza, comprometendo o dinamismo econômico e aprofundando os entraves ao progresso socioeconômico.

Parte relevante dos gastos públicos brasileiros está relacionado com os gastos com funcionalismo. O elevado percentual de gastos públicos com funcionalismo representa um obstáculo à modernização e racionalização da máquina pública brasileira. Conforme aponta o Fundo Monetário Internacional (2023), o Brasil

destina cerca de 13% do seu PIB ao pagamento de servidores públicos, índice superior à média dos países da América Latina (8–9%) e acima dos 10% registrados por muitos países da OCDE. Essa estrutura rígida de despesa corrente compromete a alocação eficiente de recursos e reduz o espaço fiscal para investimentos em áreas sociais e de infraestrutura. Com isso fica claro que grande parte do esforço exigido da sociedade na forma de pagamento de elevados tributos se transforma em remuneração de servidores públicos ao invés de serviços que mitiguem os infortúnios da população.

O crescimento contínuo dos gastos públicos no Brasil tem resultado em sucessivos déficits fiscais e na expansão da dívida pública. Esse desequilíbrio macroeconômico contribui para a desvalorização da moeda nacional e exerce pressões inflacionárias persistentes, mantendo os índices de inflação acima da meta estabelecida pelo Banco Central e superiores aos observados em economias desenvolvidas.

GRÁFICO 5 – Evolução da Carga Tributária brasileira

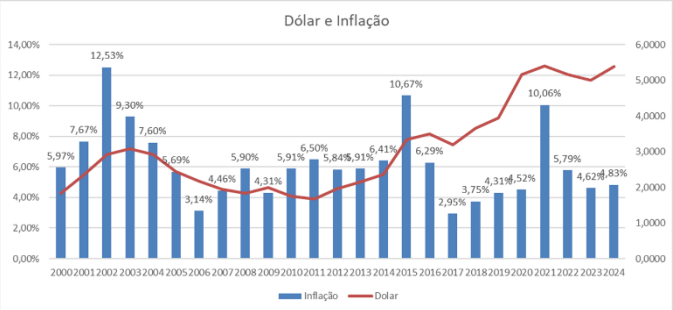


FONTE: Elaborado pelo autor com dados do Observatório de Política Fiscal do IBRE-FGV (2024)

Paralelamente, o ambiente econômico é agravado por uma carga tributária elevada, por um aparato burocrático excessivo e por barreiras significativas ao comércio exterior. Esses fatores combinados comprometem a integração eficiente do país nas cadeias globais de valor, dificultam a especialização produtiva, reduzem a produtividade agregada e limitam a capacidade de geração de riqueza. Como consequência, observa-se uma estagnação no avanço das condições de vida da população, em contraste com os potenciais latentes da economia brasileira.

O Gráfico 6 mostra a evolução da cotação do Dólar e da inflação brasileira a partir dos anos 2000. A inflação corrói o poder de compra do cidadão, reduz o consumo, desorganiza a economia e trava qualquer possibilidade de aumento de produtividade, especialmente quando supera a meta do Banco Central, o que amplia a desconfiança em relação à coordenação e eficácia das políticas monetária e fiscal do país.

GRÁFICO 6 – Evolução da cotação do Dólar e da inflação brasileira



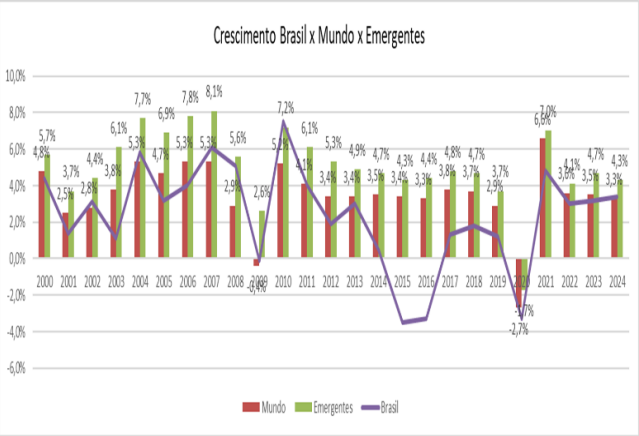
FONTE: Elaborado pelo autor com dados do Banco Central do Brasil (2025).

A inflação persistentemente elevada é mais um reflexo de que o modelo econômico de centralização de poder não é capaz de trazer a prosperidade que promete. No fim das contas, a população trabalha para sustentar um estado burocrático e ineficiente, com poucas

perspectivas de atingir o nível de desenvolvimento de outros países, onde o conforto material é maior e o potencial econômico é melhor aproveitado.

O Gráfico 7 ilustra o crescimento da economia brasileira em comparação ao crescimento da economia mundial e a dos emergentes. É possível observar que o PIB brasileiro cresce abaixo dos seus pares, especialmente a partir da década de 2010.

GRÁFICO 7 – Crescimento comparativo do PIB brasileiro, mundial e dos países emergentes



FONTE: Elaborado pelo autor com dados do Banco Central do Brasil (2025).

O crescimento econômico sustentado está intrinsecamente relacionado à existência de um ambiente institucional que estimule a livre iniciativa, a inovação tecnológica e a competitividade dos mercados (North, 1991). No entanto, o Brasil ainda convive com uma série de entraves estruturais que limitam o empreendedorismo e comprometem o dinamismo do setor produtivo (Banco Mundial, 2020). O desempenho econômico abaixo do potencial restringe a criação de novas oportunidades de negócio, dificulta o avanço da produtividade, inibe o crescimento da renda e reduz a capacidade de expansão da arrecadação pública sem a necessidade de elevação de tributos (OCDE, 2023). Esses obstáculos são agravados por uma elevada carga tributária, por um aparato burocrático excessivo e por instabilidade regulatória que geram custos operacionais adicionais às empresas e desestimulam investimentos de longo prazo (FMI, 2023; Heritage Foundation, 2023). Diante desse cenário, torna-se legítimo refletir sobre a viabilidade do modelo de governança econômica vigente, caracterizado pela centralidade do Estado em detrimento de mecanismos de mercado. Países como Chile, Estônia e Nova Zelândia, ao adotarem reformas de cunho liberal — com ênfase em desregulamentação, abertura comercial e responsabilidade fiscal —, experimentaram ciclos expressivos de crescimento e melhorias significativas nos indicadores sociais (OCDE, 2023).

A persistência brasileira em um modelo comprovadamente ineficaz levanta questões relevantes como: por que alternativas mais abertas ao mercado nunca foram plenamente consideradas? A estagnação econômica e a perpetuação da pobreza seriam, em alguma medida, resultado de escolhas políticas deliberadas?

CONCLUSÃO

Ao longo do tempo, economistas, pensadores e formuladores de políticas públicas têm buscado compreender os determinantes do crescimento econômico e da geração de riqueza, com o propósito de elevar os padrões de vida das

populações. A literatura econômica consagrada aponta que fatores como a livre iniciativa, a divisão do trabalho e a acumulação de capital são fundamentais para o aumento da produtividade, a formação de excedentes, a intensificação dos investimentos e a expansão da produção. Apesar disso, persistem visões ideológicas que defendem a centralidade do Estado como motor principal do desenvolvimento social. No entanto, a ampliação da atuação estatal frequentemente demanda elevação da carga tributária, proliferação de normas burocráticas e mecanismos de redistribuição que, em vez de promover autonomia e dinamismo, tendem a fomentar dependência, inibir a inovação, reduzir a rentabilidade dos agentes produtivos e desestimular o esforço individual. Esse arranjo contribui para a perpetuação de um ciclo disfuncional que compromete a capacidade de geração de riqueza e limita o potencial de desenvolvimento econômico e social sustentado.

Diante da ampla literatura que evidencia os efeitos positivos da livre iniciativa sobre o crescimento econômico, bem como da experiência de países que implementaram reformas voltadas à redução do gasto público e à simplificação da burocracia, este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a trajetória do modelo de governança adotado pelo Brasil. Questiona-se, em particular, se a manutenção de um arranjo fortemente estatizante não corresponderia, em alguma medida, a uma escolha política deliberada que perpetua o país em uma armadilha de baixo crescimento. Os resultados obtidos até aqui revelam uma performance aquém do potencial econômico nacional. A persistência de elevados gastos públicos, o crescente endividamento estatal e o ambiente regulatório excessivamente restritivo configuram barreiras estruturais à inovação, ao investimento produtivo e à melhoria da produtividade. Esses fatores têm contribuído para a manutenção de um quadro macroeconômico marcado por inflação resistente, estagnação da renda e persistência de graves problemas sociais, como baixa escolaridade, elevados índices de violência, acesso limitado a serviços públicos de qualidade, além de elevada percepção de corrupção, concentração de renda e dependência em relação ao Estado. Tais evidências reforçam a necessidade de reavaliar o atual modelo institucional e econômico, à luz de alternativas que promovam maior liberdade econômica, eficiência alocativa e desenvolvimento social sustentável.

Ao considerar esse cenário, torna-se imperativo repensar o papel do Estado na economia brasileira. A insistência em um modelo de forte centralização estatal, que historicamente tem falhado em entregar resultados compatíveis com as demandas sociais e com o potencial econômico do país, exige não apenas revisão técnica, mas coragem política. Países que ousaram implementar reformas liberalizantes colheram avanços significativos em eficiência, desenvolvimento humano e inclusão produtiva. Ao contrário do que defendem visões estatistas, a promoção da liberdade econômica, acompanhada de marcos regulatórios estáveis, responsabilidade fiscal e meritocracia na gestão

pública, pode constituir uma via mais eficaz para romper com o ciclo da estagnação. Nesse sentido, cabe perguntar: a persistência do atual modelo é fruto de inércia institucional ou de uma escolha deliberada de manutenção de estruturas que beneficiam grupos organizados em detrimento do interesse público? Essa provocação encerra este artigo com a expectativa de estimular o debate sobre alternativas concretas para a construção de um Brasil mais próspero, livre e inclusivo.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Por que as nações fracassam:** as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**.** São Paulo: Intrínseca, 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/. Acesso em: 3 jun. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Education Statistics (EdStats): Mean years of schooling (25+), Brazil and selected countries**. Washington, DC: World Bank, 2023. Disponível em: https://databank.worldbank.org/source/education-statistics:-all-indicators. Acesso em: 5 jun. 2025.

BANCO MUNDIAL**.** ***Doing Business 2020: Comparing Business Regulation in 190 Economies***. Washington, D.C.: World Bank Group, 2020. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/32436. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. ***Constituição da República Federativa do Brasil de 1988***. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.

BYLUND, P. Como o agigantamento do governo nos divide e nos deixa menos civilizados**.** Mises Brasil, 02 set. 2021. Disponível em: https://mises.org.br/artigos/2519/como-o-agigantamento-do-governo-nos-divide-e-nos-deixa-menos-civilizados. Acesso em: 25 abr. 2025.

CASTRO, P. R. **O mito governo grátis.** Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

FOUCAULT, M. ***Em defesa da sociedade.*** 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade.** 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). ***Brazil: Selected Issues. IMF Country Report No. 23/289***. Washington, D.C.: IMF, 2023. Disponível em: https://www.sipotra.it/wp-content/uploads/2023/09/No.-23-289-BRAZIL.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

HAZLITT, H. **Economia em uma única lição.** 5. ed. São Paulo: LVM Editora, 2020.

HERITAGE FOUNDATION. ***2023 Index of Economic Freedom***. Washington, D.C., 2023. Disponível em: https://www.heritage.org/index/. Acesso em: 9 jun. 2025.

HERTZOG, W. O princípio superior da descentralização**.** Instituto Rothbard, 18 fev. 2022. Disponível em: https://rothbardbrasil.com/o-principio-superior-da-descentralizacao. Acesso em: 25 mai. 2025.

HOPPE, H. **Uma teoria do socialismo e do capitalismo.** 2. ed. São Paulo: Mises Brasil, 2013.

HUERTA DE SOTO, J. **Socialismo, cálculo econômico e função empresarial**. São Paulo: LVM Editora, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). ***Gasto social federal:*** *evolução e composição*. Brasília, DF: IPEA, 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38060. Acesso em: 5 jun. 2025.

INSTITUTO TRATA BRASIL. ***Painel Saneamento Brasil***. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2022. Disponível em: https://www.painelsaneamento.org.br. Acesso em: 5 jun. 2025.

IORIO, U. J.; ROQUE, L. **Quatro consequências inesperadas de se aumentar os impostos sobre os mais ricos**. Mises Brasil, 12 abr. 2020. Disponível em: https://mises.org.br//article/2740/quatro-consequencias-inesperadas-de-se-aumentar-os-impostos-sobre-os-mais-ricos. Acesso em: 3 jun. 2025.

MACKENZIE, D. W. **Como garantir a perpetuação da pobreza.** Mises Brasil, 24 jan. 2022. Disponível em: https://mises.org.br/artigos/2201/como-garantir-a-perpetuacao-da-pobreza. Acesso em: 24 maio 2025.

MCCARTHY, D. **Europe's Decline Was a Choice.** The Daily Signal, 05 mar. 2025. Disponível em: https://www.dailysignal.com/2025/03/05/europe-decline-was-a-choice/. Acesso em: 25 abr. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MAZZILLI, M. **Estado? Não, Obrigado!**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MUELLER, A. **O papel dos lucros e prejuízos.** Mises Brasil, 14 fev. 2025. Disponível em: https://mises.org.br/artigos/3552/o-papel-dos-lucros-e-prejuizos. Acesso em: 24 maio 2025.

MUELLER, A. **Dez motivos por que os governos sempre fracassam.** Mises Brasil, 12 abr. 2019. Disponível em: https://mises.org.br/article/2985/dez-motivos-por-que-os-governos-sempre-fracassam. Acesso em: 25 maio 2025.

NORTH, D. C. ***Institutions, institutional change and economic performance***. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA FISCAL – Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), FGV. **Investimentos públicos: 1947-2023.** 29 maio. 2024. Disponível em: https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/series-historicas/investimentos-publicos/investimentos-publicos-1947-2023. Acesso em: 5 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Global Health Expenditure Database, 2023**. Disponível em: https://apps.who.int/nha/database. Acesso em: 5 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). ***Economic Surveys: Brazil 2023***. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: https://www.oecd.org/economy/brazil-economic-snapshot/. Acesso em: 9 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *OECD* ***Education at a Glance 2022: OECD Indicators***. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/. Acesso em: 5 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *OECD* ***Economic Surveys: Brazil 2021***. Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: https://www.oecd.org/economy/surveys/brazil-economic-snapshot/. Acesso em: 5 jun. 2025.

PATIL, S. **O mito da falha de mercado.** Mises Brasil, 19 jul. 2024. Disponível em: https://mises.org.br/artigos/3405/o-mito-da-falha-de-mercado. Acesso em: 25 abr. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). ***Relatório de Desenvolvimento Humano 2023***. Nova York: PNUD, 2023. Disponível em: https://hdr.undp.org. Acesso em: 5 jun. 2025.

ROTHBARD, M. N. **Anatomia do estado**. São Paulo: Vide, 2019.

ROZEFF, M. O poder de tributar é o poder de destruir**.** Mises Brasil, 23 set. 2021. Disponível em: https://mises.org.br/artigos/2381/o-poder-de-tributar-e-o-poder-de-destruir. Acesso em: 24 mai. 2025.

SENNHOLZ, H. F. Política, economia e os conflitos de classe**.** Mises Brasil, 02 abr. 2012. Disponível em: https://mises.org.br/article/1269/politica-economia-e-os-conflitos-de-classe. Acesso em: 05 jun. 2025.

SMITH, A. **A riqueza das nações.** 5. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2023.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC, 2023. **Victims of intentional homicide**. Disponível em: https://dataunodc.un.org/dp-intentional-homicide-victims. Acesso em: 3 jun. 2025.

WEBER, M. **Economia e Sociedade.** São Paulo: Edições 70, 2022.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CIENTÍFICA DA FAI

PERFIL

A Revista Científica da FAI é um periódico técnico-científico de publicação anual que veicula artigos de pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação e profissionais das áreas de administração, tecnologia, educação e saúde vinculados ou não a FAI.

MISSÃO

Divulgar o conhecimento científico nas áreas de gestão, tecnologia, educação, engenharias e saúde através da publicação de contribuições.

NORMAS EDITORIAIS

1. A Revista Científica da FAI publicará artigos em português, com resumos em português e inglês; ou espanhol. Também publicará comunicações de pesquisas, resenhas e registros.

2. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da Revista Científica da FAI. Nenhuma parte das publicações poderá ser reproduzida sem permissão prévia do Conselho Editorial, ou sem contar com o crédito de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil.

3. A aceitação do trabalho para publicação implica na transferência de direitos do autor para a Revista Científica da FAI, sendo assegurada a mais ampla divulgação da informação.

4. A Revista Científica da FAI se reserva o direito de efetuar nos originais alterações de ordem normativa, ortográfica e/ou gramatical, com vistas a manter o padrão culto da língua, respeitando, porém, o estilo dos autores.

5. Junto ao artigo o autor encaminhará **declaração** no sentido de aceitação das regras da Revista Científica da FAI e da qual fará constar não ter apresentado o trabalho, na íntegra, em nenhum outro veículo de informação, bem como a **autorização ou declaração de direitos** cedidos por terceiros caso transcreva figuras, tabelas ou textos transcritos ou traduzidos, com mais de 200 vocábulos, editado por outros autores. **Após aprovação do artigo para publicação**, o autor não poderá solicitar pedido de desistência em publicá-lo na Revista Científica da FAI.

6. O conteúdo dos trabalhos é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

7. Em cada exemplar da Revista Científica da FAI constarão as normas para apresentação de trabalho.

8. Os originais encaminhados à Revista Científica da FAI podem ser incorporados às seguintes seções:

8.1 Artigos: compreende textos que contenham relatos de estudos ou pesquisas concluídas, revisões de literatura.

8.2 Comunicações de pesquisas: reúnem informações sobre projetos e pesquisas em andamento ou recém-concluídas (dissertações, teses e outros documentos).

8.3 Resenhas: configuram-se como apreciação e análise crítica e interpretativa de obras recém lançadas, cabendo ao resenhista toda a liberdade de julgamento.

8.4 Registro: informações sobre eventos.

DIRETRIZES (Normas e formatação para artigos)

Padrão ABNT e adaptação as normas institucionais da FAI

Remessa dos originais. Os originais para a seleção deverão ser enviados por e-mail: revistadafai@fai-mg.br. Após análise do artigo pelo(s) avaliador(es), o mesmo será encaminhado para o autor fazer as correções necessárias.

Formatação da página: folha A4. **Margens:** esquerda, direita, superior e inferior de 2cm.

Título e subtítulo: título do artigo (centralizado, caixa alta com negrito); títulos de capítulos (alinhado à esquerda e caixa alta) e subtítulos (sem negrito), seções numeradas (alinhadas à esquerda: Seções primarias: caixa alta e em negrito. Seções secundarias: caixa alta sem negrito. Seção terciaria: caixa baixa e em negrito. Fonte: Times New Roman, tamanho 12 e com numeração. Espaçamento de 1,5 entre linhas.

Autores: nome(s) do(s) autor(es), qualificação mais alta do autor, vinculação profissional e e-mail, em fonte Times New Roman, tamanho 10, à direita da página, logo após o título.

Resumo: fonte Times New Roman, tamanho 10, justificado com espaçamento simples. Os artigos deverão ser acompanhados de resumos constituído de parágrafo único em português, com cerca de 150 a 250 palavras; três palavras-chave separadas por ponto e finalizadas por ponto, com alinhamento à esquerda.

O resumo em inglês (abstract), com cerca de 150 a 250 palavras; três palavras-chave (Keywords), ou em espanhol (palavra clave) separadas por ponto e finalizadas por ponto, alinhamento à esquerda.

Corpo do trabalho: fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, com espaçamento de 1,5 entre linhas. Texto formatado em 2 colunas (exceto Resumo, Abstract, Referências bibliográficas).

Referências e citações: as referências devem ser digitadas com fonte Times New Roman, tamanho 12, alinhadas à esquerda, com espaçamento simples entre as linhas e separadas entre si por uma linha em branco. Devem ser apresentadas em ordem alfabética e conter todos os dados necessários à sua identificação, conforme a NBR 6023:2025 e para as citações, deverão seguir a NBR 10520:2023 utilizando o sistema autor/data.

ORIENTAÇÃO: para seguir as normas de Referências, citações, notas, ilustrações e tabelas, recomenda-se utilizar o documento Diretrizes para elaboração de Trabalhos científicos padrão ABNT, disponível no portal da Biblioteca da FAI.

Notas: devem digitadas com fonte Times New Roman, tamanho 10 e apresentadas ao final do texto numeradas sequencialmente.

Ilustrações: devem apresentar títulos em fonte Times New Roman, tamanho 10. A identificação aparece na parte inferior precedida da palavra designativa (diagramas, gráficos, fotografias, quadros, figuras, entre outros), seguida de seu número de ocorrência no texto (algarismos arábicos), travessão e o respectivo título. A indicação da fonte aparece logo após a identificação da ilustração, mesmo que seja de produção do próprio autor. Apenas serão aceitas as imagens nos formatos TIFF (Tagged-Image File Format) ou JPEG (Joint Photographic Experts Group) e com resolução mínima de 300 DPI (Dots Per Inch). As imagens também devem ser enviadas em arquivo à parte.

Tabelas: fonte Times New Roman, tamanho 10. A identificação aparece na parte superior precedida da palavra designativa (Tabela), seguida de seu número de ocorrência no texto (algarismos arábicos), travessão e o respectivo título. A indicação da fonte aparece na parte inferior da Tabela mesmo que seja de produção do próprio autor.

Recomendações: recomenda-se que se observem as seguintes normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas):

NRB 5892:1989 - Norma para datar;

NRB 6021:2018 – Publicações periódicas;

NBR 6022:2003 - Artigo em publicação periódica impressa;

NBR 6023:2025 - Referências;

NBR 6024:2012 - Numeração progressiva das seções de um documento escrito;

NBR 6028:2021 - Resumo;

NBR 10520:2023 - Citações em documentos.

Extensão dos artigos: 5 a 12 laudas; comunicações 4 laudas e resenhas 4 laudas.

Procedimento complementar: em folhas anexas ao corpo de texto deve constar o nome do autor, instituições a que está ligado, cargo que ocupa, sua última qualificação de formação acadêmica, endereço, e-mail e telefone para contato.

AVALIAÇÃO

1. Para publicação o artigo deverá ter a aprovação de pelo menos dois avaliadores, os quais emitirão parecer às cegas DBR (Double Blind Review), isto é, sem conhecimento do(s) nome(s) do(s) autor(es) ou da(s) instituições a que está(ão) vinculados(s). Somente o editor saberá o nome dos avaliadores.

2. Os artigos poderão ser aceitos sem restrições, com pequenas mudanças, com grandes alterações, ou rejeitados. Quando as alterações forem poucas e tratarem de aspectos formais, ou ainda com vistas apenas à manutenção da homogeneidade e da qualidade da publicação, a redação fará as mudanças necessárias, respeitando, todavia, o estilo e as opiniões do(s) autor(es). Nos casos de grandes alterações o autor se encarregará da reformulação do texto.

3. Poderão ser aceitos artigos acadêmicos de pós-graduação e de profissionais graduados que sejam de interesse para as áreas de gestão, tecnologia, educação e saúde.

4. Os avaliadores terão prazo máximo de 30 (trinta) dias para emissão de seus pareceres, cujas cópias anônimas serão enviadas aos seus autores.

5. De cada trabalho publicado serão enviados 2 exemplares da publicação ao(s) seu(s) autor(es).